



MENSAGEM PRESIDENCIAL

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA
ANUAL 2017



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

MENSAGEM PRESIDENCIAL

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Secretaria de Orçamento Federal – SOF
SEPN 516, Bloco “D” Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0 (xx) 61 2020-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2017: projeto de lei orçamentária. – Brasília, 2016.

6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v.1 Texto do projeto de lei, quadros consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v.2 Consolidação dos programas de governo – v.3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União - v.4 t.1 e 2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v.5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v.6 Orçamento de investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento federal. 2. Proposta orçamentária. 3. Projeto de lei 2017. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)“2017”

CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei. n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Brasília - DF

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	05
I – RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO	08
A Política Econômica do Governo em Consolidação Fiscal	09
Projeções Macroeconômicas para 2016 e 2017	20
Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2016 e 2017	22
II – DESTAQUE SETORIAL	31
Investimentos em infraestrutura	32
III – AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL	37
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados	38
Resultado Primário das Empresas Estatais Federais	54
Pessoal e Encargos Sociais	58
Sistemas Previdenciários	60
IV – AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO	69
Aplicações em Operações de Crédito	70
Investimentos no Ativo Imobilizado	71
ANEXO – DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS	72
Empresa do Setor Produtivo	73
Empresa do Setor Financeiro	104

LISTA DE SIGLAS

a.a. – ao ano

BB – Banco do Brasil

BCB – Banco Central do Brasil

BESP-PMBI – Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BRS – Bus Rapid Service

BRT – Bus Rapid Transit

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDS – Credit Default Swap

CEF – Caixa Econômica Federal

Cide-combustíveis – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis

CIE – Centros de Iniciação Esportiva

CMAP – Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

CMN – Conselho Monetário Nacional

Comprev – Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS

Copom – Comitê de Política Monetária do Banco Central

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras

DAS – Direção e Assessoramento Superior

DBGG – Dívida Bruta do Governo Geral

DLSP – Dívida Líquida do Setor Público

DPF – Dívida Pública Federal

DPFe – Dívida Pública Federal externa

DPU – Defensoria Pública da União

DRU – Desvinculação de Receitas da União

DRU – Desvinculação de Receitas da União

EMBI+ – Emerging Markets Bond Index Plus

Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

EUA – Estados Unidos da América

FAB – Força Aérea Brasileira
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo
FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FRGPS – Fundo do Regime Geral de Previdência Social
Funpresp-Exe – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
Funpresp-Jud – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário
Funpresp-Leg – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI – Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IOF-Ouro – Imposto Incidente sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IR – Imposto de Renda (IR)
ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFT – Letra Financeira do Tesouro
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MF – Ministério da Fazenda
MP – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPU – Ministério Público da União
MPV – Medida Provisória
NFSP – Necessidade de Financiamento do Setor Público
p.p. – pontos percentuais
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAF – Plano Anual de Financiamento
PDG – Programa de Dispendios Globais
PEA – População Econômica Ativa
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PIB – Produto Interno Bruto
PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco
PLDO – Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentária
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária
PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNM – Programa Nuclear
PO – População Ocupada
PPI – Programa de Parcerias de Investimento
Proex – Programa de Financiamento às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Prosub – Programa de Desenvolvimento de Submarinos
RCL – Receita Corrente Líquida
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMB – Reator Multipropósito Brasileiro
Seplan – Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
Sest – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações
Sisfron – Sistema Integrado de Fronteiras
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPE – Secretaria de Política Econômica
SPE – Sociedade de Propósito Específico
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUS – Sistema Único de Saúde
TCU – Tribunal de Contas da União
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
TRF – Tribunal Regional Federal
UBS – Unidades Básicas de Saúde
Unctad – United Nations Conference on Trade and Development
UPA – Unidades de Pronto Atendimento
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

I - RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO EM CONSOLIDAÇÃO FISCAL

PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2016 E 2017

GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2016 E 2017

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO EM CONSOLIDAÇÃO FISCAL

INTRODUÇÃO

O quadro macroeconômico mostrou forte deterioração nos últimos exercícios, com acentuada desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB), que passou de expansão de 3,0%, em 2013, para retração de 3,8%, em 2015, com consequências no mercado de trabalho, na arrecadação e na confiança dos agentes.

Pelo lado externo, a queda dos preços das *commodities* afetou grandes empresas, reduzindo seu ritmo de atividade e retraindo substancialmente os investimentos planejados. Consequentemente, houve redução no potencial de crescimento da economia, diminuindo o pagamento de impostos. O baixo crescimento da economia mundial, por sua vez, reduziu o dinamismo do comércio e criou empecilhos às exportações.

Do lado doméstico, destacam-se a forte crise hídrica e o agravamento da crise fiscal que afetaram o resultado fiscal e acabaram por agravar o quadro recessivo. A deterioração do cenário econômico iniciada em 2013 estendeu-se para 2016, com o mercado esperando declínio de 3,16% do PIB no ano (Focus 26/08/2016), frente à previsão inicial de expansão de 2,0% (Focus 21/11/2014) e de queda de 1,9% na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada em 30 de dezembro de 2015 (Lei nº 13.242/2015).

Nesse sentido, as ações do Governo buscam o retorno ao tripé macroeconômico clássico, com transparência das medidas econômicas adotadas, e a retomada do crescimento econômico de forma gradual e sustentável.

Assim, ao analisar de modo mais acurado a situação fiscal, o Governo verificou que o cenário utilizado para a definição da meta fiscal estava otimista e optou por excluir da arrecadação todas as receitas consideradas incertas, guiando-se pelo realismo fiscal e pelos princípios da prudência e da transparência, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como com os recentes entendimentos provenientes dos órgãos de controle.

A adoção da transparência e do realismo como política primordial permitiu ao Governo, com a reavaliação das receitas e despesas, explicitar o déficit primário R\$ 163,9 bilhões para o setor público em 2016 e o déficit primário de R\$ 143,1 bilhões para o setor público em 2017.

Adicionalmente, adotaram-se medidas de melhoria na gestão pública e iniciou-se rapidamente o processo de ajuste das contas públicas, com o objetivo de garantir a consolidação fiscal, condição necessária para a retomada do crescimento sustentado e a redução na taxa de desemprego.

Merecem destaque também as ações do Governo para ampliar, incentivar e acelerar o Programa de Concessões, visando estimular o aumento da taxa de investimento.

Dessa maneira, com o intuito de criar ambiente propício para o novo ciclo de desenvolvimento, o orçamento de 2017 prioriza: a) a manutenção dos recursos para os programas prioritários em saúde, educação e outras políticas sociais; b) a promoção de investimentos em infraestrutura, contribuindo para eliminar gargalos ao crescimento; e c) o aumento da produtividade do capital e da mão de obra, por meio do incentivo à inovação e à qualificação, assim como em função da redução dos gargalos em infraestrutura em virtude do Programa de Concessões.

RESULTADOS MACROECONÔMICOS EM 2015 E NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

A economia brasileira apresentou forte retração em 2015, afetada: a) pela piora nos termos de troca (queda no preço das *commodities*); b) por regime hidrológico desfavorável, com impacto no preço da energia elétrica, que gerou incertezas quanto ao fornecimento de água em alguns Estados; e c) pelos impactos do desequilíbrio fiscal.

Assim, em 2015, o PIB caiu 3,8%, com ênfase na retração da produção industrial, pelo lado da oferta, e nos declínios na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e no Consumo das Famílias, pelo lado da demanda (Tabela 1).

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

SETOR DE ATIVIDADE	VARIAÇÃO ACUMULADA (%)				VARIAÇÃO ANTE MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)	
	2013	2014	2015	2016 ¹	1º trim. 2015	1º trim. 2016
PIB	3,0	0,1	-3,8	-4,7	-2,0	-5,4
Oferta						
Agropecuária	8,4	2,1	1,8	-1,0	5,4	-3,7
Indústria	2,2	-0,9	-6,2	-6,9	-4,4	-7,3
Serviços	2,8	0,4	-2,7	-3,2	-1,4	-3,7
Demanda						
Consumo das famílias	3,5	1,3	-4,0	-5,2	-1,5	-6,3
Consumo do Governo	1,5	1,2	-1,0	-1,3	-0,5	-1,4
Formação Bruta de Capital Fixo	5,8	-4,5	-14,1	-15,9	-10,1	-17,5
Exportações	2,4	-1,1	6,1	8,3	3,3	13,0
Importações (-)	7,2	-1,0	-14,3	-18,3	-5,0	-21,7

¹ Acumulado em 4 trimestres até o 1º trimestre.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seplan/MP).

Essa retração ocorreu em meio à conjuntura econômica internacional marcada pela incerteza quanto à continuidade da elevação da taxa de juros nos Estados Unidos, à falta de sinais da Área do Euro em retomar o crescimento em base sustentada, deteriorada em 2016 após a saída do Reino Unido da União Europeia, e à desaceleração do crescimento chinês, associado à falta de conhecimento ao tipo de respostas a serem dadas pelas autoridades chinesas nesse contexto.

Diante da elevação da aversão ao risco e ao cenário econômico mais adverso, o Brasil e a maioria dos países passaram a enfrentar, com maior ou menor intensidade, a piora nas expectativas e contínua desaceleração da atividade econômica.

No Brasil, houve ampliação desses efeitos em função do processo implementado no começo de 2015, com retorno do ajuste fiscal, desvalorização cambial, incerteza política, realinhamento tarifário e política monetária mais restritiva, necessária para controlar a inflação.

No segundo semestre de 2015, continuou a deterioração da conjuntura macroeconômica. Assim, as medidas para permitir o ajuste fiscal e o aprimoramento do marco regulatório em setores chaves para a retomada do investimento não avançaram.

Nesse cenário, houve acentuada piora das expectativas que, em conjunto com o cenário descrito, acabaram afetando o mercado de trabalho, com destaque para a elevação da taxa de desemprego, que aumentou de 6,5% no último trimestre de 2014 para 9,0% no quarto trimestre de 2015 e 11,6% no trimestre encerrado em julho de 2016, conforme PNAD Contínua.

Apesar da forte retração na atividade econômica, a política monetária manteve-se restritiva para evitar que os efeitos primários do realinhamento tarifário da desvalorização da taxa de câmbio nominal e real gerassem choques secundários na inflação, gerando espiral inflacionária.

Dessa forma, a política monetária busca evitar a propagação de efeitos secundários e permite a redução da inflação e a ancoragem das expectativas de inflação no médio prazo, restabelecendo a condição necessária para o crescimento sustentado no longo prazo, que inclui a estabilidade no nível de preços.

Nesse contexto de contínua deterioração econômica, constatou-se a necessidade de propor alteração na meta para o ano de 2016, conforme Projeto de Lei encaminhado ao Congresso (convertido na Lei nº 13.291, de 25 de maio de 2016). Ao analisar de modo mais acurado a situação fiscal atual do Governo Federal, verificou-se que o cenário utilizado para a definição da meta fiscal no PLN nº 01/2016¹ poderia não se realizar.

1 Alterava a meta fiscal primária de superávit de R\$ 30,5 bilhões para R\$ 9,31 bilhões (2,76 bilhões para União), podendo ainda ser reduzida: em R\$ 81,956 bilhões correspondentes a receitas frustradas; em R\$ 17,45 bilhões relacionadas ao pagamento de despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Sistema Único de Saúde (SUS) e de auxílio financeiro às unidades federativas para fomento das exportações.

As estimativas de receitas de eventos extraordinários e de operações com ativos foram revisadas adotando-se cenário mais prudencial, e optou-se por excluir da arrecadação todas as receitas consideradas incertas, guiando-se pelo princípio da prudência e da transparência, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assim, a meta de resultado primário do setor público não financeiro consolidado para 2016 foi fixada em déficit de R\$ 163,9 bilhões, equivalente a -2,64% do PIB.

Ato contínuo, o Governo adotou medidas de melhoria na gestão pública e iniciou de imediato o processo de ajuste das contas públicas, com o objetivo de garantir a consolidação fiscal, condição necessária para a retomada do crescimento sustentado. Foi iniciado o processo de ajuste estrutural das contas públicas, por meio do envio ao Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241, de 2016, que propõe o Novo Regime Fiscal, estabelecendo limite para crescimento das despesas primárias do Governo Federal de acordo com a inflação passada. Cabe destacar que essa proposta já foi empregada na elaboração das projeções fiscais de 2017 a 2019 e esse tema é detalhado especificamente na seção sobre “Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2016 e 2017”.

No que tange à melhoria da gestão pública, merecem destaque: a redução no número de ministérios; o corte adicional de 4,3 mil cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) nos demais ministérios; a transformação de 10.460 cargos de livre provimento (DAS) em funções comissionadas, que só podem ser ocupadas por servidores concursados (Medida Provisória – MPV nº 731, 10 de junho de 2016); a nova Lei sobre o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista estabelecendo critérios técnicos para investidura nos cargos decisórios dessas empresas (Lei nº 13.303, 30 de junho de 2016); e o fortalecimento do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), colegiado composto pelos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda, da Casa Civil da Presidência da República e da Transparência, Fiscalização e Controle, cujo objetivo é institucionalizar a revisão e avaliação contínua das principais despesas públicas e dos gastos tributários federais.

Foram também propostos aperfeiçoamentos da governança do Benefício de Prestação Continuada (BPC), auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Somados, esses três programas representam cerca de 26% da despesa total do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com pagamento de benefícios.

Destaca-se ainda a aprovação, pelo Poder Legislativo, da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para permitir melhor gerenciamento do Orçamento da União, o qual apresenta elevado grau de rigidez em função de suas receitas vinculadas.

Com o objetivo de possibilitar a reestruturação e o alongamento de dívidas dos entes subnacionais, foi encaminhada proposta ao Congresso Nacional, com contrapartidas a serem cumpridas por esses

entes. Se aprovadas, estabelecerão limite intertemporal para o crescimento do gasto público em todas as esferas de Governo e, dessa forma, criarão bases para a recuperação do resultado primário do setor público de forma sustentável.

Importante ressaltar também a agenda de aperfeiçoamento do regime previdenciário, indispensável para recuperar a estabilidade fiscal, de modo duradouro, à luz dos desafios impostos pelo envelhecimento populacional que ocorrerá nas próximas décadas. Nesse sentido, destacam-se as discussões no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) da Previdência Social, coordenado pela Casa Civil e pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, com a participação das centrais sindicais civil e de parlamentares, bem como as negociações com os secretários de Fazenda dos entes subnacionais. Com efeito, a primeira iniciativa resultante desse diálogo social é a possibilidade de a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) administrar os planos de benefícios de caráter previdenciário, patrocinados por Estados, Distrito Federal e Municípios que instituem os correspondentes Regimes de Previdência Complementar.

A política macroeconômica também objetiva retomar o crescimento econômico de forma gradual e sustentável. É necessário, portanto, aumentar a taxa de investimento, a intensidade de capital por trabalhador e a produtividade. Para isso, o Governo ampliou e aprimorou o Programa de Concessões e, assim, estabeleceu um impulso adicional para o crescimento.

Dessa forma, o Governo ampliou e aprimorou o Programa de Concessões por meio do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) que, por meio de concessões, visa à realização por parte do setor privado de investimentos nos projetos prioritários do País em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. O PPI também analisa a escolha de ativos da União para a venda ao setor privado, de modo a diminuir o gasto público com custeio e garantir que esses bens aumentem sua produtividade diante do quadro atual.

Os primeiros resultados das medidas adotadas no atual Governo já são percebidos, com queda na inflação esperada, o que permite a redução na taxa de juros e a retomada do crescimento da economia (Tabela 2).

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

	IPCA		SELIC ¹		PIB	
	25/02/2016	26/08/2016	25/02/2016	26/08/2016	25/02/2016	26/08/2016
2016	7,61	7,34	14,25	13,75	-3,45	-3,16
2017	6,00	5,14	12,50	11,25	0,50	1,23
2018	5,49	4,50	11,50	10,50	1,50	2,00
2019	5,00	4,50	11,00	10,00	2,00	2,50

¹ Fim de período.

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

Elaboração: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seplan/MP).

Essa melhora deve demorar alguns trimestres para ser percebida nas contas nacionais e no consumo das famílias, que tem o maior peso no PIB (63,5%). Esse item deve manter trajetória de queda iniciada no primeiro trimestre de 2015, embora com desaceleração. Resultado em linha com o ajuste realizado no setor externo, com redução da absorção doméstica e aumento das exportações líquidas.

Entre os fatores que contribuíram para reduzir o consumo, enfatiza-se a queda da renda real da população ocupada, refletindo em declínio da massa salarial real (-4,1% no primeiro trimestre de 2016 ante igual período de 2015). Adicionalmente, a retração nas novas concessões de crédito e o aumento da inadimplência também impactaram no declínio do consumo das famílias.

Por seu turno, mesmo o consumo do Governo, cujo comportamento é mais estável e se revela menos suscetível a choques conjunturais, também contribuiu para a retração da demanda doméstica, que caiu 5,4% em 2015.

Pelo lado da oferta, o setor de serviços, sustentado pelo consumo das famílias e do Governo, retraiu 2,7% em 2015, a primeira queda na série iniciada em 1996. No primeiro trimestre de 2016, o setor manteve a trajetória de queda, acumulando retração de 3,2% em quatro trimestres.

O setor agropecuário apresentou baixa expansão em 2015, com destaque para o aumento na produção de soja (12,0%) e de milho (7,1%). No entanto, houve recuo na produção de trigo (-14,3%), feijão (-5,3%) e laranja (-4,3%).

A indústria foi afetada, a exemplo dos serviços, pela retração na demanda interna, acúmulo de estoques indesejados, baixo dinamismo da economia mundial e volatilidade cambial, o que dificulta o estabelecimento do preço do bem na moeda estrangeira. Com isso, a produção na indústria de transformação caiu 9,7% em 2015, após queda de 3,9% em 2014.

Após terminar o ano de 2014 de forma aquecida, registrando a menor taxa de desemprego, o mercado de trabalho, a exemplo do ocorrido na atividade econômica, apresentou piora nos indicadores ao longo de 2015, com aumento no desemprego, que encerrou o quarto trimestre em 9,0%. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) também captou essa piora, com redução líquida de 1,625 milhão postos de trabalho formais. Com o aumento do desemprego, houve queda no rendimento real, que, no quarto trimestre de 2015, ficou 2,7% menor que o observado no mesmo período de 2014.

No primeiro semestre de 2016, houve queda da massa salarial e elevação da taxa de desemprego em decorrência da manutenção da conjuntura macroeconômica adversa, com inflação em patamar ainda elevado e nível de atividade econômica ainda deprimida.

A elevação recente do desemprego decorreu de queda da População Ocupada (PO) e aumento da População Econômica Ativa (PEA). Em perspectiva de curto prazo, o desafio imediato da política

econômica é a recuperação do processo de criação de vagas em quantidade suficiente à demanda por trabalho, o que deve ocorrer com a retomada do crescimento econômico.

No médio prazo, o aumento da PEA indica que o processo de crescimento via acumulação do fator trabalho ainda é fonte de crescimento relevante para o Brasil.

Nesse sentido, é importante destacar que a economia brasileira encontra-se na fase final do bônus demográfico, de forma que é necessário estabelecer políticas estruturais que aumentem a taxa de participação na economia.

Cabe destacar também que a recuperação econômica será impulsionada por um conjunto de medidas que buscam enfrentar importantes obstáculos à atividade produtiva e ao investimento. São medidas que destravam o ambiente de negócios, atraindo o investimento produtivo de maneira geral e o investimento em infraestrutura em especial. O aperfeiçoamento dos marcos regulatórios de setores como petróleo e gás, telecomunicações e mineração, a criação de instrumentos de mitigação de riscos de projetos de infraestrutura, bem como a retomada do Programa de Concessões e dos leilões dos blocos de petróleo, estão entre os principais pontos em andamento.

SETOR EXTERNO

O saldo das transações correntes acumulado em um ano apresentou intenso ajuste no período de 18 meses em virtude da desvalorização observada no câmbio efetivo real e com a acentuada retração na demanda interna.

A taxa de câmbio efetiva real, no seu pico, atingiu desvalorização de 49% entre maio de 2014 e setembro de 2015. Nesse período, a taxa de câmbio nominal (R\$/US\$) média desvalorizou 76%. Após o período de *overshooting*, houve acomodação do câmbio e, assim, entre julho de 2014 e julho de 2016, a taxa de câmbio real efetiva apresentou desvalorização de 11% e a taxa nominal, de 47%.

Tendo em vista que a demanda interna apresentou queda de 5,4% em 2015 e de 6,5% acumulado em um ano até o primeiro trimestre de 2016, o déficit em transações correntes caiu de US\$ 104,2 bilhões (4,3% do PIB), em dezembro de 2014, para US\$ 27,9 bilhões (1,6% do PIB) em julho de 2016 (Tabela 3). Essa melhora de US\$ 76 bilhões no saldo das transações correntes no período de um ano e cinco meses é explicada por mudança: a) na balança comercial, que explica 62% do resultado; b) na conta serviços (23%); e c) na conta de rendas (14,5%).

A balança comercial reverteu no período, passando de déficit de US\$ 6,6 bilhões no acumulado em 12 meses até dezembro de 2014 para superávit de US\$ 40,5 bilhões em julho de 2016, em decorrência da retração mais acentuada nas importações (US\$ 87 bilhões) do que nas exportações (US\$ 40 bilhões).

Nos serviços, a melhora é explicada principalmente pela redução no déficit com viagens internacionais, que passou de déficit de US\$ 18,7 bilhões no acumulado em um ano até dezembro de 2014, para déficit de US\$ 7,6 bilhões em julho de 2016. Também houve redução no déficit com transportes e aluguel de equipamentos.

Na conta de rendas, a reversão deveu-se à menor remessa de lucros e dividendos, que passou de déficit de US\$ 31,2 bilhões no acumulado em 12 meses até dezembro de 2014 para déficit de US\$ 20,2 bilhões, em julho de 2016. O pagamento de juros apresentou pequena queda, sendo uma conta que demanda mais tempo para apresentar mudança, uma vez que empréstimos tomados no exterior tendem ser de mais longo prazo e, por isso, geram fluxo mais longo de pagamento de juros.

Em 2015, segundo a Unctad², o Brasil foi o 8º destino preferido pelos investimentos estrangeiros, à frente de Canadá, Austrália, Índia, México e França. Em 2016, conforme relatório da Unctad³, o País passou a ocupar a 7ª posição como destino de preferência de investimento estrangeiro direto de 2016 a 2018.

**TABELA 3 — DADOS SELECIONADOS DO SETOR EXTERNO
(ACUMULADOS EM 12 MESES; US\$ BILHÕES)**

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/14	DEZ/15	JUL/16
CONTA-CORRENTE	-104,2	-58,9	-27,9
Balança Comercial (FOB)	-6,6	-17,7	40,5
Exportações	224,1	190,1	183,8
Importações	-230,7	-172,4	-143,4
Serviços	-48,1	-36,9	-30,3
Viagens Internacionais	-18,7	-11,5	-7,6
Transporte	-8,7	-5,7	-3,6
Aluguel de equipamentos	-22,6	-21,5	-20,4
Renda Primária	-52,2	-42,4	-41,1
Juros	-21,3	-21,9	-21,2
Lucros e Dividendos	-31,2	-20,8	-20,2
Transferências Unilaterais	2,0	2,7	3,1
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	100,4	54,3	19,8
Investimento Direto no País	96,9	75,1	72,0

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

Elaboração: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seplan/MP).

2 World Investment Report 2016, divulgado pela United Nations Conference on Trade and Development (Unctad).

3 World Investment Report 2016, divulgado pela United Nations Conference on Trade and Development (Unctad).

No período, o País realizou forte ajuste no setor externo e sustentou bom desempenho dos indicadores de solvência externa, como a manutenção da posição, adquirida ao final de 2007, de credor externo líquido. Assim, no acumulado em 12 meses até julho de 2016, apesar do endividamento das empresas, o elevado estoque de reservas internacionais tem permitido manter elevado grau de solvência e credibilidade para nosso setor externo.

Desse modo, os bons fundamentos macroeconômicos, o elevado nível das reservas internacionais (representando, em julho de 2016, 32 meses de importações), a manutenção da posição de credor externo líquido, entre outros indicadores, ajudaram a reduzir a percepção de risco por parte dos investidores em relação ao Brasil⁴ e sustentaram as condições para a entrada de capitais estrangeiros.

POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL

Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial são, respectivamente, o alcance, pelo Banco Central do Brasil (BCB), da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); a manutenção das condições prudenciais e regulamentares para que a expansão do mercado de crédito ocorra em ambiente que preserve a estabilidade do sistema financeiro nacional; e a preservação do regime de taxa de câmbio flutuante. O alcance desses objetivos deve observar a evolução da economia brasileira, em linha com as medidas conjunturais implementadas.

Nesse contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), nas primeiras reuniões de 2015, em janeiro e março, considerando que o processo de realinhamento dos preços relativos seguia intensificando-se, tornando o balanço de riscos para a inflação menos favorável, decidiu elevar a taxa Selic para 12,25% a.a. (janeiro) e 12,75% a.a. (março).

Nas reuniões de abril e junho de 2015, o Copom, novamente considerando que os ajustes de preços relativos na economia prosseguiram, elevando o balanço de riscos para a inflação, reafirmou a visão de que compete à política monetária conter os efeitos de segunda ordem decorrentes daqueles ajustes, para circunscrevê-los a 2015, e decidiu, assim, elevar a taxa Selic para 13,25% a.a. (abril) e 13,75% a.a. (junho).

Na reunião de julho de 2015, o Copom decidiu elevar a taxa básica de juros para 14,25% a.a., ponderando que a manutenção da taxa nesse patamar, por período suficientemente prolongado, seria necessária para a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante da política monetária. Nas reuniões seguintes, inclusive naquelas realizadas até julho de 2016, a taxa básica de juros foi mantida, tendo sido ressaltado, nas reuniões de abril e julho de 2016, que o nível elevado

⁴ Em fevereiro de 2016, o risco Brasil medido pelo EMBI+ atingiu 569 pontos básicos, retornando para o nível de 300 pontos básicos em julho. Em fevereiro de 2016, o *Credit Default Swap* (CDS) brasileiro atingiu 584 pontos, retornando para 370 pontos em julho.

da inflação em 12 meses e as expectativas de inflação distantes dos objetivos do regime de metas não ofereciam condições para flexibilização da política monetária.

Para 2017, a meta de inflação é de 4,5%, com intervalo de tolerância de mais ou menos 1,5 p.p., conforme estabeleceu a Resolução CMN nº 4.419, de 25 de junho de 2015.

A continuidade da convergência da inflação para a meta fixada e a resultante consolidação do cenário de estabilidade macroeconômica duradouro contribuirão para a redução progressiva da percepção de risco macroeconômico. Nesse contexto, observe-se que, em cenário de menor volatilidade, o prêmio de risco tende a cair, tornando mais potente o canal de crédito e a política monetária.

Em 2015, as operações de crédito refletiram o processo de perda de dinamismo econômico observada em período recente, trajetória marcada pela retração da atividade econômica, com impacto relevante sobre as contratações de operações com recursos livres. No mesmo sentido, o segmento de crédito direcionado registrou desaceleração na demanda de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos, e nas operações de crédito imobiliário, caracterizadas também pelas condições mais restritivas na oferta de recursos.

Nesse ambiente, o saldo total do crédito do sistema financeiro somou R\$ 3.219 bilhões ao final de 2015, crescendo 6,7% no ano em ritmo historicamente mais moderado (11,3% em 2014 e 14,5% em 2013), e a razão crédito/PIB atingiu 54,5% (aumento anual de 1,4 p.p.). As carteiras de pessoas jurídicas e de pessoas físicas totalizaram, na ordem, R\$ 1.707 bilhão e R\$ 1.512 bilhão, com elevações anuais respectivas de 6,3% e 7,1% (9,5% e 13,4%, em 2014, respectivamente). O saldo das operações de crédito concedidas pelos bancos públicos atingiu R\$ 1.797 bilhão em dezembro, elevando-se 10,7% no ano e passando a representar 55,8% da carteira total do sistema financeiro (53,8% em 2014). Os empréstimos efetuados pelas instituições privadas nacionais e instituições estrangeiras apresentaram participações respectivas de 29,4% e 14,7% no total das operações de crédito do sistema financeiro (31,6% e 14,6%, na ordem, em 2014).

A evolução das taxas ativas de juros repercutiu a trajetória da taxa básica, observando-se, adicionalmente, crescimento dos *spreads*, dos níveis de inadimplência e dos prazos médios das contratações. A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro, consideradas as operações com recursos livres e os direcionados, cresceu 6,1 p.p. no ano (1,4 p.p. em 2014), atingindo 29,8% a.a. em dezembro. A taxa alcançou 37,9% a.a. nas contratações com famílias (+7,2 p.p.) e 20,7% a.a. no segmento de empresas (+4,2 p.p.). O *spread* bancário das operações de crédito do sistema financeiro situou-se em 18,6 p.p. em dezembro de 2015 (elevação anual de 3,7 p.p.).

A inadimplência do sistema financeiro, referente aos atrasos acima de 90 dias, cresceu 0,7 p.p. no ano, situando-se em 3,4% em dezembro. O nível de atrasos atingiu 4,2% nas operações com pessoas físicas e 2,6% com pessoas jurídicas, após aumentos anuais respectivos de 0,5 p.p. e 0,7 p.p.

O comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida alcançou 21,1% em dezembro de 2015, retração de 0,7 p.p. no período anual, mas voltou a crescer no início de 2016, alcançando o patamar de 22,7% em junho.

Em 2016, as operações de crédito mantêm a trajetória de arrefecimento, em decorrência do cenário de retração da atividade econômica, o patamar reduzido dos índices de confiança de empresários e consumidores, e as condições do mercado de crédito – aumentos das taxas de juros, sobretudo no segmento de famílias, e dos níveis de inadimplência, no segmento de empresas. Nesse sentido, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 3.115 bilhões em julho, redução de 3,2% no acumulado do ano. A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro atingiu 33,0% a.a. no mesmo mês, nível mais alto da série histórica iniciada em março de 2011, com elevação de 3,2 p.p. no período. Concorreu para esse desempenho o spread das operações (23,2 p.p.), com elevação de 4,6 p.p. no ano, refletindo em parte a inadimplência do sistema financeiro, consideradas as operações com atraso superior a noventa dias, que atingiu 3,6% (aumento de 0,2 p.p.).

O mercado de câmbio contratado foi superavitário em US\$ 9,4 bilhões em 2015, após registrar déficit de US\$ 9,3 bilhões no ano anterior e de US\$ 12,3 bilhões em 2013. Nos sete primeiros meses de 2016, o fluxo de contratações cambiais voltou a ser deficitário, somando US\$ -9,1 bilhões, comparativamente a US\$ +7,2 bilhões em igual período de 2015. No período de janeiro a julho, o segmento comercial foi responsável pela entrada líquida de US\$ 29,5 bilhões, enquanto no financeiro houve remessa líquida de US\$ 38,6 bilhões.

Em 2015, a atuação do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio resultou em vendas líquidas de US\$ 1,8 bilhão, em linhas com o compromisso de recompra. No primeiro semestre de 2016, o Banco Central do Brasil vendeu liquidamente US\$ 295 milhões, situando o estoque dessas operações em US\$ 12,6 bilhões em junho deste ano. A posição líquida em *swap* cambial, operação em que o BCB assume posição passiva em variação cambial, e ativa em taxa de juros doméstica, alcançou US\$ 62,1 bilhões no final de junho de 2016, composto por posição vendida de US\$ 86,3 bilhões e posição comprada de US\$ 24,1 bilhões.

Assim sendo, a evolução da conjuntura econômica interna e externa deverá orientar decisões futuras de política monetária, com vistas a assegurar a convergência da inflação para a trajetória de metas.

PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2016 E 2017

A política macroeconômica implementada em 2016, marcada por medidas de ajuste econômico, objetiva retomar o crescimento do PIB de forma sustentável. Para tanto, é necessário elevar a taxa de investimento e a intensidade do capital por trabalhador. Com esse objetivo, o Governo ampliou o Programa de Concessões e estabeleceu importante fonte adicional para o crescimento.

Ademais, o realinhamento de preços relativos destaca-se como importante força motriz para o crescimento, em especial a desvalorização cambial. A depreciação da taxa de câmbio iniciada em 2015 permitiu acentuado ajuste no setor externo, que ainda está em progresso. Neste cenário, o setor externo contribuiu positivamente para a economia em 2015 e deve continuar contribuindo nos próximos anos, estabelecendo fonte adicional de expansão para a economia.

Ainda no setor externo, a mudança na política de acordos comerciais, ampliando o foco para as possibilidades de acordos bilaterais, também contribuirá para a melhora no saldo da balança de bens e serviços e, conseqüentemente, para maior crescimento do PIB.

A venda de alguns ativos, em especial no setor elétrico, também contribuirá para ampliar o crescimento sustentado, uma vez que, em decorrência da consolidação fiscal, o setor público, incluindo empresas estatais, poderá não conseguir realizar todos os investimentos necessários para ampliar e melhorar a qualidade da oferta de energia.

Com base nesse cenário, a proposta orçamentária para o exercício de 2017 adota os seguintes parâmetros (Tabela 4):

TABELA 4 – PROJEÇÃO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

DISCRIMINAÇÃO	OBSERVADO	PROJEÇÃO ¹		
	2015	2016	2017	2018
PIB: Variação % anual	-3,85	-3,00	1,60	2,50
IPCA: Variação % acumulada no ano	10,67	7,20	4,80	4,50
Taxa de Câmbio R\$/US\$: média anual	3,33	3,50	3,43	3,57
Taxa SELIC (% ao ano): média anual	13,27	14,01	12,11	10,32

¹ Projeções Grade de Parâmetros de 11/08/2016.

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF).

Elaboração: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seplan/MP).



Para 2016, ainda se projeta variação negativa do PIB (-3,0%), em função do processo de ajuste pelo qual passa a economia brasileira. A capacidade produtiva disponível, resultado da expansão dos investimentos nos últimos anos, a demanda externa e o aumento da produtividade do trabalho permitirão, em primeiro momento, a retomada do crescimento a taxa moderada. A retomada do investimento com o Programa de Concessões e com o aumento da poupança das empresas pavimenta o caminho para a retomada do crescimento mais robusta e sustentada no segundo momento.

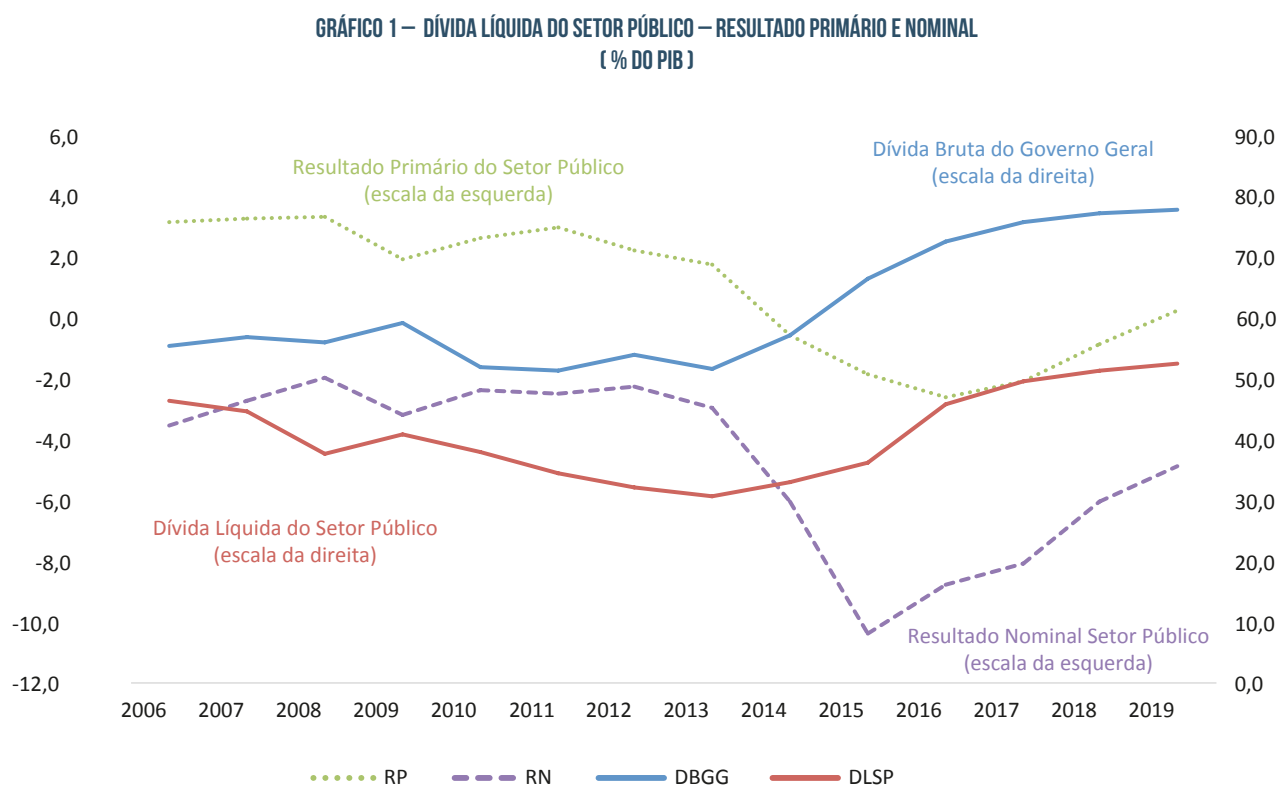
A taxa de inflação deverá realizar trajetória de convergência gradual em direção à meta fixada pelo CMN ao longo de 2017. A definição atual desse colegiado prevê a meta de 4,5% anuais, com intervalo de 1,5 pontos percentuais para cima e para baixo. Apesar da perspectiva de fluxo de capital positivo para o País em volume mais do que suficiente para financiar o déficit em conta-corrente, a taxa de câmbio tende a ser afetada também por outros fatores. É o caso, por exemplo, da perspectiva de elevação da taxa de juro básica dos Estados Unidos da América (EUA), de menor crescimento do PIB da China e das incertezas ainda existentes na Área do Euro. Entretanto, a previsão para a taxa de juros considera que a política monetária mais restritiva, que o Governo foi obrigado a adotar a partir de abril de 2013, bem como as medidas para elevar a competitividade do setor produtivo, criaram as condições necessárias para que o País retome o crescimento sustentado em 2017, sem que sejam geradas as indesejáveis pressões inflacionárias.

GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2016 E 2017

O conjunto de medidas adotadas pelo Governo com vistas a iniciar o processo de consolidação fiscal, do qual se destacam tanto medidas de impacto imediato nas contas públicas quanto iniciativas estruturantes de longo prazo (listadas a seguir nesta seção), é essencial para reverter o quadro de desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, o qual afeta a sustentabilidade de médio e longo prazo da dívida pública brasileira e impede que a economia se insira em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos.

A deterioração do resultado primário nos últimos anos, que culminará na geração de déficit primário de até R\$ 163,9 bilhões em 2016 para o setor público, somada à assunção de obrigações, determinou o crescimento da dívida pública federal. Nesse contexto, a Dívida Bruta do Governo Geral passará de 51,7% do PIB, em 2013, para 72,5% do PIB em 2016, de acordo com projeções do Governo. Por sua vez, a programação fiscal proposta no PLOA 2017 considera uma meta de déficit primário de R\$ 139,0 bilhões, consistente com as atuais projeções de dívida líquida e bruta, e os objetivos de estabilização destes indicadores no médio prazo. Nesse cenário, as medidas adotadas pelo Governo com vistas à consolidação fiscal afetam os principais indicadores fiscais já a partir de 2017, quando se observam mudanças em seus comportamentos. No caso dos resultados primário e nominal, evidencia-se uma reversão de sua trajetória recente de queda, com o setor público atingindo superávit de 0,2% em 2019. No caso das dívidas líquida e bruta, suas taxas de crescimento sofrem desaceleração ininterrupta no período, partindo de um aumento de 9,7 e 6,0 pontos-base em 2016, respectivamente, para 1,1 e 0,5 pontos-base em 2019, quando atingem 52,5% e 77,7% do PIB, respectivamente.

O Gráfico 1 a seguir mostra a evolução das dívidas líquida e bruta e dos resultados primário e nominal até 2019:



* Os dados observados excluem Petrobras e Eletrobras. Dados observados até junho de 2015.

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

Elaboração: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seplan/MP).

Note-se que a persistência do desequilíbrio fiscal acarretou elevados prêmios de risco, perda de confiança dos agentes econômicos e altas taxas de juros, que, por sua vez, deprimiram os investimentos e comprometeram a capacidade de crescimento e geração de empregos na economia. Dessa forma, ações para dar sustentabilidade às despesas públicas não são um fim em si mesmas, mas o único caminho para a recuperação da confiança, que se traduzirá na volta do crescimento.

Um dos principais problemas da política fiscal do Governo Federal está na rigidez e no crescimento acelerado da despesa pública primária que, no período 2008-2015, cresceu a uma média anual de 12%, enquanto a receita evoluiu apenas 9,0%. Torna-se necessário estabilizar o crescimento da despesa primária como instrumento para conter a expansão da dívida pública.

Com vistas a aprimorar as instituições fiscais brasileiras, foi proposta a criação de novo regime fiscal, que estabelece limite para o crescimento das despesas primárias total do Governo Central. A implementação dessa medida resultará, entre outros benefícios: aumento da previsibilidade da política macroeconômica e fortalecerá a confiança dos agentes; eliminação da tendência de crescimento real do gasto público sem impedir que se altere a sua composição; e redução do risco-

-país, o que abrirá espaço para redução das taxas de juros. Numa perspectiva social, a implementação dessa medida alavancará a capacidade de a economia gerar empregos e renda, bem como estimulará a aplicação mais eficiente dos recursos públicos.

O novo regime fiscal, válido para a União, será estabelecido para cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa e financeira, tendo duração de 20 anos, com possibilidade de revisão da regra no décimo ano de vigência, a partir de proposição do Poder Executivo. Esse regime consiste em fixar uma meta de expansão da despesa primária total, que terá crescimento real zero a partir do exercício subsequente ao da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o que levará à queda substancial da despesa primária do Governo Central como porcentagem do PIB. Tal correção será feita pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Vale destacar que essa proposta já foi empregada na elaboração das projeções fiscais de 2017 a 2019.

Destaca-se que não haverá, em virtude do novo regime, congelamento de gastos em qualquer setor, mas apenas uma limitação para o crescimento total da despesa em função da inflação. O controle fiscal será feito pela despesa primária total, podendo haver realocação de recursos entre os setores, a depender das prioridades e necessidades identificadas nos orçamentos anuais.

Assim, serão utilizados dois instrumentos de gestão fiscal: de curto prazo (resultado primário) e de médio e longo prazo (limite de despesa). É importante destacar que a maior relevância do limite de crescimento real zero da despesa não financeira dar-se-á justamente no momento em que o País sair do atual cenário econômico. Quando a receita voltar a crescer, e com ela as pressões para aumento de gastos, haverá uma trava para o gasto público que impedirá o seu aumento automático e desordenado, por um lado, e ensejará a forte geração de resultados primários positivos, por outro, revertendo por a atual trajetória da dívida pública e consolidando as bases para o crescimento sustentável de longo prazo.

Além da proposta do novo regime fiscal, o qual, se aprovado ainda neste ano, iniciará sua vigência em 2017, o Governo também adotou uma série de medidas de vigência imediata com vistas a iniciar o processo de consolidação fiscal já desde o início de sua gestão.

A GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A evolução da dívida pública é um importante indicador fiscal do País. Nos últimos anos, a relação dívida/PIB assumiu trajetória crescente com a deterioração dos resultados fiscais primários. Ao final de 2015, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) correspondia a 66,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, o cenário econômico para os próximos anos mostra-se desafiador, com expectativa de manutenção da tendência de crescimento da DBGG/PIB no curto prazo.

A Dívida Bruta do Governo Geral é composta principalmente pela Dívida Pública Federal (DPF), que representa aproximadamente 66% da DBGG⁵. Além da DPF, outro componente significativo da DBGG são as operações compromissadas que representam 25% da DBGG⁶. Assim, o foco desta seção será no planejamento e na gestão da DPF, cuja responsabilidade é da Secretária do Tesouro Nacional.

A gestão da Dívida Pública Federal, dívidas interna e externa, tem o objetivo de suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo, ao menor custo no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco e buscando contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos⁷.

Para o alcance desse objetivo, as seguintes diretrizes para o gerenciamento da dívida pública, tais como elencadas no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2016, são observadas na definição das estratégias de financiamento da DPF:

- substituir gradualmente os títulos indexados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços;
- suavizar a estrutura de vencimentos;
- aumentar o prazo médio do estoque;
- desenvolver a estrutura a termo de taxas de juros nos mercados interno e externo;
- aumentar a liquidez dos títulos públicos;
- ampliar a base de investidores; e
- aperfeiçoar o perfil da Dívida Pública Federal externa (DPFe), por meio de emissões de títulos com prazos de referência (*benchmark*), programa de resgate antecipado e operações estruturadas.

Adicionalmente, o Tesouro Nacional buscará, em 2016 e 2017, realizar emissões líquidas (emissões de títulos em volume superior à necessidade líquida de financiamento), visando auxiliar na redução do excesso de liquidez do sistema bancário ao longo dos próximos anos, o qual está materializado no estoque de operações compromissadas do Banco Central. Cabe lembrar que tal política não afeta a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) ou a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)⁸.

Essas diretrizes têm resultado em mudanças no perfil da dívida ao longo do tempo. Por exemplo, em 2002, apenas 1,5% da DPF correspondia a títulos com taxas de juros prefixadas. Já ao final de 2015, essa parcela havia subido para 39,4% da DPF. No mesmo período, reduziu-se a participação de dívida

5 Posição em maio de 2016.

6 Posição em maio de 2016.

7 Reafirmadas na Portaria MF nº 29, de 21 de janeiro de 2016.

8 Tudo o mais constante, as emissões líquidas da DPF nesse caso conduzem à redução no estoque de operações compromissadas do Banco Central. Além disso, vale destacar que tanto a Letra Financeira do Tesouro (LFT) quanto as compromissadas da Autoridade Monetária são remuneradas por taxas de juros flutuantes, de maneira que globalmente essa política não contribui para retrocessos no perfil de risco da DLSP ou da DBGG.

com juros flutuantes de 42,4% para 22,8% da DPF. Contudo, essa melhora não ocorre todos os anos de maneira contínua, porque em cenários de maior volatilidade, o Tesouro Nacional adota postura mais conservadora e não referencia as taxas de juros elevadas solicitadas pelo mercado na emissão de novos títulos prefixados.

Nesse sentido, o aumento da emissão de títulos com juros atrelados a taxas flutuantes configura-se como uma das possíveis estratégias no curto prazo, mas sem perder de vista as diretrizes supracitadas de buscar a redução da parcela desses instrumentos na DPF. Conforme destacado no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2016, a estrutura desejada para a dívida no longo prazo não deve ser alcançada imediatamente e a qualquer custo, mas de forma gradual, sem promover pressões que resultem em custo de transição excessivo. Em outras palavras, o Tesouro Nacional procura, no curto prazo, ajustar as estratégias do PAF de acordo com as condições macroeconômicas e financeiras do País.

Nesse contexto, o PAF para 2016 apresenta os parâmetros que o Tesouro Nacional almeja atingir quanto à estrutura e à composição da DPF, conforme resumido na tabela a seguir, que também mostra a evolução dos indicadores dessa dívida ao longo dos últimos anos. Considerando os limites estabelecidos para 2016, cabe ressaltar que atenção especial deverá ser dada ao alongamento do prazo médio da dívida, com a introdução de vértices mais longos e a suavização do perfil de vencimentos, fatores que permitirão a continuidade da redução dos riscos da dívida.

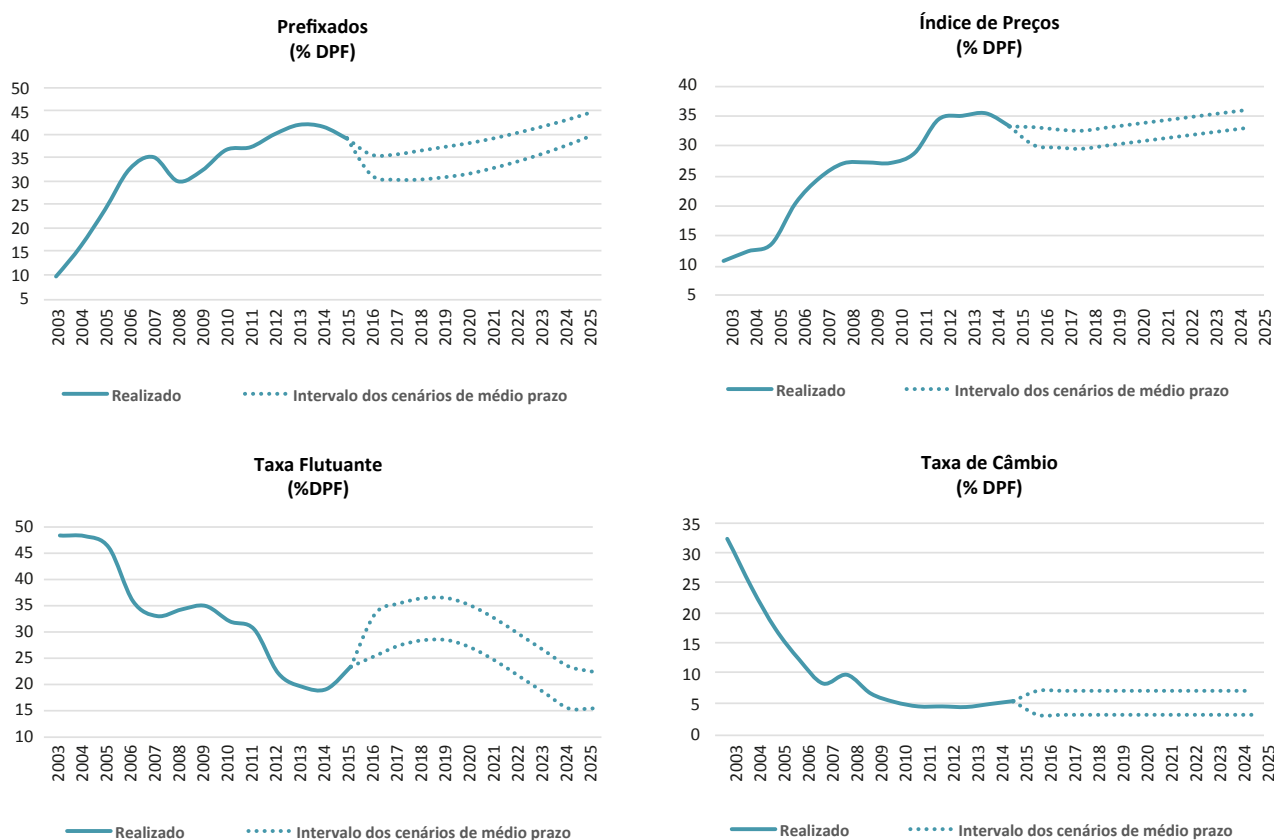
TABELA 5 – RESULTADOS E PROJEÇÕES – DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

INDICADORES	DEZ/02	DEZ/12	DEZ/13	DEZ/14	DEZ/15	LIMITES PARA 2016	
						MÍNIMO	MÁXIMO
ESTOQUE DA DPF¹ EM MERCADO (R\$ BILHÕES)	893,3	2.008,0	2.122,8	2.295,9	2.793,0	3.100,0	3.300,0
Composição do Estoque da DPF							
Prefixado (%)	1,5	40,0	42,0	41,6	39,4	31,0	35,0
Índice de Preços (%)	8,8	33,9	34,5	34,9	32,5	29,0	33,0
Taxa Flutuante (%)	42,4	21,7	19,1	18,7	22,8	30,0	34,0
Câmbio (%)	45,8	4,4	4,3	4,9	5,3	3,0	7,0
Estrutura de Vencimentos							
% vincendo em 12 meses	34,6	24,4	24,8	24,0	21,6	16,0	19,0
Prazo Médio (anos)	3,6	4,0	4,2	4,4	4,6	4,5	4,7

¹ Inclui a Dívida Doméstica (R\$ 2.744.17 bilhões - maio 2016) e da Dívida Externa (R\$ 134.70 bilhões - maio 2016) de responsabilidade do Tesouro Nacional. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF).

Os limites de referência previstos para o final de 2016 apontam para aumento na proporção de títulos flutuantes na composição da dívida, a despeito dos avanços esperados em sua estrutura de vencimentos. Ou seja, nos primeiros anos do horizonte de planejamento, há perspectiva para os indicadores da composição da DPF que não se encontra aderente às diretrizes de médio e longo prazo, sobretudo no próximo triênio, como ilustra a figura a seguir, mas que se faz necessária para evitar pressões de custo. Passado esse período inicial, as trajetórias voltam a projetar convergência para a estrutura desejada no longo prazo.

FIGURA 1 – COMPOSIÇÃO DA DPF NO MÉDIO PRAZO



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF).

As perspectivas para a composição da DPF no longo prazo revelam ainda a estabilidade da parcela remunerada pela variação cambial nesse horizonte. Após processo de redução do peso desse tipo de dívida no estoque total, sua participação estabilizou-se em patamares próximos de 5% da DPF (eram mais de 30% em 2003), coincidindo com o parâmetro desejado para o longo prazo. Esse resultado é expressivo e aponta para a estabilidade e segurança de um perfil de dívida majoritariamente em moeda local, ainda que aproximadamente 20% dela seja detida por investidores não residentes.

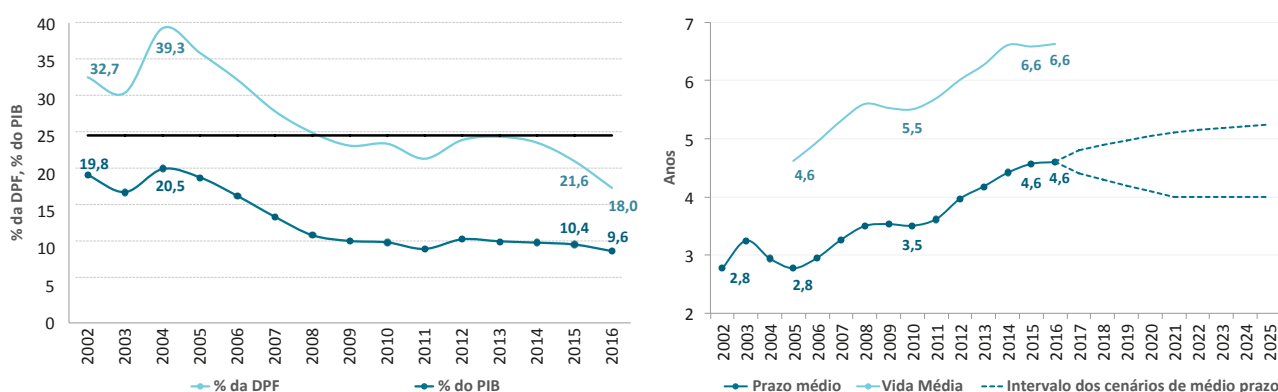
Cabe destacar que os títulos prefixados aumentam a previsibilidade dos custos e dos fluxos de pagamento da dívida, enquanto os títulos remunerados por índices de preços oferecem proteção

às finanças públicas, dada a potencial correlação positiva entre as receitas do Governo e a inflação, bem como alinham os objetivos de política fiscal e monetária. No entanto, os títulos indexados a juros flutuantes (taxa Selic) e os denominados em moeda externa estão sujeitos à maior volatilidade, adicionando imprevisibilidade à trajetória da dívida.

A evolução esperada para a composição da DPF relaciona-se com sua estrutura de vencimentos, que constitui outro conjunto de indicadores de risco da dívida. A preocupação com o alongamento da dívida diz respeito à mitigação do risco de refinanciamento do Tesouro Nacional, diante da possibilidade de, ao acessar o mercado para refinarçar sua dívida vincenda, encontrar condições financeiras adversas que impliquem elevação dos custos de emissão.

Historicamente, a estrutura de vencimentos da DPF tem registrado progressos relevantes, reduzindo substancialmente o seu risco de refinanciamento, conforme ilustrado na Figura 2. A concentração de vencimentos da DPF em até 12 meses apresentou forte tendência de queda na última década, enquanto os indicadores de prazo médio e vida média têm se mantido em trajetória ascendente.

FIGURA 2 – DPF VINCENDO EM 12 MESES, PRAZO E VIDA MÉDIA DA DPF



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF).

Em geral, no atual estágio de desenvolvimento do mercado de renda fixa brasileiro, em contexto caracterizado por elevada preferência por instrumentos de menor duração, a adoção de estratégia de financiamento com maior colocação de títulos com taxas prefixadas poderia resultar em aumento da proporção de dívida que vence no curto prazo e redução em seu prazo médio.

Diante dessa possibilidade, as estratégias implícitas nas projeções de médio horizonte contemplam baixos volumes de oferta de títulos prefixados de curtíssimo prazo (até um ano), enquanto as alternativas com maior duração tendem a observar as condições de demanda em cada momento, com o cuidado para que os leilões da dívida não criem pressões que resultem em aumento excessivo do prêmio de risco implícito no custo desses instrumentos.

Assim, a expectativa é que o percentual vincendo em 12 meses da DPF tenha trajetória de queda no primeiro triênio das projeções, com o retorno no médio prazo para patamares em torno do *benchmark* estabelecido em 20% da DPF. Já o prazo médio da DPF aponta para a possibilidade de continuidade do processo de alongamento da dívida em direção ao seu *benchmark*. Entretanto, parte de seu aumento dependerá de condições de demanda que permitam ampliar as emissões de títulos mais longos, com destaque para as NTN-F e NTN-B. Em composições da DPF com menor participação dos instrumentos remunerados por índices de preços, que têm maior duração, a estatística tende a refletir um encurtamento da dívida. Contudo, mesmo nos cenários menos favoráveis, o indicador mantém-se em patamar confortável, situando-se acima de quatro anos.

Desse modo, observa-se que ao longo da última década houve melhora substancial na composição e no alongamento da DPF, em linha com as diretrizes definidas nos diversos Planos Anuais de Financiamento (PAF). Como resultado, atualmente a DPF se encontra bem próxima daquela composição que se considera como ótima no médio prazo, ao permitir o atendimento das necessidades de financiamento do Governo Federal dentro da melhor relação entre custo e risco.

Outro ponto que merece destaque é a gestão do Programa Tesouro Direto, que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas pela internet. O Tesouro Nacional tem buscado a sua ampliação, dando continuidade ao projeto de reavaliação e reformulação do programa, iniciado em 2013. O Tesouro Direto terminou o ano de 2015 superando marcas importantes, com 624.358 investidores cadastrados e estoque de R\$ 25,6 bilhões (crescimento de 67,4% em relação ao estoque do final do ano anterior, que era de R\$ 15,3 bilhões). Desde a sua criação, em 2002, o Programa tem colaborado consideravelmente para a democratização da formação de poupança da sociedade brasileira, principalmente a de longo prazo, sob a forma de títulos públicos.

Passando especificamente à administração da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), também se observam avanços importantes. Nos últimos anos, o Tesouro Nacional reduziu as necessidades de financiamento externo do Governo Federal e, ao mesmo tempo, aumentou a eficiência da sua curva de juros. Para tanto, foi implementada a política de emissão de pontos de referência bem definidos na estrutura a termo de taxa de juros complementada por operações de resgate antecipado para retirada de mercado dos títulos de elevado cupom, que foram emitidos em períodos nos quais os custos de financiamento da República eram bem superiores.

Nesse contexto, cabe citar o programa de resgate antecipado dos títulos da dívida externa, que desde 2006 resgatou cerca de R\$ 24,4 bilhões de títulos em valor de face. Além disso, devem ser destacadas as operações especiais de gerenciamento de passivos da dívida mobiliária externa, que foram feitas inicialmente em 2005 e 2006 para retirar do mercado os títulos de reestruturação da dívida emitidos no contexto do Plano Brady, e que foram retomadas com grande sucesso em 2013 e 2014. Juntas, essas operações resgataram R\$ 11,7 bilhões em títulos. Por fim, cabe ainda mencionar



as operações de gestão da dívida contratual externa, que promoveram o pagamento antecipado de cerca de R\$ 31,4 bilhões em contratos com organismos multilaterais.

Por fim, diante do cenário desafiador, vale ressaltar a importância de perseverar nos atuais esforços de consolidação da política fiscal brasileira. Essa é uma condição fundamental para manutenção dos ganhos obtidos na gestão da dívida, bem como para assegurar o retorno do endividamento bruto do Governo a uma trajetória mais favorável. Esse caminho levará à queda dos juros de longo prazo no País, à retomada dos investimentos e ao aumento da renda do trabalho.



II - DESTAQUE SETORIAL

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Os investimentos em infraestrutura têm sido fundamentais para o desenvolvimento e o resgate da cidadania, porque geram empregos e democratizam oportunidades. Além disso, são necessários para a retomada do crescimento econômico do País.

Por isso, em 2017, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) reservou recursos para investimentos públicos estratégicos no Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, destinando dotações para ações em três eixos e para o setor de Defesa, conforme a Tabela 6.

TABELA 6 – RECURSOS DESTINADOS À INFRAESTRUTURA, ESTRUTURADOS POR EIXOS, 2017
(EM R\$ BILHÕES)

EIXO	PLOA 2017
Infraestrutura Social e Urbana	15,7
Infraestrutura Logística	13,0
Infraestrutura Energética	0,7
Defesa	5,9
Total dos Eixos e Defesa (A)	35,3
Gestão e Administração (B)	0,5
TOTAL (A + B)	35,8

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

Os recursos em **Infraestrutura Social e Urbana** abrangem os investimentos com foco na melhoria das condições de vida da população nas cidades brasileiras, contemplando, além dos benefícios alcançados com a disponibilização de infraestrutura física, as dimensões sociais, urbanas e culturais. Para esse eixo estão previstos cerca de R\$ 15,7 bilhões. São ações que impactam a vida cotidiana das pessoas, famílias, comunidades, cidades e regiões, com reflexo no desenvolvimento econômico, na promoção do bem-estar social e na garantia de direitos, e estão estruturadas nas seguintes áreas: creches, Unidades Básicas de Saúde (UBS), habitação, mobilidade urbana, saneamento, recursos hídricos, prevenção em áreas de risco, equipamentos urbanos e cidades históricas. São investimentos realizados pela própria União e em parceria com governos estaduais, municipais, entidades urbanas e rurais, companhias estaduais e municipais e setor privado, que atendem ao conjunto dos municípios brasileiros.

A partir desse conjunto de ações, os investimentos vêm transformando a vida de milhões de brasileiros, viabilizando: acesso à moradia digna e aos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário; destinação adequada de resíduos sólidos; prevenção de desastres; oferta de água e energia elétrica; melhoria dos serviços de transporte coletivo urbano; recuperação de sítios históricos; e oferta de equipamentos urbanos.

Nesse eixo, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi responsável por realizar o sonho da casa própria para mais de 2,92 milhões de famílias, que tiveram suas casas entregues até o primeiro semestre de 2016. Lançado em 2009, o Programa tem o objetivo de reduzir o déficit habitacional por meio de construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais, em especial as voltadas ao atendimento da população de baixa renda. O PMCMV já contratou mais de 4,36 milhões de unidades habitacionais em todo o País.

Para mobilidade urbana, estão previstos recursos para apoio à implementação de empreendimentos estruturantes que proporcionem a melhoria da qualidade do transporte público e a redução do tempo de deslocamento das pessoas nas médias e grandes cidades brasileiras, além de regiões metropolitanas. Os recursos totalizam R\$ 1,3 bilhão e destinam-se, sobretudo, a modos de transporte de alta e média capacidade, como metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), monotrilho, trem urbano, BRT (*Bus Rapid Transit*) e BRS (*Bus Rapid Service*), além da implantação de corredores exclusivos de ônibus e demais intervenções que complementam o sistema de transporte urbano e facilitam o tráfego dos cidadãos, como terminais de integração e corredores fluviais.

As intervenções de saneamento, no valor de R\$ 1,3 bilhão, melhoram a qualidade de vida nos centros urbanos por meio da oferta de ambientes mais salubres, observadas as compatibilidades com as políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o PLOA 2017 prevê beneficiar famílias com o desenvolvimento de projetos relativos a esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água e ações de saneamento integrado. Também estão reservados recursos para implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em Municípios de até 50 mil habitantes, com maior foco em prevenção de doenças e agravos.

O Governo Federal também investirá na expansão da oferta de água em todo o País. As obras de infraestrutura hídrica ampliam o acesso da população à água para os mais diversos usos (consumo humano, dessedentação animal, agricultura irrigada e atividade industrial, entre outros), contribuindo para a expansão da atividade econômica e para o desenvolvimento social. Neste momento em que regiões brasileiras sofrem com a escassez hídrica, a estratégia é priorizar os investimentos públicos em obras que viabilizem a integração entre regiões hidrográficas, rios, reservatórios e demais infraestruturas hídricas. Com a execução de obras estruturantes e reabilitação de infraestrutura existente, busca-se a expansão da disponibilidade e a segurança hídrica, proporcionando o abastecimento a partir de fontes perenes. Nesse contexto, o Projeto

de Integração do Rio São Francisco (Pisf) tem um papel fundamental para o combate à escassez no Nordeste Setentrional, sendo a maior obra de infraestrutura hídrica no País. O uso racional dos recursos hídricos é fundamental para a sustentabilidade hídrica dos rios. Por esse motivo, os investimentos no programa de revitalização da Bacia do Rio São Francisco continuarão, de maneira a garantir a disponibilidade hídrica da bacia e recuperar áreas degradadas.

Em Prevenção em Áreas de Risco avançou-se na priorização de intervenções estruturais preventivas, que visam minimizar ou mesmo eliminar os efeitos adversos de desastres naturais. Com esse objetivo o Governo Federal vem atuando em três diferentes frentes de ação: drenagem em áreas urbanas; contenção de encostas; e contenção de cheias.

Ainda nesse eixo, com o foco voltado para as áreas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer e inclusão social, estão previstos recursos da ordem de R\$ 1,4 bilhão, que contribuirão para assegurar mais qualidade de vida à população. Para tanto, as principais ações desenvolvidas são: Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Creches e Pré-Escolas, e Centros de Iniciação ao Esporte (CIE).

No âmbito do Ministério da Saúde, serão investidos R\$ 450,0 milhões para a ampliação e para a construção de novas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de Unidades de Pronto Atendimento (UPA). As UBS são estabelecimentos de saúde considerados como porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS). Local prioritário de atuação das equipes de Atenção Básica, tem como objetivo atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhamento para hospitais. Nas UBS os usuários podem realizar atendimentos básicos e gratuitos em Pediatria, Ginecologia, Clínica Geral, Enfermagem e Odontologia. Os principais serviços oferecidos pelas UBS são consultas médicas e de enfermagem, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica. As UPA possuem estrutura de complexidade intermediária entre as UBS e as portas de urgência hospitalares, e contam com equipamentos de raios-x, eletrocardiografia, laboratório de exames e leitos de observação, onde os médicos prestam socorro imediato e analisam a necessidade de encaminhar o paciente até um hospital ou mantê-lo em observação, possibilitando a redução nas filas nos prontos-socorros das unidades hospitalares.

Esse eixo reserva recursos para o Programa Cidades Históricas, que visa à Preservação do Patrimônio e recupera conjuntos, monumentos e sítios urbanos de relevância histórica, auxiliando na geração de renda, agregação social e afirmação da identidade cultural das comunidades. Destina recursos para a Inclusão Digital, cujo objetivo é ampliar o acesso à internet em regiões remotas, aumentar a segurança na comunicação de dados e melhorar a interconectividade da rede brasileira com outros países. Assim, o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), que está em fase final de testes e tem lançamento previsto para o início de 2017, é um instrumento fundamental. Também faz parte dos investimentos previstos a implantação de cabo submarino

de comunicação de dados entre o Brasil e a Europa, que propiciará uma redução nos custos de interconexão, ampliará a capacidade de transmissão das informações e aumentará a segurança no tráfego de dados entre os continentes sul-americano e europeu.

Os investimentos no eixo **Infraestrutura Logística** têm como objetivo ampliar a qualidade dos serviços de transporte, para aumentar a competitividade da produção brasileira, fortalecendo a integração de cadeias produtivas e facilitando a circulação de pessoas e produtos em todo o território nacional. Além de contribuir para o crescimento da produção, esses investimentos geram empregos diretos e indiretos, funcionando como um dos grandes motores de expansão da economia brasileira. As cinco áreas que compõem este eixo (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias) são planejadas e executadas de forma complementar entre os diferentes modais, gerando soluções logísticas integradas. Por isso, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 13,0 bilhões.

Os investimentos em rodovias, no valor de R\$ 8,9 bilhões, são decisivos para o transporte de pessoas e produtos, bem como para a integração regional. Eles aumentam a cobertura geográfica das rodovias por meio de construções e pavimentações e mantêm os trechos pavimentados em condições adequadas, além de melhorar e ampliar as condições de rodagem e a segurança dos usuários por meio da manutenção e operação da malha rodoviária federal.

Para o transporte ferroviário está previsto R\$ 1,1 bilhão, com foco no incremento qualitativo e quantitativo do transporte de cargas para escoamento da produção. Além disso, as obras ampliam a interação com o sistema portuário para otimizar a utilização da malha de transportes e reduzir custos.

Quanto ao modal aeroportuário, a aviação brasileira tem apresentado expressivo crescimento, o que impõe a necessidade de assegurar mais confiabilidade e segurança, minimizando riscos de acidentes e gargalos operacionais. Nesse sentido, o Governo Federal destinará, em 2017, R\$ 1,7 bilhão para modernizar e expandir a infraestrutura e os serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a capacidade de operação, a segurança e o conforto de passageiros.

A atividade portuária, que contará com R\$ 1,0 bilhão em 2017, é uma das principais indutoras do desenvolvimento brasileiro, além de ser crucial para o equilíbrio da balança comercial. Os empreendimentos priorizam a manutenção, a recuperação e a ampliação da infraestrutura; a construção e a ampliação de berços; o reforço estrutural de cais; o melhoramento da gestão dos portos e do controle do tráfego de navios; a adequação de profundidade; e a ampliação da eficiência logística. Essas ações contribuem para a competitividade dos produtos nacionais e para a produtividade operacional e, com isso, dinamizam a economia e reduzem o “Custo Brasil”.

No setor hidroviário, estão em andamento estudos, projetos e obras que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do País e de contribuir para a expansão do comércio exterior.

O terceiro eixo do programa, denominado **Infraestrutura Energética**, tem investimentos previstos de R\$ 661,4 milhões. Esse eixo, no Orçamento Fiscal, tem como objetivo garantir as pesquisas para a segurança energética, visando, entre outras ações, a exploração e produção de petróleo e gás natural no pré e pós-sal. Contempla, ainda, ações de estudos e desenvolvimento nas áreas de geração de energia, sobretudo no âmbito da ciência e tecnologia. No âmbito da ampliação de capacidade e domínio tecnológico, serão realizados investimentos de cerca de R\$ 512,0 milhões para a implantação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), destinado à produção de radioisótopos, com aplicação na medicina nuclear, na indústria, na agricultura e no meio ambiente; à ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité (BA), com vistas ao aumento da produção nacional; e à implantação do Projeto Sirius, com a construção de um novo laboratório de luz síncrotron de 4ª geração voltada ao estudo de materiais em Campinas (SP).

Para o **setor de Defesa** serão investidos, no próximo exercício, cerca de R\$ 5,9 bilhões em projetos estratégicos das Forças Armadas e novos desafios tecnológicos e científicos nacionais. Destaca-se na Defesa a aquisição de novos helicópteros de médio porte HX-BR, que já estão atendendo, simultaneamente, às três Forças, com unidades adicionais sendo construídas na cidade mineira de Itajubá, com transferência de tecnologia francesa.

No âmbito da Força Aérea Brasileira (FAB), está em curso o Projeto KC-X, uma nova aeronave de transporte de médio porte, em parceria com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que criará melhores condições para o transporte militar, além de abrir novos mercados internacionais à indústria aeronáutica brasileira. Na mesma linha, cabe destacar a implantação do projeto de aquisição de caças Gripen NG, que permitirá a absorção de tecnologias, em parceria com o governo da Suécia, para fabricação de aeronaves de última geração para a proteção do território nacional.

No que tange à Marinha do Brasil, o Programa Nuclear (PNM) é pioneiro no desenvolvimento de tecnologias para o domínio do ciclo do combustível nuclear. Além disso, o PNM inclui a construção inteiramente nacional do reator do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear. Também será continuado, em parceria com o governo francês, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub). O Projeto prevê a construção do submarino de propulsão nuclear e de quatro submarinos convencionais, além do estaleiro e da base naval para submarinos em Itaguaí (RJ). O Prosub permitirá, além da geração e manutenção de empregos no País, o conhecimento da tecnologia de projeto e construção de submarinos nucleares por técnicos brasileiros, tornando-os aptos à continuidade de outros projetos envolvendo a tecnologia nuclear.

No Exército Brasileiro, destaca-se a implantação do Sistema Integrado de Fronteiras (Sisfron), com vistas a apoiar ações de vigilância nas fronteiras terrestres. A aquisição dos Blindados Guarani, produzidos no País, ampliará a capacidade de emprego das Forças Armadas em situações críticas. O Projeto Astros 2020, desenvolvido pela indústria nacional, ampliará a defesa terrestre, dotando o País de capacidade tecnológica na produção de sistemas de artilharia e defesa de longo alcance.

III - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam o cumprimento da meta de resultado primário. A Tabela 7 demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2015, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2016, e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2017 (PLOA 2017).

TABELA 7 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO 2015		LOA 2016		REPROGRA- MAÇÃO 2016		PLOA 2017	
	R\$ MILHÕES	% PIB	R\$ MILHÕES	% PIB	R\$ MILHÕES	% PIB	R\$ MILHÕES	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	1.248.644,3	21,15	1.451.946,0	23,74	1.276.110,4	20,42	1.409.635,5	20,66
I.1. Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (líquida de restituições e incentivos fiscais e exceto RGPS)	765.126,6	12,96	889.549,1	14,54	775.226,9	12,41	868.407,5	12,73
I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social	350.272,0	5,93	362.712,0	5,93	358.600,3	5,74	381.109,5	5,59
I.3. Receitas não Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil	133.245,8	2,26	199.684,9	3,26	142.283,2	2,28	160.118,5	2,35
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)	197.512,2	3,35	228.611,0	3,74	198.957,9	3,18	222.907,2	3,27
II.1. Cide combustíveis	841,0	0,01	1.380,4	0,02	1.736,2	0,03	1.223,5	0,02
II.2. Exploração de Recursos Naturais	19.304,7	0,33	21.361,1	0,35	16.382,2	0,26	18.983,0	0,28
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.193,8	0,21	11.830,4	0,19	11.715,9	0,19	12.531,9	0,18
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	163.784,5	2,77	192.699,2	3,15	167.629,3	2,68	188.518,5	2,76
II.5. Demais	1.388,2	0,02	1.339,8	0,02	1.494,2	0,02	1.650,3	0,02
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	1.051.132,2	17,80	1.223.335,1	20,00	1.077.152,5	17,24	1.186.728,3	17,40
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	1.142.219,0	19,35	1.196.273,0	19,56	1.231.710,3	19,71	1.326.295,5	19,44
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	238.716,6	4,04	257.469,6	4,21	262.054,8	4,19	285.529,5	4,19
IV.2. Benefícios da Previdência	440.084,5	7,45	492.497,0	8,05	507.838,2	8,13	562.359,4	8,24
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias sem Controle de Fluxo	228.184,5	3,86	189.522,1	3,10	209.611,0	3,35	229.025,8	3,36
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	48.180,2	0,82	55.025,6	0,90	59.866,1	0,96	57.440,6	0,84
IV.3.2. Anistiados	210,5	0,00	242,9	0,00	251,0	0,00	250,3	0,00
IV.3.3. Apoio Financeiro aos Municípios / Estados					2.900,0	0,05		
IV.3.4. Auxílio à CDE	290,0	0,00						
IV.3.5. Indenizações e Benefícios de Legislação Especial	811,1	0,01	799,5	0,01	708,6	0,01	785,8	0,01
IV.3.6. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	42.677,8	0,72	46.101,8	0,75	48.853,6	0,78	50.948,8	0,75

Continua

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO 2015		LOA 2016		REPROGRA- MAÇÃO 2016		PLOA 2017	
	R\$ MILHÕES	% PIB	R\$ MILHÕES	% PIB	R\$ MILHÕES	% PIB	R\$ MILHÕES	% PIB
IV.3.7. Complemento do FGTS	15.206,1	0,26	5.974,2	0,10	5.272,1	0,08	5.596,1	0,08
IV.3.8. Créditos Extraordinários	15.195,7	0,26			3.809,9	0,06		
IV.3.9. Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	24.359,4	0,41	16.640,5	0,27	18.901,8	0,30	16.002,9	0,23
IV.3.10. Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	839,8	0,01	878,5	0,01	1.308,8	0,02	767,3	0,01
IV.3.11. Fundef / Fundeb - Complementação	12.577,5	0,21	12.544,7	0,21	12.544,7	0,20	13.909,1	0,20
IV.3.12. Fundo Constitucional do DF	7.104,9	0,12	1.185,0	0,02	1.185,0	0,02	2.313,7	0,03
IV.3.13. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU	12.329,7	0,21	11.683,9	0,19	12.172,8	0,19	13.831,1	0,20
IV.3.14. Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	3.900,0	0,07	1.960,0	0,03	3.910,0	0,06	1.950,0	0,03
IV.3.15. Reserva de Contingência			99,5	0,00	1,4	0,00	13.649,7	0,20
IV.3.16. Sentenças Judiciais de Custeio e Capital	8.769,9	0,15	10.287,0	0,17	11.055,4	0,18	11.315,3	0,17
IV.3.17. Subsídios, Subvenções e Proagro	34.566,7	0,59	25.772,5	0,42	25.772,5	0,41	39.024,0	0,57
IV.3.18. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	308,6	0,01	224,9	0,00	294,4	0,00	345,2	0,01
IV.3.19. Transferência Multas Aneel (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	856,6	0,01	101,4	0,00	802,9	0,01	895,7	0,01
IV.4. Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	235.233,3	3,98	256.784,4	4,20	252.206,3	4,04	249.380,8	3,66
IV.4.1 Discrecionárias	117.701,9	1,99	132.212,2	2,16	127.377,6	2,04	120.798,9	1,78
IV.4.2 Obrigatórias com Controle de Fluxo (*)	117.531,5	1,99	124.572,1	2,04	124.828,7	2,00	128.581,8	1,87
V. RESULTADO PRIMÁRIO - REGIME ORÇAMENTÁRIO (III - IV)	-91.086,8	-1,54	27.062,1	0,44	-154.557,8	-2,47	-139.567,2	-2,05
VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	7.093,9	0,12	7.509,8	0,12	10.192,7	0,16	12.060,7	0,18
VII.1. Empréstimos Líquidos			1.116,4	0,02	1.116,4	0,02	1.329,6	0,02
VII.2. Subsídios implícitos e outras despesas extraorçamentárias	7.093,9	0,12	6.393,4	0,10	9.076,3	0,15	10.731,2	0,16
VII. AJUSTE REGIMES CAIXA / ORÇAMENTÁRIO	-16.804,9	-0,28	4.448,7	0,07	-5.745,5	-0,09	12.627,9	0,19
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ACIMA DA LINHA (V-VI+VII)	-114.985,6	-1,95	24.001,0	0,39	-170.496,0	-2,73	-139.000,0	-2,04
IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	-1.670,0	-0,03						
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (VIII + IX)	-116.655,6	-1,98	24.001,0	0,39	-170.496,0	-2,73	-139.000,0	-2,04
XI. META DE RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL	-51.824,4	-0,88	24.000,0	0,39	-170.496,0	-2,73	-139.000,0	-2,04
XII. ABATIMENTO DA META PREVISTO NA LDO	66.858,0	1,13						
XIII. META DE RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL LÍQUIDA DE ABATIMENTOS (XII - XIII)	-118.682,4	-2,01	24.000,0	0,39	-170.496,0	-2,73	-139.000,0	-2,04
XIV. JUROS NOMINAIS	-397.241,0	-6,73	-266.145,0	-4,35	-291.225,0	-4,66	-321.423,0	-4,71
XV. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (X + XIV)	-513.896,6	-8,70	-242.144,0	-3,96	-461.721,0	-7,39	-460.423,0	-6,75

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO 2015		LOA 2016		REPROGRA- MAÇÃO 2016		PLOA 2017	
	R\$ MILHÕES	% PIB	R\$ MILHÕES	% PIB	R\$ MILHÕES	% PIB	R\$ MILHÕES	% PIB
XVI. RECEITAS FINANCEIRAS	1.412.457,9	23,92	1.501.600,4	24,55	1.664.737,0	26,64	1.989.834,5	29,17
XVII.1. Refinanciamento da Dívida	780.272,2	13,22	885.000,3	14,47	865.353,0	13,85	946.407,7	13,87
XVII.2. Emissão de Títulos	252.629,2	4,28	333.318,6	5,45	328.742,4	5,26	619.336,9	9,08
XVII.3. Operações Oficiais de Crédito	73.867,8	1,25	71.774,4	1,17	85.733,3	1,37	29.599,5	0,43
XVII.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	75.685,2	1,28	72.994,0	1,19	72.994,0	1,17	114.535,6	1,68
XVII.5. Demais	230.003,5	3,90	138.512,9	2,26	311.914,3	4,99	279.954,7	4,10
XVII. DESPESAS FINANCEIRAS	1.042.311,4	17,65	1.528.662,4	24,99	1.527.684,1	24,45	1.850.267,3	27,12
XVIII.1. Juros e Encargos da Dívida	208.362,9	3,53	304.101,2	4,97	304.101,2	4,87	339.076,9	4,97
XVIII.2. Amortização da Dívida	753.868,9	12,77	1.044.806,8	17,08	1.044.806,8	16,72	1.383.191,3	20,28
XVIII.3. Demais	80.079,6	1,36	179.754,4	2,94	178.776,1	2,86	127.999,1	1,88

(*) Despesas Obrigatórias com Benefícios ao Servidor, Saúde, Educação e Outras.

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

Cumpra ressaltar que o Banco Central do Brasil (BCB) é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de verificação do cumprimento da meta fixada para o exercício.

A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) refere-se à metodologia consagrada internacionalmente para avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

- a) variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado; ou
- b) soma dos itens de receitas e despesas.

O primeiro critério, chamado “abaixo da linha”, é calculado pelo BCB e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado “acima da linha”, é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP) e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

As estimativas da NFSP estão compatíveis com a meta fiscal necessária para a estabilização da relação dívida/PIB no médio prazo, conforme as atuais diretrizes de política fiscal e as mudanças ocorridas no cenário econômico. Assim, o PLOA 2017 pressupõe volumes de receitas compatíveis com a citada

meta e de despesas necessárias ao funcionamento da máquina pública e a consecução das políticas de Governo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas primárias obrigatórias, chega-se ao valor das despesas primárias discricionárias, ou seja, aquelas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. Assim, apresentam-se as metodologias e os valores das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA 2017, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLOA 2017, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 1.409,6 bilhão, sendo R\$ 868,4 bilhões relativos à receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF), líquida de incentivos fiscais, R\$ 381,1 bilhões à arrecadação líquida para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e R\$ 160,1 bilhões às demais receitas primárias.

As receitas financeiras são aquelas que não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, no setor privado interno e/ou externo. São adquiridas no mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo) e outras.

Para 2017, o PLOA considera um total de R\$ 1,99 trilhão em receitas financeiras. Desse total, R\$ 946,4 bilhões se referem a captações para refinanciamento do estoque da dívida, R\$ 619,3 bilhões relacionados à emissão de títulos, R\$ 29,6 bilhões referentes ao retorno das operações oficiais de crédito (amortizações e juros), R\$ 114,5 bilhões na remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e R\$ 280,0 bilhões relacionados a demais receitas financeiras, como as obtidas por meio de operações de crédito, remunerações a depósitos bancários, resultado do banco central, entre outras.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante de, no mínimo, 1,8% da Receita Corrente Líquida (RCL), considerado primário.

Para o PLOA 2017, o valor total das despesas primárias do Governo Central, consideradas sob a ótica do regime orçamentário, é de R\$ 1.326,3 bilhões, sendo R\$ 222,9 bilhões destinados às transferências constitucionais e legais por repartição de receita, R\$ 285,5 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 562,4 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 229,0 bilhões para as despesas obrigatórias sem controle de fluxo e R\$ 249,4 bilhões para as despesas com controle de fluxo do Poder Executivo, inclusive despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A esses valores acrescentam-se R\$ 12,1 bilhões de despesas financeiras e extraorçamentárias com impacto primário.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminam a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a respectiva apuração.

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL

A projeção da receita primária, no montante de R\$ 1,41 trilhão, com um acréscimo de 10,5% em relação à estimativa atualizada para o ano de 2016, adotou como base de cálculo os valores arrecadados de agosto/2015 a julho/2016, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros relacionados à atividade econômica, aos índices de preço e à taxa de câmbio projetados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), em 11 de agosto de 2016. Considerou-se, também, o efeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31/2016, no Senado Federal, que trata sobre a Desvinculação de Receitas da União (DRU), aprovada pelo Congresso Nacional no dia 24 de agosto, mas ainda em fase de promulgação.

Dentre os parâmetros, destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2017: a) o crescimento real da economia (estimado em 1,6% para 2017); b) a inflação acumulada apurada pelo IPCA (4,8% para 2017) e pelo IGP-DI (5,5% para 2017); c) a expansão na quantidade importada, sem combustível (21,7% para 2017); d) a variação da massa salarial nominal (7,4% em 2017); e e) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (-1,8% em 2017).

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, às receitas correntes, e são classificadas conforme os seguintes grupos:

RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/MF. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio e taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto (PIB), volume de vendas e de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Estima-se para o ano de 2017 que as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF), líquidas de restituições e incentivos fiscais, e excluídas as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), totalizem R\$ 868,4 bilhões.

ARRECADAÇÃO LÍQUIDA PARA O RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea “a” do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição Federal, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado Sistema “S”. Uma vez que tal receita é relativa às contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha salarial e dos trabalhadores, o parâmetro mais importante para sua estimativa é o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Compõe, ainda, as receitas do RGPS, o valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da alteração da alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS, conforme estabelecido do inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que estabelece que a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social por essas desonerações.

Ressalta-se também que as receitas relativas aos setores que foram beneficiados com tal desoneração têm a contribuição calculada sobre o faturamento das empresas, e não mais sobre a folha de salários.

A estimativa das receitas previdenciárias para o exercício de 2017, líquida dos valores correspondentes às transferências ao “Sistema S”, totaliza R\$ 365,1 bilhões. Para tanto, adotou-se como base de cálculo os valores arrecadados de agosto/2015 a julho/2016. Além da previsão normal, considerou-se também um aporte de R\$ 16,0 bilhões previsto para compensar as desonerações da folha de pagamento. Desse modo, o total de receitas previstas para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 381,1 bilhões.

RECEITAS ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS

Concessões e Permissões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como nos setores de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2017, no montante de R\$ 24,0

bilhões, é calculado em função da expectativa de ingresso de recursos dos serviços já concedidos e a conceder em 2017, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos. Entre as novas concessões, destacam-se: os leilões previstos para Usinas Hidrelétricas com outorgas não prorrogadas em 2016 nos termos da Lei 12.783/2013, cujo valor total projetado a ser arrecadado na assinatura dos contratos em 2017 é de R\$ 10,0 bilhões; a concessão de aeroportos, cuja previsão de receita a ser auferida na ocasião da assinatura dos contratos é de R\$ 921 milhões, equivalente a 25% do valor total de outorga previsto para o prazo de concessão; e concessão ferroviária, com previsão de R\$ 3,0 bilhões.

Dividendos e Participações: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal, totalizando o valor de R\$ 7,7 bilhões.

Exploração de Recursos Naturais: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, outros recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas. Projeta-se um montante total de R\$ 29,8 bilhões, com destaque para as receitas advindas da compensação pela exploração do petróleo, que somam R\$ 23,3 bilhões. Para 2017, foi incluída a previsão de comercialização de óleo e gás natural destinados à União nos contratos de partilha de produção e nos Acordos de Individualização da Produção (AIPs), relativos às áreas unitizáveis, totalizando R\$ 0,8 bilhão.

Receitas Próprias: consideram-se nesse item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação. Estima-se um total de R\$ 15,5 bilhões para 2017.

Contribuição do Salário-Educação: contribuição social recolhida das empresas em geral e das entidades públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social, destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica. O PLOA projeta uma arrecadação de R\$ 20,9 bilhões.

Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos: contribuição social do servidor público de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, cuja projeção é de R\$ 14,4 bilhões.

Operações com Ativos: considera a expectativa de venda de ativos da União, como bens imóveis e participações societárias, no montante de R\$ 5,9 bilhões.

Demais receitas: constituem receitas vinculadas a órgãos específicos e às suas despesas, num total de R\$ 36,4 bilhões.

Esse conjunto de receitas representa um montante de R\$ 160,1 bilhões para 2017, com aumento em relação à estimativa atualizada para 2016 de aproximadamente 12,8%. Dentre os principais parâmetros que influenciam essa previsão, estacam-se as variações acumuladas esperadas para o PIB, a Massa Salarial Nominal, o IGP-DI, o IPCA e o Câmbio.

OBSERVAÇÃO ACERCA DAS REGRAS PARA DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS

Parte das regras que estipulam a distribuição dos recursos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos estatuídas pelas alterações que a Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, efetuou na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, foram declaradas suspensas pela Medida Cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), dia 18 de março de 2013, durante o trâmite da ADI nº 4917 MC/DF.

Os efeitos de tal suspensão foram analisados no Parecer nº 21/2014/SGS/AGU, de 25 de agosto de 2014, que esclareceu que a medida cautelar exarada pelo STF pretendia atingir apenas a distribuição dos recursos entre os Estados e Municípios, e não a destinação ao Fundo Social e à educação. Assim, a distribuição dos recursos do petróleo consignados no PLOA 2017 segue essa orientação.

DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA UNIÃO

Conforme mencionado, o PLOA 2017 considera os efeitos da DRU, estando os recursos advindos de tal medida marcados com fonte de recursos 900 – “Recursos Ordinários”, de aplicação condicionada. A desvinculação promovida pela PEC nº 31/2016, no Senado Federal, totaliza R\$ 119,0 bilhões para 2017, e é composta de 30% dos seguintes recursos da União: Taxas e Contribuições Sociais e Econômicas, exceto Contribuição Social do Salário-Educação e Contribuições Previdenciárias.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA

Integram este item as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal provenientes das receitas do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial (IOF-Ouro), do Imposto sobre a Propriedade

Territorial Rural (ITR), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis (Cide-combustíveis), da Contribuição do Salário-Educação, da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), da Exploração de Recursos Naturais, da receita de Concursos de Prognósticos, de Concessões de Florestas Nacionais e de Foros e Laudêmos

Cumpra esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão da nota de empenho.

Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente aos 2% adicionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), instituídos pela Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, e pela Emenda Constitucional nº 84, de 2 de dezembro de 2014, são calculados pela diferença estimada entre os recursos a serem arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2016 e repassados em 2017, e os de 2017, a serem repassados em 2018. O valor desse ajuste para 2017 é de R\$ 172,1 milhões.

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas como obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Há ainda um outro grupo considerado para o cálculo da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), constituído pelos impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, é classificada como despesa financeira.

O valor deste item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2016 e 2017, haja vista que são empenhadas e liquidadas

em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de acordo com o regime orçamentário), mas pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2017 é de R\$ 1,5 bilhão.

BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Engloba os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, além do reajuste do salário mínimo, que foi estimado conforme a regra estabelecida no art. 1º da Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015. Essa regra de reajuste do salário mínimo consiste na variação do INPC acumulada no ano de 2016, estimada em 7,5%, mais a taxa de crescimento real do PIB apurada pelo IBGE para o período de 2015 a título de aumento real, o que nesse caso não será concedido, pois foi de -3,8%. Desse modo, o salário mínimo previsto nesta proposta orçamentária está estimado em R\$ 945,80, refletindo um aumento de 7,5% frente ao valor vigente em 2016.

DESPESAS OBRIGATÓRIAS SEM CONTROLE DE FLUXO

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: seguro-desemprego e abono salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); os Subsídios e as Subvenções Econômicas.

Cabe esclarecer que para o exercício de 2017, para o grupo das despesas com subsídios e subvenções econômicas, o PLOA cumpre recomendação do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (CGU), no sentido de programar toda despesa no orçamento do exercício de referência, independentemente da data do pagamento. A estimativa desse ajuste para 2017 é de R\$ 10,9 bilhões.

Cumpramos ressaltar que, em 2012, faziam parte das despesas primárias obrigatórias os pagamentos realizados no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). No entanto, a partir do PLOA-2013, essas despesas deixaram de impactar o resultado primário e passaram a ser classificadas como despesas financeiras em virtude da revisão em seus mecanismos de financiamento, conforme Medida Provisória nº 564, de 3 de abril de 2012, transformada na Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012. A partir dessa data, os empréstimos ao setor produtivo são realizados sem risco para o Tesouro Nacional.

DESPESAS COM CONTROLE DE FLUXO DO PODER EXECUTIVO

Esse grupo de despesas se divide em duas partes, uma relativa às despesas discricionárias e a outra, relativa às despesas obrigatórias com controle de fluxo.

Sobre as despesas discricionárias, classificam-se sob esse conceito as despesas primárias relativas aos identificadores de Resultado Primário 2, 3 e 6, sobre as quais há flexibilidade quanto ao momento de sua execução no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU). Ademais, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias dessas despesas de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre este item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na elaboração orçamentária, assume-se a hipótese de que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2017, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Transferências a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, seja o mesmo de despesas no regime orçamentário deste exercício a serem pagas em 2018. Assim, o impacto pelo regime orçamentário dessas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

No que se refere às despesas obrigatórias com controle de fluxo, consideram-se, nesse grupo, as despesas obrigatórias com benefícios aos servidores, bem como determinadas ações e programas obrigatórios na área da saúde e educação, além dos montantes para atendimento do Bolsa-Família, conforme tabela a seguir:

TABELA 8 – DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM CONTROLE DE FLUXO DO PODER EXECUTIVO
(R\$ MILHÕES)

	PLOA
Auxílio a Servidores	12.687,1
Bolsa Família	29.745,7
Demais	2.390,9
Educação	6.423,9
Saúde	77.334,2
TOTAL	128.581,8

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO PRIMÁRIO

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, sendo positivo em R\$ 1.040,1 milhões no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e em R\$ 289,4 milhões no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Impactam, ainda, o resultado primário o custo de fabricação de cédulas e moedas, no valor de R\$ 840,0 milhões e o pagamento de restos a pagar relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste no valor de R\$ 300,0 milhões.

Também é computada nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e à rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio desses, ou seja, equivale à diferença entre o patrimônio de referência, corrigido pela TJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2017, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos Fundos em questão perfaz R\$ 9,6 bilhões.

PARÂMETROS

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLOA 2017, são apresentados a seguir:

TABELA 9 – PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

PIB			MERCADO DE TRABALHO - VAR. MÉDIA S/ANO ANTERIOR			
R\$ MILHÕES	VAR. REAL	DEFLATOR	MASSA SALARIAL NOMINAL	OCUPAÇÃO	PEA	REND. NOMINAL
6.821.879	1,60%	7,40%	7,40%	0,70%	1,40%	6,70%

INFLAÇÃO - IGP/DI		INFLAÇÃO - IPCA		CÂMBIO - TAXA MÉDIA	
VAR. MÉDIA	VAR. ACUM.	VAR. MÉDIA	VAR. ACUM.	VARIAÇÃO	R\$ / US\$
6,30%	5,50%	5,40%	4,80%	-1,80%	3,40

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF).

NOVO REGIME FISCAL NO PLOA 2017

Tal como apresentado no Resumo da Política Econômica do Governo, mais especificamente na seção relativa à Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2016 e 2017, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, em junho deste ano, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, criando o Novo Regime Fiscal. Para consolidar o compromisso do Governo com os parâmetros e diretrizes da PEC nº 241/2016, a elaboração do Projeto de Lei de Orçamento de 2017 (PLOA 2017) já considerou suas principais premissas.

Resumidamente, o Novo Regime Fiscal busca estabelecer uma trajetória para o gasto público primário da União enquanto vigorar, por meio da fixação do limite com base na execução da despesa de 2016, corrigida pela inflação. Determinados itens são excluídos, alguns por constituírem mera transferência de receita a outros entes (como os Fundos de Participação dos Estados e Municípios), ou despesas extraordinárias e pontuais, como capitalização de empresas públicas, custeio de processos eleitorais ou créditos extraordinários ao orçamento.

Assim sendo, na elaboração do PLOA 2017, além da meta fiscal estabelecida para o Governo Central de déficit de R\$ 139,0 bilhões, foi considerado como limite para as despesas primárias os principais parâmetros estabelecidos na PEC nº 241/2016. De forma geral, para se obter aquele limite, aplicou-se ao respectivo volume estimado para as despesas primárias de 2016, com as exclusões mencionadas, a projeção oficial de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para este ano de 2016.

Seguem quadros 1 a 3, contendo demonstrativo do cálculo do limite para as despesas primárias considerado no PLOA 2017. Vale ressaltar que, muito embora a PEC estabeleça limites para cada Poder da União separadamente, o PLOA 2017 considerou o limite geral da União.

**QUADRO 1 – BASE PARA PROJEÇÃO DO LIMITE PARA DESPESAS PRIMÁRIAS NO PLOA 2017
(R\$ MILHÕES)**

DISCRIMINAÇÃO	Base 2016 (Avaliação do 3º Bimestre)
I. TOTAL DAS DESPESAS PRIMÁRIAS	1.446.606,4
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	206.124,6
Transferências constitucionais estabelecidas pelos art. 20, § 1º, art. 157 a art. 159 e art. 212, § 6º, todos da Constituição, e as complementações de que trata o art. 60, <i>caput</i> , inciso V, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	
III. TOTAL DAS DESPESAS PRIMÁRIAS EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS (I-II)	1.240.481,8
IV. DEMAIS EXCLUSÕES	45.422,6
IV.1. Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)	12.018,2
Transferências constitucionais estabelecidas pelos art. 21, <i>caput</i> , inciso XIV	
IV.2. Créditos Extradinário	9.468,3
Créditos extraordinários a que se refere o art. 167, § 3º, da Constituição.	
IV.3. Pleitos Eleitorais	918,2
Despesas com a realização de eleições pela justiça eleitoral	
IV.4. Outras transferências	18.914,2
Outras transferências obrigatórias derivadas de lei que sejam apuradas em função de receita vinculadas	
IV.5. Aumento de capital de estatais	4.103,7
Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes	
V. BASE PARA PROJEÇÃO DO LIMITE PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS DE 2017 [III - IV]	1.195.059,2
VI. INFLAÇÃO PROJETADA PARA 2016 (IPCA ACUMULADO)	7,2%
VII. TETO PARA DESPESAS PRIMÁRIAS 2017 [V X VI]	1.281.103,5

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

**QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO DO LIMITE PARA DESPESAS PRIMÁRIAS NO PLOA 2017
(R\$ MILHÕES)**

DISCRIMINAÇÃO	PLOA 2017
I. TOTAL DAS DESPESAS PRIMÁRIAS	1.548.635,5
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	232.326,2
Transferências constitucionais estabelecidas pelos art. 20, § 1º, art. 157 a art. 159 e art. 212, § 6º, todos da Constituição, e as complementações de que trata o art. 60, <i>caput</i> , inciso V, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	
III. TOTAL DAS DESPESAS PRIMÁRIAS EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS (I-II)	1.316.309,3
IV. DEMAIS EXCLUSÕES	36.347,9
IV.1. Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)	12.972,9
Transferências constitucionais estabelecidas pelos art. 21, <i>caput</i> , inciso XIV	
IV.2. Pleitos Eleitorais	487,9
Despesas com a realização de eleições pela justiça eleitoral	
IV.3. Outras transferências	20.746,1
Outras transferências obrigatórias derivadas de lei que sejam apuradas em função de receita vinculadas	
IV.4. Aumento de capital de estatais	2.140,9
Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes	
V. TOTAL DAS DESPESAS PRIMÁRIAS 2017, COM EXCLUSÕES (III - IV)	1.279.961,4
VI. TETO PARA DESPESAS PRIMÁRIAS 2017	1.281.103,5
VII. SOBRE A RELAÇÃO AO LIMITE (VI - V)	1.142,1

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

QUADRO 3 – RESULTADO PRIMÁRIO E LIMITE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS NO PLOA 2017

DISCRIMINAÇÃO	PLOA 2017	
	R\$ MILHÕES	% PIB
I. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS	1.177.309,3	17,26
II. DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS	1.316.309,3	19,30
II.1. Despesas Sujeitas ao Teto	1.279.961,4	18,76
Benefícios da Previdência	562.359,4	8,24
Pessoal e Encargos Sociais	273.332,4	4,00
Outras Despesas Obrigatórias	197.029,7	2,90
Abono e Seguro Desemprego	57.440,6	0,84
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	50.948,8	0,75
Desoneração MP 540, 563 e 582	16.002,9	0,23
Reserva de Contingência	13.649,7	0,21
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	11.315,3	0,17
Subsídios, Subvenções e Proagro	29.419,1	0,43
Legislativo/Judiciário/MPU (Até 2006 inclusive constava do item IV.4)	13.359,8	0,20
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	1.950,0	0,03
Demais	2.943,4	0,04
Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	247.239,9	3,62
II.2. Despesas Não Sujeitas ao Teto	36.347,9	0,53
Complemento do FGTS	5.596,1	0,08
Fundef / Fundeb - Complementação	13.909,1	0,20
Fundo Constitucional do DF	12.972,9	
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	345,2	0,01
Transferência Multas Aneel (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	895,7	0,01
Pleitos Eleitorais	487,9	
Aumento de capital de estatais	2.140,9	0,03
III. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (I - II)	-139.000,0	-2,04

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

METODOLOGIA DE CÁLCULO

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário, instituiu-se o item “Ajuste Critério Competência/Caixa”, no qual são identificadas as variações das rubricas Contas a Receber, Contas a Pagar e Receitas e Despesas Financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2017, conforme disposto no art. 2º, § 1º, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, não foram considerados os dados do PDG das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Como se pode notar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da Venda de Bens e Serviços e em Demais Receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos no sistema financeiro.

Os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2017.

O item Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, de gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

No item Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais.

Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de *royalties*, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos Investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2017.

No item Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico (SPE).

No item Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea), no exercício de 2017, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Banco Central do Brasil (BCB) como despesas primárias, além do registro da exclusão do grupamento de todas as empresas do setor produtivo do Banco do Brasil componentes das “Demais Empresas”, uma vez que o BCB considera tais empresas no consolidado Banco do Brasil, ou seja, são consideradas instituições financeiras e, como tal, não integram a meta de resultado primário das estatais.

TABELA 10 – RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS
(R\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	PDG - PROGRAMAÇÃO
I - RECEITAS TOTAIS	55.651
Operacionais	48.831
Venda de Bens/Serviços	39.106
Demais Operacionais	9.725
Financeiras	1.749
Demais não Operacionais	1.462
Outras Receitas	1.468
Transferências do Tesouro Nacional	2.141
II - DESPESAS TOTAIS	58.091
Pessoal e Encargos Sociais	18.557
Encargos Financeiros	808
Outros Custeios	20.134
Materiais e Produtos	1.269
Serviços de Terceiros	11.497
Utilidades e Serviços	852
Tributos e Encargos Parafiscais	4.208
Demais Custeios	2.307
Investimentos	2.753
Outros Dispendios de Capital	12.261
Ajuste Metodológico	3.578
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	1.457
Variação de Contas a Pagar (vincendo) (+)	1.807
Variação de Contas a Receber (vincendo) (-)	306
Variação Receitas/Despesas Financeiras (+)	-44
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	-983
V - JUROS LÍQUIDOS (RECEITA - DESPESA)	897
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	-1.880

Obs.: Valores positivos = superávit.

Fonte: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Sest/MP).

RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos. Nesse sentido, foi observada a meta, em termos Necessidade de Financiamento Líquido, em acordo com o art. 2º do substitutivo da Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2017 (PLDO 2017), estabelecendo a obtenção de déficit primário de R\$ 3,0 bilhões.

Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas na Tabela 11, indicam que 4,7% dos investimentos são financiados por operações de créditos, no sistema financeiro:

**TABELA 11 – FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
(R\$ MILHÕES)**

DESCRIPTORES DE FONTES	PLOA 2017
Recursos Próprios	74.664
Geração Própria	74.664
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	10.598
Tesouro – Direto	1.115
Saldo de Exercícios Anteriores	146
Controladora	9.337
Outras Estatais	-
Operações de Crédito de Longo Prazo	4.174
Internas	4.174
Externas	-
Outros Recursos de Longo Prazo	337
Controladora	337
Outras Fontes	-
TOTAL	89.773

Fonte: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Sest/MP).

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O orçamento para o exercício de 2017 prevê gastos da ordem de R\$ 306,86 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União, encargos sociais e sentenças judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, o que representa crescimento de 7,14% em relação a essas despesas para o exercício de 2016, no valor de R\$ 280,75 bilhões, sendo:

- R\$ 262,05 bilhões, relativos às despesas primárias de pessoal, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2016; e
- R\$ 18,70 bilhões, relativos às despesas financeiras (Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público).

Do total, os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo representam, respectivamente, 3,3%, 10,6% e 84,5%, e os gastos totais da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público da União (MPU) correspondem a 0,1% e 1,5%, conforme demonstrado a seguir:

TABELA 12 – DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
(R\$ BILHÕES)

PODER	PLOA 2017				% DA RCL, CONF. LRF	RCL 2017	% DE UTILIZAÇÃO
	DESP. PRIMÁRIAS	DESP. FINANC. CPSS	TOTAL	PARTICIP. RELATIVA (%)			
	(A)	(B)	C = (A + B)	(D)	(E)	(F)	G = (A / F)
Legislativo	9,45	0,71	10,16	3,3%	2,500%		1,25%
Judiciário	30,37	4,07	34,44	10,6%			4,01%
Judiciário, excl. TJDF	28,53	3,79	32,32		6,000%		3,76%
TJDF	1,84	0,28	2,12		0,275%		0,24%
MPU	4,32	0,64	4,96	1,5%			0,57%
MPU, excl. MPDFT	3,78	0,56	4,34		0,600%		0,50%
MPDFT	0,54	0,08	0,62		0,092%		0,07%
DPU	0,21	0,04	0,25	0,1%			
Executivo	241,18	15,87	257,05	84,5%			31,81%
Executivo, excl. Ex-Territórios, Sentenças e FCDF	221,85	15,24	237,09		37,900%		29,26%
Ex-Território de Roraima	0,64	0,06	0,70		0,160%		0,08%
Ex-Território do Amapá	0,96	0,08	1,04		0,273%		0,13%
FCDF	10,66	0,22	10,88		2,200%		1,41%
Sentenças Judiciais	7,07	0,27	7,34				
TOTAL	285,53	21,33	306,86	100,0%	50,000%	758,3	37,65%

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).



Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2017 decorre basicamente da implementação dos aumentos remuneratórios iniciados em 2016 no âmbito da Administração Pública Federal, bem como dos provimentos de cargos efetivos com a finalidade de recomposição da força de trabalho do Poder Executivo, notadamente nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, e dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU.

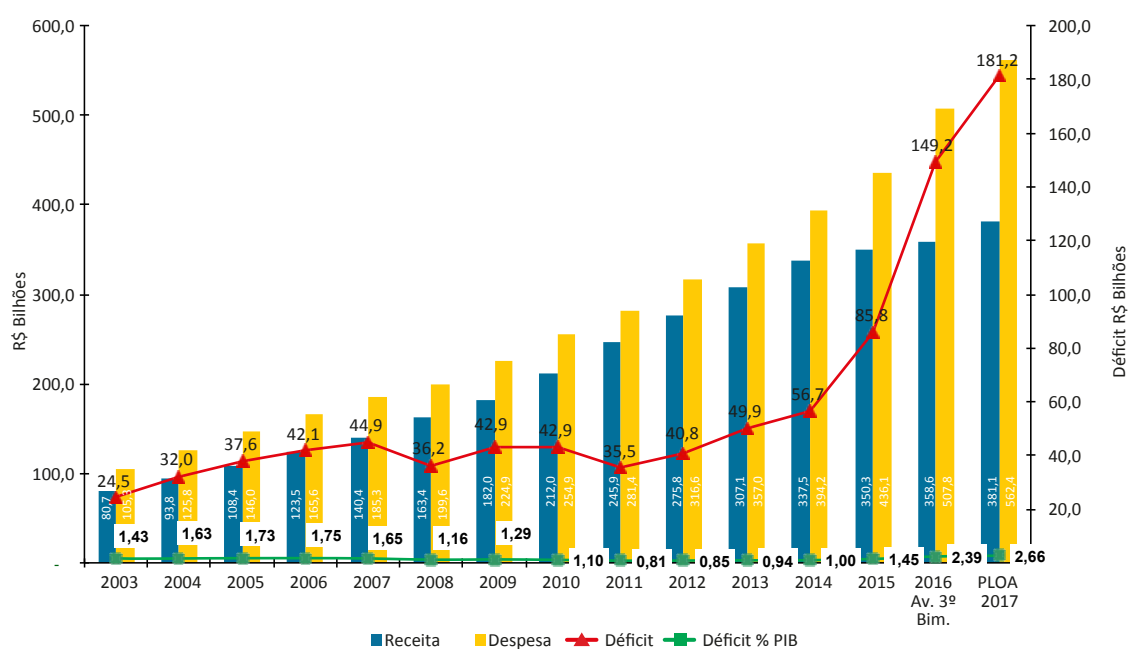
A despesa total com pessoal e encargos sociais, projetada para 2017, do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU), representa 1,25% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 4,01%; a do Poder Executivo 31,81%; e a do MPU, 0,57%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 37,65% da receita corrente líquida prevista para 2017. Nessas condições, o limite global apontado na Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), está obedecido, mesmo sem computar todas as deduções ao referido limite permitidas pela citada LRF.

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é constituído pela diferença entre as contribuições para a Previdência Social, feitas por trabalhadores e empregadores, e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme demonstra o Gráfico 2, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2006, de déficits crescentes em percentual do PIB. Entre 2007 e 2011, há reversão dessa perspectiva, com o déficit passando a oscilar ano a ano sem esboçar tendência clara de crescimento ou redução. Após 2011, a tendência é de crescimento do déficit, e, para a adequada compreensão da sua dinâmica, é preciso considerar tanto os movimentos de receitas quanto de despesas associadas ao Regime.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO RGPS

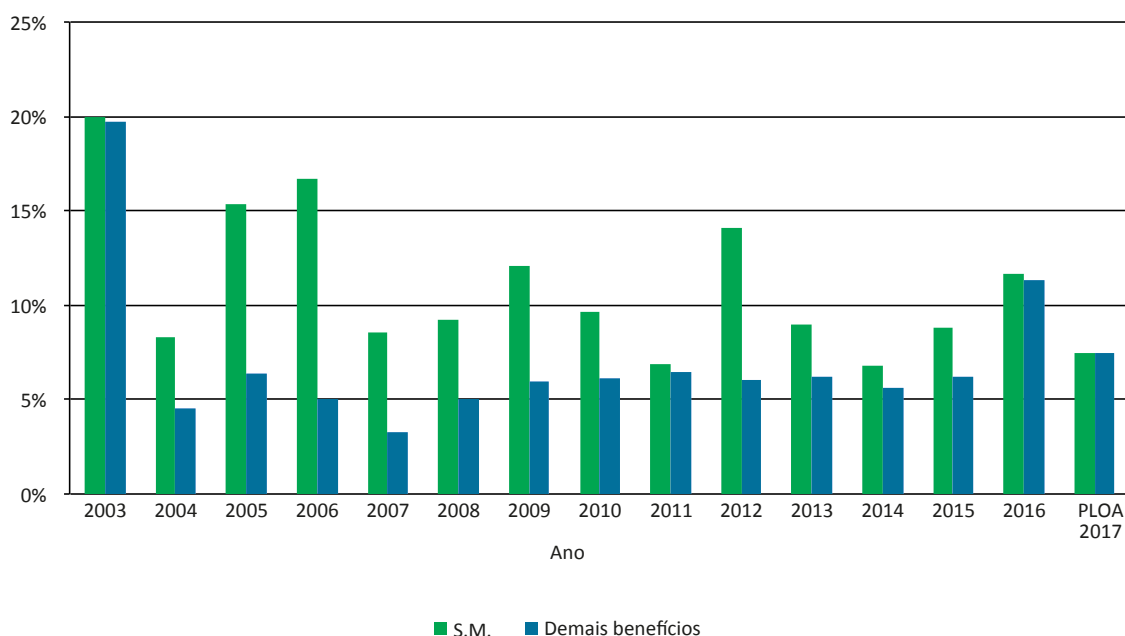


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF).

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

Do ponto de vista das despesas, além do crescimento vegetativo dos benefícios, os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios são fatores de significativo impacto sobre o déficit do RGPS. O Gráfico 3 mostra os percentuais de reajuste concedidos desde 2002. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo, até o ano passado, são superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC). Os aumentos dos benefícios até um salário mínimo foram mais relevantes nos anos de 2005, 2006 e 2012, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38%, 16,67% e 14,13%, respectivamente. Para 2017, como não houve crescimento real do PIB em 2015, a correção do salário mínimo será igual ao INPC.

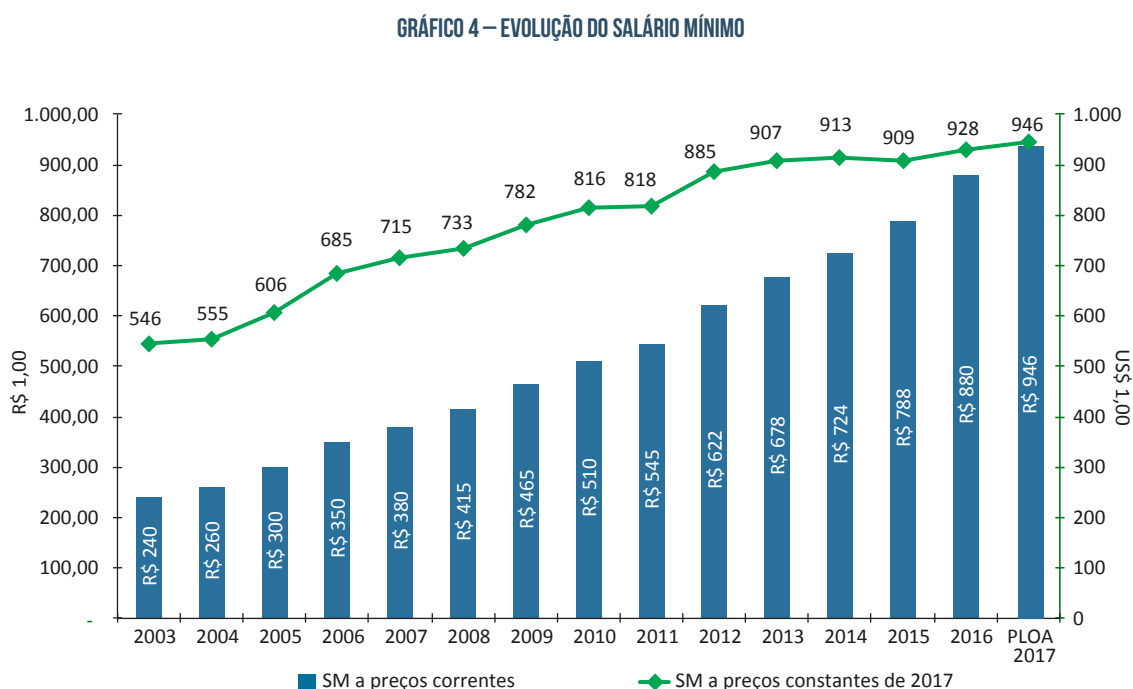
GRÁFICO 3 – REAJUSTES CONCEDIDOS AO SALÁRIO MÍNIMO E DEMAIS BENEFÍCIOS



Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

A política de valorização do salário mínimo gerou aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se trazidos a valores reais de 2016, considerando como deflator o INPC médio no ano, observa-se tendência crescente desde 2003. Os valores ultrapassaram a marca de R\$ 600,00 no ano de 2005 e de R\$ 900,00 em 2013.

A política de valorização do salário mínimo foi prorrogada até 2019 por meio da Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015. Essa lei estabelece que a correção do salário mínimo para 2017 será calculada pela variação do INPC estimado para o exercício de 2016 mais o crescimento do PIB real em 2015. Para 2017, não haverá aumento real do salário mínimo, pois não houve crescimento do PIB real no período de referência. Dessa forma, o salário mínimo deve atingir o patamar de R\$ 945,80. O Gráfico 4 mostra a evolução do valor do salário mínimo, bem como sua avaliação a preços constantes de 2017.



Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

Em análise anual mais detalhada do déficit (Gráfico 2), observa-se que, após 2011, tem havido elevação do resultado deficitário, tendo como razão maior a diminuição na arrecadação a devido fatores como queda na atividade econômica, na taxa de crescimento da massa salarial nominal, entre outros, conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias.

Para 2017, projeta-se que o déficit do RGPS aumenta tanto em termos nominais quanto em proporção do PIB. A massa salarial nominal, que é um dos principais parâmetros para projeção de tais receitas, apresenta, para 2017, variação de 7,4% em relação a 2016.

A projeção do RGPS aponta para um déficit de R\$ 181,2 bilhões, ou 2,7% do PIB. O reajuste do salário mínimo será de 7,5%, a partir de janeiro de 2017, conforme regra contida no art. 1º da Lei nº 13.152, de 2015. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,46%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

Importante destacar que foi considerada na projeção de despesas para 2017 a quinta de dez parcelas anuais referentes ao montante atrasado, decorrentes de decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Após a alteração do art. 202 da Constituição, pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999 procedeu à substituição da técnica de cálculo dos benefícios. O Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999, ao regulamentar as alterações, estabeleceu que, na hipótese de contar o segurado com menos de 144 contribuições (hipótese possível para os benefícios citados), seria considerada a integralidade dos salários de contribuição. Essa sistemática trazia o valor da média para baixo, pelo que foram ajuizadas inúmeras ações questionando a legitimidade da regulamentação. As regras de cálculo foram revogadas pelo Decreto nº 6.939, de 18 de agosto de 2009, que lançou parâmetros compatíveis com a literalidade das alterações trazidas pela Lei nº 9.876, de 1999.

Salienta-se que o resultado do RGPS não sofreu impactos decorrentes da publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que alterou a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos. Seguindo o que determina o inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS.

Além disso, a Medida Provisória nº 739, de 7 de julho de 2016, incluiu entre os seus objetivos a revisão dos benefícios por incapacidade que estejam há mais de dois anos sem realização de perícia de revisão contados da data de publicação da Medida Provisória. Para tanto foi instituído o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (BESP-PMBI), como forma de incentivo para mobilização da força de trabalho especializada para realização das perícias. Estima-se que essa revisão de benefícios gerará, para 2017, uma economia de R\$ 2,1 bilhões.

Considerando os fatores citados, a projeção da despesa total em 2017, com benefícios, atingiu R\$ 562,4 bilhões, sendo R\$ 547,7 bilhões relativos a benefícios normais, R\$ 11,9 bilhões destinados ao pagamento de sentenças judiciais e R\$ 2,7 bilhões referentes à compensação entre o RGPS e os demais regimes próprios de previdência (Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS – Comprev). Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida é de R\$ 381,1 bilhões, considerando-se aumento da massa salarial nominal de 7,4%.

A Tabela 13 detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas.

**TABELA 13 – RESUMO DO RESULTADO DO RGPS E PARÂMETROS ADOTADOS
(R\$ MILHÕES)**

DESCRIÇÃO	PLOA 2017
ARRECADACÃO	381.110
Benefícios	562.359
Benefícios normais	547.723
Precatórios e sentenças	11.865
Comprev	2.771
RESULTADO	-181.250
HIPÓTESES ADOTADAS	
Massa salarial nominal (%)	7,4
Reajuste do salário mínimo (%)	7,5
Valor do salário mínimo (R\$)	945,80
Reajuste dos demais benefícios (%)	7,5

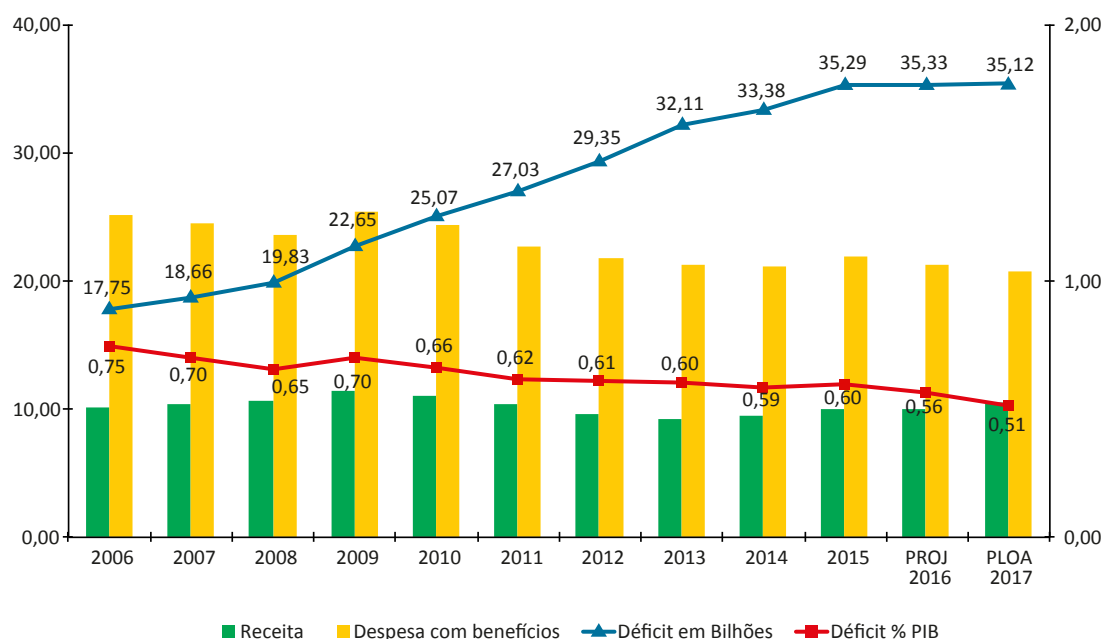
Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS E INATIVIDADE REMUNERADA E PENSÕES MILITARES

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O déficit projetado para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União para 2017 é de R\$ 35,12 bilhões, correspondendo a 0,51% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 5 mostra que o déficit nominal, após longo período de trajetória ascendente, entra numa fase de estabilização. Já no tocante ao déficit como percentual do PIB, observa-se continuidade da tendência de redução.

**GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÉFICIT DO RPPS
(% PIB)**



Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

Os preceitos legais do RPPS são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal. Uma reforma importante consubstanciou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço, para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve o fim da paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos e a instituição de contribuição para aposentados e pensionistas. Além disso, empreendeu modificações pontuais nos critérios de elegibilidade e nas fórmulas de cálculo do valor dos benefícios dos servidores públicos e previu a criação de regime de previdência complementar para os servidores. Ressalte-se que a Lei nº 10.887, de 2004, determinou que a contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor seria o dobro da contribuição do servidor (22% e 11%, respectivamente).

A EC nº 47, de 5 de julho de 2005, por sua vez, promoveu outras alterações, entre as quais podem ser destacadas:

- instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41, de 2003;
- introdução de regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado, além do tempo mínimo de contribuição;

- diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e
- abertura de espaço para que leis complementares instituíam critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores com deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Outra inovação no campo do RPPS foi a promulgação da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que transferiu do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) para a Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF) a competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do RPPS do servidor público federal.

Finalmente, em atendimento ao disposto na EC nº 41, de 2003, foi promulgada, em 30 de abril de 2012, a Lei nº 12.618, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com a referida Lei, poderão ser criadas até três entidades fechadas de previdência complementar, um para cada Poder, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).

Com o advento das entidades fechadas de previdência complementar, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 31 de janeiro de 2013, e aqueles que por elas optarem, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS.

O objetivo das Fundações é garantir complementação à aposentadoria dos servidores participantes que possuam renda superior ao teto. As fundações disponibilizarão aos seus participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida, conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição. O valor a ser recebido pelo servidor, ao se aposentar, dependerá das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pela Fundação, que conta em seu Conselho Deliberativo com três representantes do patrocinador (União) e três representantes dos servidores optantes pelos planos de benefícios administrados pelas fundações.

As contribuições do patrocinador e do participante incidem sobre a parcela da base de contribuição que exceder o teto dos beneficiários do RGPS. A alíquota da contribuição do participante será por ele definida anualmente, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, e a alíquota da contribuição do patrocinador será igual à do participante e não poderá exceder o percentual de 8,5%.

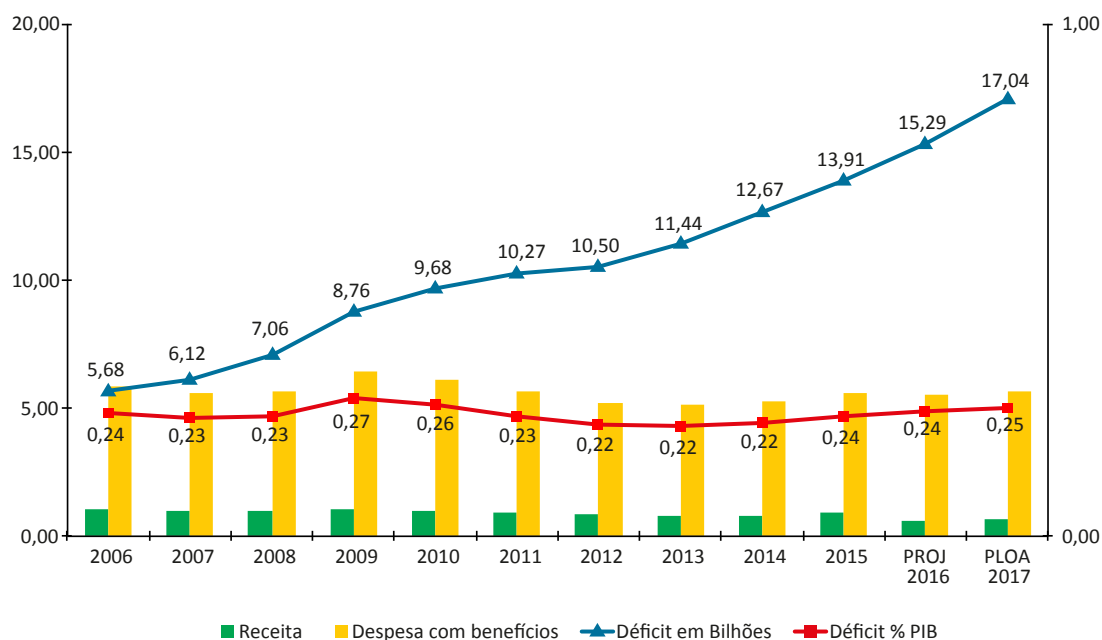
INATIVIDADE REMUNERADA E PENSÕES DE MILITARES

As sucessivas alterações constitucionais e na legislação infralegal, relativas à criação do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público Federal (RPPS), não incluiu os militares das Forças Armadas, implicando a conclusão de que o pagamento feito aos militares inativos não estaria sujeito a um regime previdenciário, e sim, administrativo. Entretanto, tal conclusão não deve ser aplicada às pensões militares.

Recentemente, por intermédio do Parecer nº 00016/2015/ASSE/CGU/AGU, de 2 de junho de 2015, a Consultoria-Geral da União emitiu entendimento sobre o assunto, afirmando que não é possível falar-se em Regime Próprio de Previdência dos Militares, por ausência de um Plano de Custeio paralelo a um Plano de Benefício, restando prejudicados os preceitos relativos a uma avaliação atuarial. Nesse caso, tal avaliação somente é possível em relação às pensões militares, uma vez que existe Plano de Benefício e Plano de Custeio, regulado pela Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.

O déficit projetado para as pensões de militares para 2017 é de R\$ 17,04 bilhões, correspondendo a 0,25% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 6 mostra que o déficit nominal permanece com tendência de crescimento. Para o próximo ano, estima-se um crescimento de 11,44% do déficit nominal.

GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÉFICIT DAS PENSÕES MILITARES
[% PIB]

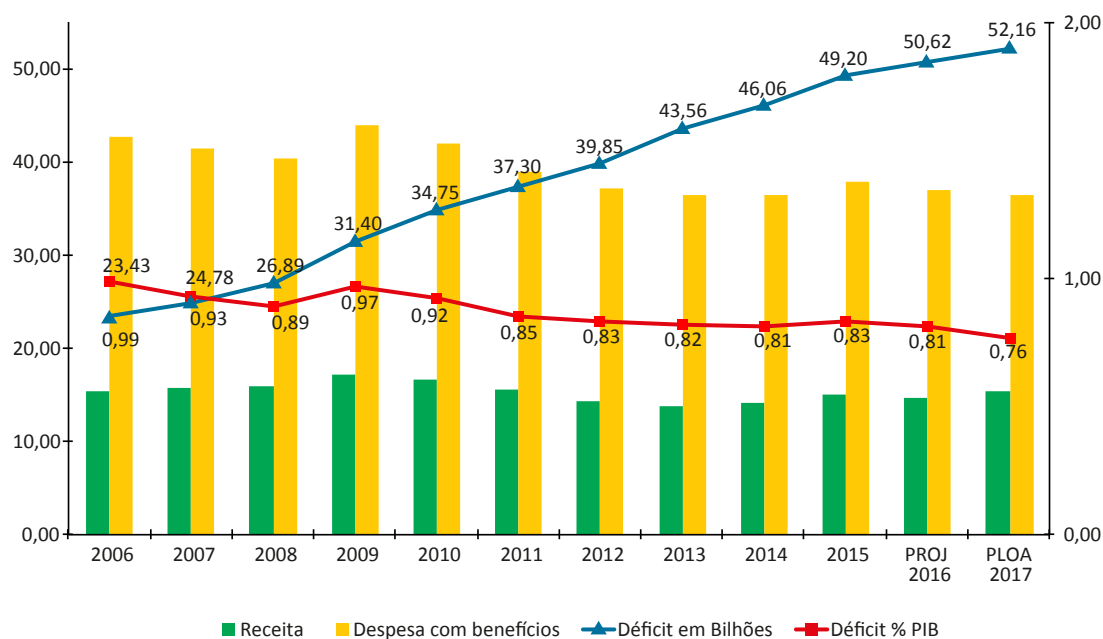


Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

SITUAÇÃO CONSOLIDADA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS E DAS PENSÕES DE MILITARES

O déficit total projetado para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União e das pensões militares para 2017 é de R\$ 52,16 bilhões, correspondendo a 0,76% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 7 mostra que o déficit nominal permanece com tendência de crescimento. Para o próximo ano, estima-se um crescimento do déficit nominal em 3,04%.

**GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÉFICIT DO RPPS E DAS PENSÕES DE MILITARES
[% PIB]**



Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

IV — AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

**APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO**

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2017, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) reservaram R\$ 101,5 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais (PDG). Esse montante representa o fluxo das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (fundos constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, pois o volume da concessão de crédito é definido periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2017. Respeitadas as especificidades de cada instituição, o volume de operações programado para o próximo ano está assim distribuído: industrial (19%), intermediação financeira (-31%), outros serviços (13%), habitação (67%), comércio (0%), rural (44%) e outros (-12%). Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos, por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais, serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

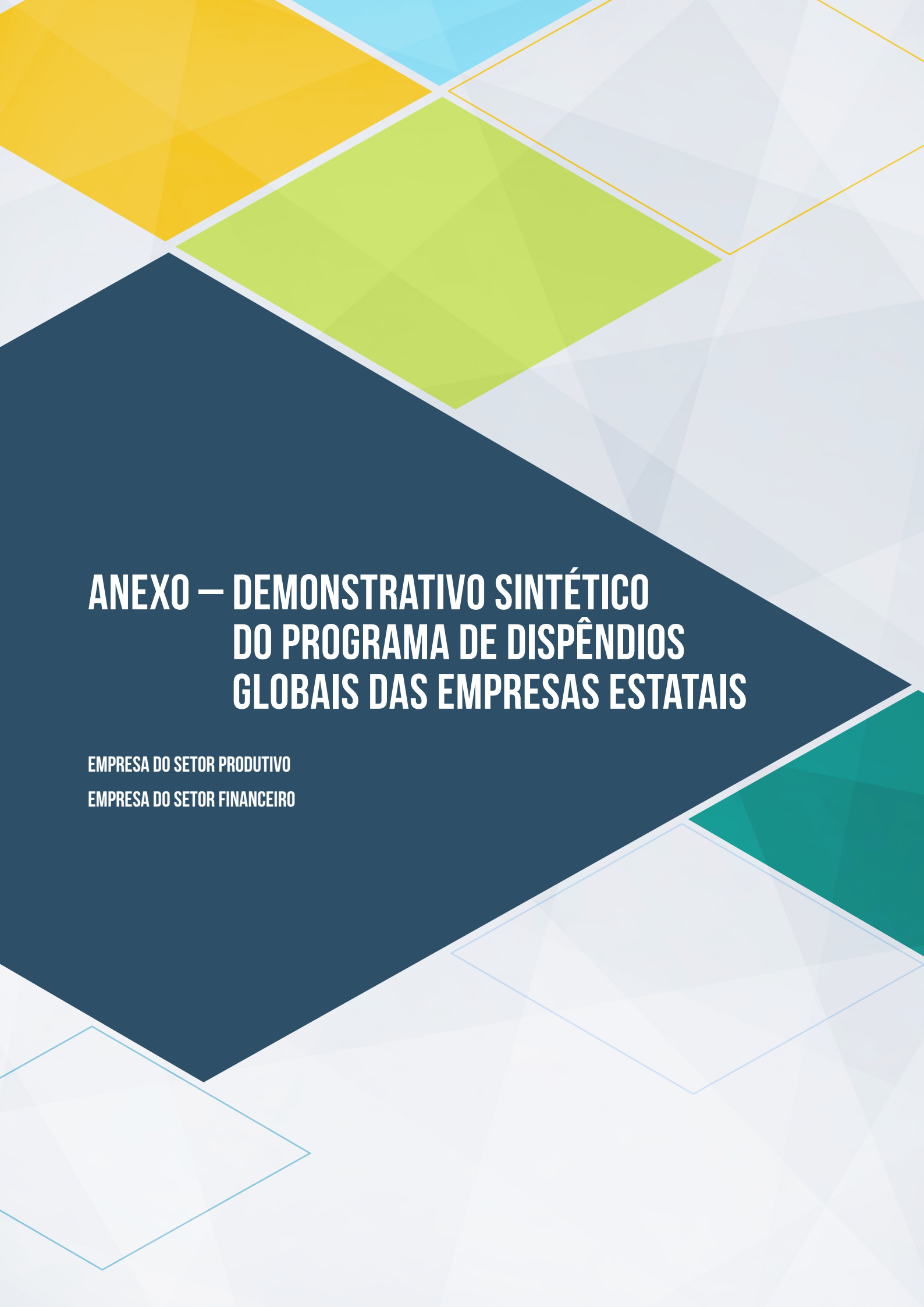
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2017, R\$ 5,7 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R\$ 2,2 bilhões estão reservados aos projetos que envolvem ampliação e modernização de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infraestrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 3,5 bilhões.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2017, as instituições Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) são responsáveis por dispêndios correspondentes a 44% e 47%, respectivamente.



ANEXO — DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS

EMPRESA DO SETOR PRODUTIVO

EMPRESA DO SETOR FINANCEIRO

EMPRESA DO SETOR PRODUTIVO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

22000 M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.531.489	Receitas	39.450.292
Investimentos	1.150.000	Receita Operacional	36.297.920
Amortizações Operações Créditos L.P.	192.336	Receita não Operacional	3.152.372
Operações Internas	192.336	Total das Fontes	39.450.292
Outros Dispêndios de Capital	189.153	Variação de Capital de Giro	-703.625
Dispêndios Correntes	37.020.967	Variação do Disponível	-194.211
Pessoal e Encargos Sociais	20.538.589		
Materiais e Produtos	661.345		
Serviços de Terceiros	8.574.961		
Utilidades e Serviços	1.415.867		
Tributos e Encargos Parafiscais	3.072.148		
Encargos Financeiros e Outros	22.357		
Operações Internas	22.357		
Demais Dispêndios Correntes	2.735.700		
Total dos Usos	38.552.456	Total Líquido das Fontes	38.552.456

22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.348.450	Receitas	33.342.323
Investimentos	3.348.450	Receita Operacional	22.838.818
Dispêndios Correntes	26.799.174	Receita não Operacional	10.503.505
Pessoal e Encargos Sociais	11.839.213	Total das Fontes	33.342.323
Materiais e Produtos	2.363.428	Variação de Capital de Giro	-6.885.719
Serviços de Terceiros	5.856.261	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.081.337
Utilidades e Serviços	1.981.059	Variação do Disponível	2.609.683
Tributos e Encargos Parafiscais	2.976.910		
Encargos Financeiros e Outros	1.119.137		
Outras Fontes	1.119.137		
Demais Dispêndios Correntes	663.166		
Total dos Usos	30.147.624	Total Líquido das Fontes	30.147.624

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	35.255.019	Receitas	309.901.172
Investimentos	35.255.019	Receita Operacional	246.915.726
Dispêndios Correntes	269.190.155	Receita não Operacional	62.985.446
Pessoal e Encargos Sociais	78.759.864	Total das Fontes	309.901.172
Materiais e Produtos	7.393.330	Variação do Disponível	-5.455.998
Serviços de Terceiros	90.555.135		
Utilidades e Serviços	44.030.971		
Tributos e Encargos Parafiscais	39.406.855		
Demais Dispêndios Correntes	9.044.000		
Total dos Usos	304.445.174	Total Líquido das Fontes	304.445.174

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

24000 M. DA CIÊNCIA, TEC. E INOVAÇÃO

24213 CORREIOS PARTICIPAÇÕES S/A

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	270.000.000	Receitas	11.649.000
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>270.000.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>6.249.000</i>
Dispêndios Correntes	31.218.564	<i>Receita não Operacional</i>	<i>5.400.000</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>11.300.193</i>	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	270.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>7.500</i>	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	<i>270.000.000</i>
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>11.100.000</i>	Total das Fontes	281.649.000
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>30.000</i>	Variação de Capital de Giro	-4.674.661
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>7.698.035</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	25.400.000
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>1.082.836</i>	Variação do Disponível	-1.155.775
Total dos Usos	301.218.564	Total Líquido das Fontes	301.218.564

24214 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	907.265.879	Receitas	21.660.933.836
<i>Investimentos</i>	<i>800.000.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>21.150.933.836</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>30.000.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>510.000.000</i>
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	<i>77.265.879</i>	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	46.874.459
<i>Operações Internas</i>	<i>31.250.000</i>	Operações de Crédito	530.889.627
<i>Operações Externas</i>	<i>46.015.879</i>	<i>Operações de Crédito Externas – Bens e Serviços</i>	<i>530.889.627</i>
Dispêndios Correntes	21.647.380.040	Total das Fontes	22.238.697.922
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>11.755.380.040</i>	Variação de Capital de Giro	673.656.046
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>270.000.000</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-323.847.263
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>7.301.000.000</i>	Variação do Disponível	-33.860.786
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>400.000.000</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>870.000.000</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>248.000.000</i>		
<i>Operações Internas</i>	<i>113.035.447</i>		
<i>Operações Externas</i>	<i>4.270.002</i>		
<i>Outras Fontes</i>	<i>130.694.551</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>803.000.000</i>		
Total dos Usos	22.554.645.919	Total Líquido das Fontes	22.554.645.919

24215 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	719.360.500	Receitas	184.688.611
<i>Investimentos</i>	<i>694.360.500</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>176.356.336</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>25.000.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>8.332.275</i>
Dispêndios Correntes	634.698.325	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	247.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>81.466.519</i>	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	<i>247.000.000</i>
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>605.975</i>	Operações de Crédito	682.981.124
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>153.960.843</i>	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	<i>682.981.124</i>
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>18.754.673</i>	Total das Fontes	1.114.669.735
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>66.220.382</i>	Variação de Capital de Giro	77.308.244
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>172.113.121</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	162.080.846
<i>Operações Internas</i>	<i>7.700.000</i>		
<i>Outras Fontes</i>	<i>164.413.121</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>141.576.812</i>		
Total dos Usos	1.354.058.825	Total Líquido das Fontes	1.354.058.825

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

25000 M. DA FAZENDA

25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	200.000.000	Receitas	3.048.651.946
<i>Investimentos</i>	<i>200.000.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>2.790.492.068</i>
Dispêndios Correntes	2.977.380.024	<i>Receita não Operacional</i>	<i>258.159.878</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>1.758.577.692</i>	Total das Fontes	3.048.651.946
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>7.545.403</i>	Variação de Capital de Giro	122.053.688
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>420.496.072</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-4.769.929
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>36.255.824</i>	Variação do Disponível	11.444.319
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>492.263.779</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>13.867.612</i>		
<i>Outras Fontes</i>	<i>13.867.612</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>248.373.642</i>		
Total dos Usos	3.177.380.024	Total Líquido das Fontes	3.177.380.024

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	76.035.405	Receitas	1.581.250.621
<i>Investimentos</i>	<i>54.100.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>1.550.406.250</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>21.935.405</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>30.844.371</i>
Dispêndios Correntes	1.421.005.264	Total das Fontes	1.581.250.621
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>564.052.077</i>	Variação de Capital de Giro	-165.704.242
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>307.968.173</i>	Variação do Disponível	81.494.290
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>433.836.406</i>		
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>31.604.129</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>3.956.786</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>35.647.500</i>		
<i>Operações Internas</i>	<i>35.503.500</i>		
<i>Outras Fontes</i>	<i>144.000</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>43.940.193</i>		
Total dos Usos	1.497.040.669	Total Líquido das Fontes	1.497.040.669

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	20.474.749	Receitas	44.393.379
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>20.474.749</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>41.080.162</i>
Dispêndios Correntes	22.282.093	<i>Receita não Operacional</i>	<i>3.313.217</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>1.617.193</i>	Total das Fontes	44.393.379
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>270.322</i>	Variação de Capital de Giro	-1.644.184
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>18.712.676</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	7.724
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>1.681.902</i>	Variação do Disponível	-77
Total dos Usos	42.756.842	Total Líquido das Fontes	42.756.842

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.769.413.915	Receitas	3.279.719.804
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>1.769.413.915</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>3.077.350.965</i>
Dispêndios Correntes	1.618.233.024	<i>Receita não Operacional</i>	<i>202.368.839</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>252.500</i>	Total das Fontes	3.279.719.804
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>270.250.643</i>	Variação de Capital de Giro	107.930.884
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>1.311.583.402</i>	Variação do Disponível	-3.749
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>36.146.479</i>		
Total dos Usos	3.387.646.939	Total Líquido das Fontes	3.387.646.939

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	56.917.382	Receitas	1.201.576.433
<i>Investimentos</i>	<i>39.599.640</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>1.194.016.996</i>

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

Amortizações Operações Créditos L.P.	9.458.383	Receita não Operacional	7.559.437
Operações Internas	9.458.383	Total das Fontes	1.201.576.433
Outros Dispêndios de Capital	7.859.359	Variação de Capital de Giro	52.122.692
Dispêndios Correntes	1.141.609.690	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.849.478
Pessoal e Encargos Sociais	355.309.996	Variação do Disponível	-53.322.575
Materiais e Produtos	68.326.060		
Serviços de Terceiros	447.559.570		
Utilidades e Serviços	14.711.086		
Tributos e Encargos Parafiscais	186.234.711		
Encargos Financeiros e Outros	12.037.318		
Operações Internas	12.037.318		
Demais Dispêndios Correntes	57.430.949		
Total dos Usos	1.198.527.072	Total Líquido das Fontes	1.198.527.072

25246 BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	100.000	Receitas	37.403.069
Investimentos	100.000	Receita Operacional	36.863.889
Dispêndios Correntes	35.917.127	Receita não Operacional	539.180
Pessoal e Encargos Sociais	16.641.459	Total das Fontes	37.403.069
Materiais e Produtos	150.254	Variação de Capital de Giro	-2.101.252
Serviços de Terceiros	6.209.880	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	15.105
Utilidades e Serviços	3.366.744	Variação do Disponível	700.205
Tributos e Encargos Parafiscais	3.638.552		
Encargos Financeiros e Outros	1.510.522		
Operações Internas	1.510.522		
Demais Dispêndios Correntes	4.399.716		
Total dos Usos	36.017.127	Total Líquido das Fontes	36.017.127

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.299.140.123	Receitas	1.553.583.891
Investimentos	4.294.095	Receita Operacional	56.648.956
Amortizações Operações Créditos L.P.	902.680.984	Receita não Operacional	1.496.934.935
Outras Fontes	902.680.984	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	437.646.059
Outros Dispêndios de Capital	392.165.044	Total das Fontes	1.991.229.950
Dispêndios Correntes	887.958.285	Variação de Capital de Giro	183.103.019
Pessoal e Encargos Sociais	20.337.890	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	116.906.135
Materiais e Produtos	127.956	Variação do Disponível	-104.140.696
Serviços de Terceiros	339.246.794		
Utilidades e Serviços	1.007.520		
Tributos e Encargos Parafiscais	88.084.648		
Encargos Financeiros e Outros	356.748.663		
Outras Fontes	356.748.663		
Demais Dispêndios Correntes	82.404.814		
Total dos Usos	2.187.098.408	Total Líquido das Fontes	2.187.098.408

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	176.248.711	Receitas	693.698.936
Investimentos	2.000.000	Receita Operacional	667.342.916
Inversões Financeiras	19.630.788	Receita não Operacional	26.356.020
Outros Dispêndios de Capital	154.617.923	Total das Fontes	693.698.936
Dispêndios Correntes	538.956.565	Variação de Capital de Giro	21.505.990
Pessoal e Encargos Sociais	11.088.558	Variação do Disponível	350
Materiais e Produtos	147.615		
Serviços de Terceiros	128.462.215		
Utilidades e Serviços	1.510.954		
Tributos e Encargos Parafiscais	100.293.134		
Encargos Financeiros e Outros	8.101.646		
Operações Internas	2.352.920		
Outras Fontes	5.748.726		
Demais Dispêndios Correntes	289.352.443		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

Total dos Usos	715.205.276	Total Liquido das Fontes	715.205.276
----------------	-------------	--------------------------	-------------

25283 BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	175.480.789	Receitas	932.949.176
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	175.480.789	<i>Receita Operacional</i>	932.859.716
Dispêndios Correntes	194.068.818	<i>Receita não Operacional</i>	89.460
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.500.659	Total das Fontes	932.949.176
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	162.702.401	Variação de Capital de Giro	-563.561.991
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	29.865.758	Variação do Disponível	162.422
Total dos Usos	369.549.607	Total Liquido das Fontes	369.549.607

25286 BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.865.412.439	Receitas	2.944.667.792
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.865.412.439	<i>Receita Operacional</i>	2.889.311.506
Dispêndios Correntes	91.447.603	<i>Receita não Operacional</i>	55.356.286
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	233.019	Total das Fontes	2.944.667.792
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	21.252.389	Variação de Capital de Giro	-709.765.232
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	69.962.195	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-19.768
Total dos Usos	1.956.860.042	Variação do Disponível	-278.022.750
		Total Liquido das Fontes	1.956.860.042

25290 BB COR PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.761.914.036	Receitas	1.795.402.022
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.761.914.036	<i>Receita Operacional</i>	1.762.481.476
Dispêndios Correntes	33.430.854	<i>Receita não Operacional</i>	32.920.546
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	230.648	Total das Fontes	1.795.402.022
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.959.533	Variação de Capital de Giro	-28.160.627
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	31.240.673	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	29.560.800
Total dos Usos	1.795.344.890	Variação do Disponível	-1.457.305
		Total Liquido das Fontes	1.795.344.890

25291 BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.691.721.817	Receitas	4.739.699.540
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	3.691.721.817	<i>Receita Operacional</i>	4.637.221.655
Dispêndios Correntes	139.057.412	<i>Receita não Operacional</i>	102.477.885
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	43.890.501	Total das Fontes	4.739.699.540
<i>Serviços de Terceiros</i>	8.114.591	Variação de Capital de Giro	-745.292.450
<i>Utilidades e Serviços</i>	1.490.836	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	68.877.586
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	9.569.102	Variação do Disponível	-232.505.447
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	75.992.382		
Total dos Usos	3.830.779.229	Total Liquido das Fontes	3.830.779.229

25293 ATIVOS S.A GESTÃO DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	19.630.788	Receitas	67.645.413
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	19.630.788	<i>Receita Operacional</i>	67.645.413
Dispêndios Correntes	47.959.633	Total das Fontes	67.645.413
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	955.600	Variação de Capital de Giro	-53.065
<i>Materiais e Produtos</i>	117.433	Variação do Disponível	-1.927
<i>Serviços de Terceiros</i>	16.081.339		
<i>Utilidades e Serviços</i>	7.576.471		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	16.650.704		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	6.578.086		
Total dos Usos	67.590.421	Total Liquido das Fontes	67.590.421

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

25294 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	259.807.822	Receitas	1.706.559.308
<i>Investimentos</i>	<i>200.000.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>1.565.535.795</i>
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	<i>31.836.735</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>141.023.513</i>
<i>Operações Internas</i>	<i>31.836.735</i>	Operações de Crédito	50.000.000
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>27.971.087</i>	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	<i>50.000.000</i>
Dispêndios Correntes	1.480.574.060	Total das Fontes	1.756.559.308
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>687.406.716</i>	Variação de Capital de Giro	17.564.915
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>994.006</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.703.298
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>225.378.070</i>	Variação do Disponível	-31.039.043
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>22.360.447</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>362.924.357</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>18.570.802</i>		
<i>Operações Internas</i>	<i>18.570.802</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>162.939.662</i>		
Total dos Usos	1.740.381.882	Total Líquido das Fontes	1.740.381.882

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

32000 M. DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	8.000.000	Receitas	238.051.247
Investimentos	8.000.000	Receita Operacional	229.982.468
Dispêndios Correntes	230.028.193	Receita não Operacional	8.068.779
Pessoal e Encargos Sociais	153.930.517	Total das Fontes	238.051.247
Materiais e Produtos	1.740.325	Variação de Capital de Giro	-1.657.641
Serviços de Terceiros	49.475.186	Variação do Disponível	1.634.587
Utilidades e Serviços	7.110.292		
Tributos e Encargos Parafiscais	2.429.569		
Encargos Financeiros e Outros	1.147.344		
Outras Fontes	1.147.344		
Demais Dispêndios Correntes	14.194.960		
Total dos Usos	238.028.193	Total Líquido das Fontes	238.028.193

32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.382.211.995	Receitas	3.795.643.951
Investimentos	2.087.233.679	Receita Operacional	3.788.643.951
Amortizações Operações Créditos L.P.	294.978.316	Receita não Operacional	7.000.000
Outras Fontes	294.978.316	Operações de Crédito	1.790.733.679
Dispêndios Correntes	2.584.587.923	Operações de Crédito Internas – Moedas	1.790.733.679
Pessoal e Encargos Sociais	582.166.368	Total das Fontes	5.586.377.630
Materiais e Produtos	568.197.267	Variação de Capital de Giro	-553.612.960
Serviços de Terceiros	485.061.886	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-65.488.388
Utilidades e Serviços	16.103.984	Variação do Disponível	-476.364
Tributos e Encargos Parafiscais	729.459.739		
Encargos Financeiros e Outros	73.443.566		
Outras Fontes	73.443.566		
Demais Dispêndios Correntes	130.155.113		
Total dos Usos	4.966.799.918	Total Líquido das Fontes	4.966.799.918

32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	6.620.688.738	Receitas	27.702.288.800
Investimentos	29.976.851	Receita Operacional	24.043.676.806
Inversões Financeiras	437.298.474	Receita não Operacional	3.658.611.994
Amortizações Operações Créditos L.P.	3.737.693.853	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	3.750.961.844
Operações Internas	1.804.880.000	Operações de Crédito	2.200.000.000
Operações Externas	1.159.115.343	Operações de Crédito Internas – Moedas	2.200.000.000
Outras Fontes	773.698.510	Total das Fontes	33.653.250.644
Outros Dispêndios de Capital	2.415.719.560	Variação de Capital de Giro	-389.518.802
Dispêndios Correntes	27.349.827.417	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-461.216.828
Pessoal e Encargos Sociais	379.692.603	Variação do Disponível	1.168.001.141
Materiais e Produtos	22.677.233.683		
Serviços de Terceiros	318.722.425		
Utilidades e Serviços	11.908.172		
Tributos e Encargos Parafiscais	829.739.042		
Encargos Financeiros e Outros	2.379.345.709		
Operações Internas	1.290.538.961		
Operações Externas	931.411.292		
Outras Fontes	157.395.456		
Demais Dispêndios Correntes	753.185.783		
Total dos Usos	33.970.516.155	Total Líquido das Fontes	33.970.516.155

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.003.304.160	Receitas	6.130.630.431
Investimentos	678.385.968	Receita Operacional	5.361.487.874
Inversões Financeiras	829.648.799	Receita não Operacional	769.142.557

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	495.269.393	Operações de Crédito	1.300.000.000
<i>Operações Internas</i>	156.374.377	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	1.300.000.000
<i>Outras Fontes</i>	338.895.016	Outros Recursos de Longo Prazo	1.011.283
Dispêndios Correntes	4.998.771.470	<i>Demais Recursos de Longo Prazo</i>	1.011.283
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.254.809.704	Total das Fontes	7.431.641.714
<i>Materiais e Produtos</i>	1.000.492.702	Variação de Capital de Giro	-534.081.588
<i>Serviços de Terceiros</i>	380.040.933	Variação do Disponível	104.515.504
<i>Utilidades e Serviços</i>	8.505.137		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.014.809.984		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	301.221.350		
<i>Operações Internas</i>	112.733.094		
<i>Outras Fontes</i>	188.488.256		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.038.891.660		
Total dos Usos	7.002.075.630	Total Líquido das Fontes	7.002.075.630

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.218.369.065	Receitas	2.099.370.941
<i>Investimentos</i>	221.426.169	<i>Receita Operacional</i>	1.829.249.845
<i>Inversões Financeiras</i>	337.974.243	<i>Receita não Operacional</i>	270.121.096
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	615.098.407	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	1.418.815
<i>Operações Internas</i>	375.993.305	Operações de Crédito	1.271.923.110
<i>Outras Fontes</i>	239.105.102	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	1.271.923.110
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	43.870.246	Total das Fontes	3.372.712.866
Dispêndios Correntes	1.856.779.152	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	-250.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	410.605.174	Variação de Capital de Giro	-23.304.930
<i>Materiais e Produtos</i>	337.931.361	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-24.259.719
<i>Serviços de Terceiros</i>	142.149.483		
<i>Utilidades e Serviços</i>	4.068.676		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	261.719.889		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	498.913.857		
<i>Operações Internas</i>	279.751.257		
<i>Outras Fontes</i>	219.162.600		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	201.390.712		
Total dos Usos	3.075.148.217	Total Líquido das Fontes	3.075.148.217

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.905.254.898	Receitas	3.768.299.046
<i>Investimentos</i>	900.284.841	<i>Receita Operacional</i>	3.653.622.401
<i>Inversões Financeiras</i>	431.469.000	<i>Receita não Operacional</i>	114.676.645
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	573.501.057	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	5.970.087
<i>Operações Internas</i>	382.137.113	Operações de Crédito	1.097.806.102
<i>Outras Fontes</i>	191.363.944	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	1.097.806.102
Dispêndios Correntes	3.517.302.417	Outros Recursos de Longo Prazo	52.368.285
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.068.459.423	<i>Demais Recursos de Longo Prazo</i>	52.368.285
<i>Materiais e Produtos</i>	1.212.907.957	Total das Fontes	4.924.443.520
<i>Serviços de Terceiros</i>	323.290.085	Variação de Capital de Giro	580.942.462
<i>Utilidades e Serviços</i>	15.869.717	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-5.089.081
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	341.710.086	Variação do Disponível	-77.739.586
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	193.912.329		
<i>Operações Internas</i>	140.719.765		
<i>Outras Fontes</i>	53.192.564		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	361.152.820		
Total dos Usos	5.422.557.315	Total Líquido das Fontes	5.422.557.315

32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.753.322.934	Receitas	7.163.284.542
<i>Investimentos</i>	804.364.045	<i>Receita Operacional</i>	7.054.992.126
<i>Inversões Financeiras</i>	1.667.420.000	<i>Receita não Operacional</i>	108.292.416
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	1.342.147.527	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	156.298
<i>Operações Internas</i>	767.631.046	Operações de Crédito	2.477.647.360

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Operações Externas</i>	25.912.580	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	2.477.647.360
<i>Outras Fontes</i>	548.603.901	Outros Recursos de Longo Prazo	82.255.089
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	939.391.362	<i>Demais Recursos de Longo Prazo</i>	82.255.089
Dispêndios Correntes	7.340.296.759	Total das Fontes	9.723.343.289
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.282.769.650	Variação de Capital de Giro	2.569.680.258
<i>Materiais e Produtos</i>	1.971.245.421	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-237.840.450
<i>Serviços de Terceiros</i>	699.759.678	Variação do Disponível	38.436.596
<i>Utilidades e Serviços</i>	32.586.182		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.281.612.352		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	1.427.300.254		
<i>Operações Internas</i>	1.175.409.038		
<i>Outras Fontes</i>	251.891.216		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	645.023.222		
Total dos Usos	12.093.619.693	Total Líquido das Fontes	12.093.619.693

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	101.430.263.880	Receitas	347.999.123.770
<i>Investimentos</i>	55.491.210.000	<i>Receita Operacional</i>	315.783.083.236
<i>Inversões Financeiras</i>	14.676.021.109	<i>Receita não Operacional</i>	32.216.040.534
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	26.456.132.383	Operações de Crédito	40.419.432.892
<i>Operações Internas</i>	11.247.706.989	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	4.041.943.286
<i>Operações Externas</i>	15.208.425.394	<i>Operações de Crédito Externas – Moedas Outras</i>	36.377.489.606
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	4.806.900.388	Outros Recursos de Longo Prazo	113.456.206
Dispêndios Correntes	350.872.561.058	<i>Debêntures</i>	113.456.206
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	19.850.794.617	Total das Fontes	388.532.012.868
<i>Materiais e Produtos</i>	109.950.019.780	Variação de Capital de Giro	74.248.918.122
<i>Serviços de Terceiros</i>	57.275.325.837	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.344.182.947
<i>Utilidades e Serviços</i>	446.692.116	Variação do Disponível	-12.822.288.999
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	74.602.780.613		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	10.027.056.506		
<i>Operações Internas</i>	4.758.599.995		
<i>Operações Externas</i>	3.172.399.994		
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	2.096.056.517		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	78.719.891.589		
Total dos Usos	452.302.824.938	Total Líquido das Fontes	452.302.824.938

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	4.787.302	Receitas	52.218.853
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	114.544	<i>Receita Operacional</i>	12.245.702
<i>Outras Fontes</i>	114.544	<i>Receita não Operacional</i>	39.973.151
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	4.672.758	Total das Fontes	52.218.853
		Variação de Capital de Giro	-2.692.816
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-34.666.787
		Variação do Disponível	-10.071.948
Total dos Usos	4.787.302	Total Líquido das Fontes	4.787.302

32238 INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDAÇÃO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	130.928	Outros Recursos de Longo Prazo	132.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	26.928	<i>Demais Recursos de Longo Prazo</i>	132.000
<i>Materiais e Produtos</i>	3.000	Total das Fontes	132.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	68.600	Variação do Disponível	-1.072
<i>Utilidades e Serviços</i>	12.000		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	20.400		
Total dos Usos	130.928	Total Líquido das Fontes	130.928

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.777.070.209	Receitas	129.224.717.974

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Investimentos</i>	499.462.000	<i>Receita Operacional</i>	128.393.628.174
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	292.500.898	<i>Receita não Operacional</i>	831.089.800
<i>Operações Internas</i>	216.933.488	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	103.115.922
<i>Arrendamento Mercantil Financeiro</i>	75.567.410	Total das Fontes	129.327.833.896
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	985.107.311	Variação de Capital de Giro	703.991.700
Dispêndios Correntes	127.333.981.618	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-920.773.769
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.422.823.800		
<i>Materiais e Produtos</i>	93.290.764.480		
<i>Serviços de Terceiros</i>	4.140.548.911		
<i>Utilidades e Serviços</i>	56.673.956		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	25.926.022.447		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	1.814.929.878		
<i>Operações Internas</i>	1.220.590.468		
<i>Debêntures</i>	534.134.242		
<i>Outras Fontes</i>	60.205.168		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	682.218.146		
Total dos Usos	129.111.051.827	Total Líquido das Fontes	129.111.051.827

32240 PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	121.144.000	Receitas	204.066.292
<i>Investimentos</i>	420.000	<i>Receita não Operacional</i>	204.066.292
<i>Inversões Financeiras</i>	724.000	Total das Fontes	204.066.292
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	120.000.000	Variação de Capital de Giro	-36.793.591
Dispêndios Correntes	67.841.998	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-274.560
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	43.016.877	Variação do Disponível	21.987.857
<i>Materiais e Produtos</i>	37.920		
<i>Serviços de Terceiros</i>	8.070.744		
<i>Utilidades e Serviços</i>	187.308		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	9.977.460		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	6.551.689		
Total dos Usos	188.985.998	Total Líquido das Fontes	188.985.998

32264 ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	16.812.000	Receitas	10.415.000
<i>Investimentos</i>	312.000	<i>Receita não Operacional</i>	10.415.000
<i>Inversões Financeiras</i>	7.500.000	Total das Fontes	10.415.000
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	9.000.000	Variação de Capital de Giro	2.920.383
Dispêndios Correntes	7.456.405	Variação do Disponível	10.933.022
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	3.226.762		
<i>Materiais e Produtos</i>	13.761		
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.351.757		
<i>Utilidades e Serviços</i>	49.399		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.810.770		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.003.956		
Total dos Usos	24.268.405	Total Líquido das Fontes	24.268.405

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	158.304.497	Receitas	1.030.889.238
<i>Investimentos</i>	130.000.000	<i>Receita Operacional</i>	1.007.639.961
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	28.304.497	<i>Receita não Operacional</i>	23.249.277
<i>Outras Fontes</i>	28.304.497	Outros Recursos de Longo Prazo	11.007.749
Dispêndios Correntes	753.250.485	<i>Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)</i>	11.007.749
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	46.520.272	Total das Fontes	1.041.896.987
<i>Materiais e Produtos</i>	328.508.916	Variação de Capital de Giro	-91.102.592
<i>Serviços de Terceiros</i>	43.284.357	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-15.008.610
<i>Utilidades e Serviços</i>	531.193	Variação do Disponível	-24.230.803
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	249.259.972		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	26.219.427		
<i>Outras Fontes</i>	26.219.427		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	58.926.348		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

Total dos Usos	911.554.982	Total Liquido das Fontes	911.554.982
----------------	-------------	--------------------------	-------------

32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	219.115.782	Receitas	2.353.147.381
Investimentos	199.000.000	Receita Operacional	2.347.448.617
Amortizações Operações Créditos L.P.	20.115.782	Receita não Operacional	5.698.764
Outras Fontes	20.115.782	Outros Recursos de Longo Prazo	28.105.420
Dispêndios Correntes	2.064.859.363	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	28.105.420
Pessoal e Encargos Sociais	153.981.194	Total das Fontes	2.381.252.801
Materiais e Produtos	845.403.063	Variação de Capital de Giro	-88.191.442
Serviços de Terceiros	116.326.791	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-759.583
Utilidades e Serviços	7.369.753	Variação do Disponível	-8.326.631
Tributos e Encargos Parafiscais	788.734.663		
Encargos Financeiros e Outros	11.456.997		
Operações Externas	78.571		
Outras Fontes	11.378.426		
Demais Dispêndios Correntes	141.586.902		
Total dos Usos	2.283.975.145	Total Liquido das Fontes	2.283.975.145

32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	509.577.841	Receitas	2.777.867.024
Investimentos	397.754.654	Receita Operacional	2.610.856.797
Amortizações Operações Créditos L.P.	111.823.187	Receita não Operacional	167.010.227
Operações Internas	5.253.460	Outros Recursos de Longo Prazo	47.269.899
Outras Fontes	106.569.727	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	47.269.899
Dispêndios Correntes	2.226.601.546	Total das Fontes	2.825.136.923
Pessoal e Encargos Sociais	182.511.572	Variação de Capital de Giro	-78.957.536
Materiais e Produtos	868.485.764	Variação do Disponível	-10.000.000
Serviços de Terceiros	130.622.840		
Utilidades e Serviços	12.983.192		
Tributos e Encargos Parafiscais	866.657.564		
Encargos Financeiros e Outros	14.427.761		
Operações Internas	3.386.293		
Operações Externas	631.112		
Outras Fontes	10.410.356		
Demais Dispêndios Correntes	150.912.853		
Total dos Usos	2.736.179.387	Total Liquido das Fontes	2.736.179.387

32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	279.687.162	Receitas	3.760.807.960
Investimentos	260.384.925	Receita Operacional	3.662.803.979
Amortizações Operações Créditos L.P.	19.302.237	Receita não Operacional	98.003.981
Outras Fontes	19.302.237	Outros Recursos de Longo Prazo	59.099.172
Dispêndios Correntes	3.441.842.393	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	59.099.172
Pessoal e Encargos Sociais	126.398.568	Total das Fontes	3.819.907.132
Materiais e Produtos	1.159.340.998	Variação de Capital de Giro	-116.813.767
Serviços de Terceiros	111.321.507	Variação do Disponível	18.436.190
Utilidades e Serviços	6.127.653		
Tributos e Encargos Parafiscais	998.707.413		
Encargos Financeiros e Outros	10.307.170		
Outras Fontes	10.307.170		
Demais Dispêndios Correntes	1.029.639.084		
Total dos Usos	3.721.529.555	Total Liquido das Fontes	3.721.529.555

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	872.315.609	Receitas	2.201.461.736
Investimentos	84.888.000	Receita Operacional	2.101.733.011

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

Amortizações Operações Créditos L.P.	80.247.183	Receita não Operacional	99.728.725
Operações Externas	80.247.183	Total das Fontes	2.201.461.736
Outros Dispêndios de Capital	707.180.426	Variação de Capital de Giro	-116.349.886
Dispêndios Correntes	1.209.929.753	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	75.123.921
Pessoal e Encargos Sociais	150.528.933	Variação do Disponível	-77.990.409
Materiais e Produtos	9.422.292		
Serviços de Terceiros	91.734.680		
Utilidades e Serviços	6.055.460		
Tributos e Encargos Parafiscais	726.716.646		
Encargos Financeiros e Outros	193.851.183		
Operações Externas	4.825.596		
Outras Fontes	189.025.587		
Demais Dispêndios Correntes	31.620.559		
Total dos Usos	2.082.245.362	Total Líquido das Fontes	2.082.245.362

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	82.291.240	Receitas	1.008.690.926
Investimentos	44.076.900	Receita Operacional	989.076.142
Amortizações Operações Créditos L.P.	38.214.340	Receita não Operacional	19.614.784
Outras Fontes	38.214.340	Outros Recursos de Longo Prazo	15.247.084
Dispêndios Correntes	937.167.519	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	15.247.084
Pessoal e Encargos Sociais	64.035.838	Total das Fontes	1.023.938.010
Materiais e Produtos	537.394.155	Variação de Capital de Giro	-8.165.578
Serviços de Terceiros	25.200.718	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	4.440.318
Utilidades e Serviços	1.544.383	Variação do Disponível	-753.991
Tributos e Encargos Parafiscais	40.814.185		
Encargos Financeiros e Outros	4.933.687		
Outras Fontes	4.933.687		
Demais Dispêndios Correntes	263.244.553		
Total dos Usos	1.019.458.759	Total Líquido das Fontes	1.019.458.759

32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.485.547.519	Receitas	12.879.309.083
Investimentos	1.073.369.840	Receita Operacional	12.437.902.703
Amortizações Operações Créditos L.P.	1.412.177.679	Receita não Operacional	441.406.380
Outras Fontes	1.412.177.679	Outros Recursos de Longo Prazo	59.030.159
Dispêndios Correntes	10.239.342.148	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	59.030.159
Pessoal e Encargos Sociais	293.576.799	Total das Fontes	12.938.339.242
Materiais e Produtos	6.180.162.166	Variação de Capital de Giro	-174.293.442
Serviços de Terceiros	385.959.104	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-35.000.000
Utilidades e Serviços	17.464.013	Variação do Disponível	-4.156.133
Tributos e Encargos Parafiscais	872.772.508		
Encargos Financeiros e Outros	46.686.321		
Outras Fontes	46.686.321		
Demais Dispêndios Correntes	2.442.721.237		
Total dos Usos	12.724.889.667	Total Líquido das Fontes	12.724.889.667

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.742.866.988	Receitas	8.854.555.210
Investimentos	1.698.504.000	Receita Operacional	8.731.281.740
Amortizações Operações Créditos L.P.	210.477.068	Receita não Operacional	123.273.470
Operações Internas	210.477.068	Operações de Crédito	1.127.331.000
Outros Dispêndios de Capital	833.885.920	Operações de Crédito Internas – Moedas	1.127.331.000
Dispêndios Correntes	7.412.351.696	Total das Fontes	9.981.886.210
Pessoal e Encargos Sociais	2.366.753.094	Variação de Capital de Giro	260.733.491
Materiais e Produtos	195.311.498	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	123.875.094
Serviços de Terceiros	1.618.298.575	Variação do Disponível	-211.276.111
Utilidades e Serviços	419.167.216		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.474.626.096		
Encargos Financeiros e Outros	430.639.394		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

Operações Internas	430.627.262		
Outras Fontes	12.132		
Demais Dispêndios Correntes	907.555.823		
Total dos Usos	10.155.218.684	Total Líquido das Fontes	10.155.218.684

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	270.018.389	Receitas	848.481.117
Investimentos	150.022.966	Receita Operacional	843.881.117
Amortizações Operações Créditos L.P.	119.995.423	Receita não Operacional	4.600.000
Outras Fontes	119.995.423	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	117.298.474
Dispêndios Correntes	1.199.774.446	Participação no Capital – Empresas Estatais	117.298.474
Pessoal e Encargos Sociais	107.238.519	Outros Recursos de Longo Prazo	110.455.980
Materiais e Produtos	496.533.339	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	110.455.980
Serviços de Terceiros	75.183.916	Total das Fontes	1.076.235.571
Utilidades e Serviços	1.600.000	Variação de Capital de Giro	31.931.978
Tributos e Encargos Parafiscais	98.463.461	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	351.344.130
Encargos Financeiros e Outros	373.870.284	Variação do Disponível	10.281.156
Outras Fontes	373.870.284		
Demais Dispêndios Correntes	46.884.927		
Total dos Usos	1.469.792.835	Total Líquido das Fontes	1.469.792.835

32279 DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. - DOWNSTREAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	251.166	Receitas	225.004
Serviços de Terceiros	237.306	Receita não Operacional	225.004
Tributos e Encargos Parafiscais	13.140	Total das Fontes	225.004
Demais Dispêndios Correntes	720	Variação de Capital de Giro	-148.826
		Variação do Disponível	174.988
Total dos Usos	251.166	Total Líquido das Fontes	251.166

32280 PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.650.552.515	Receitas	7.630.717.956
Investimentos	200.000	Receita Operacional	7.115.301.082
Amortizações Operações Créditos L.P.	77.950.353	Receita não Operacional	515.416.874
Debêntures	77.950.353	Total das Fontes	7.630.717.956
Outros Dispêndios de Capital	1.572.402.162	Variação de Capital de Giro	182.892.774
Dispêndios Correntes	6.028.431.780	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-12.045.618
Pessoal e Encargos Sociais	22.993.845	Variação do Disponível	-122.580.817
Materiais e Produtos	63.613.360		
Serviços de Terceiros	4.140.980.121		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.724.190.835		
Encargos Financeiros e Outros	9.929.944		
Debêntures	9.929.944		
Demais Dispêndios Correntes	66.723.675		
Total dos Usos	7.678.984.295	Total Líquido das Fontes	7.678.984.295

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	25.079.862.940	Receitas	18.186.907.991
Investimentos	12.348.883.000	Receita Operacional	18.186.907.991
Inversões Financeiras	7.016.643.825	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	13.780.203.629
Amortizações Operações Créditos L.P.	5.714.336.115	Participação no Capital – Empresas Estatais	13.780.203.629
Operações Externas	5.714.336.115	Total das Fontes	31.967.111.620
Dispêndios Correntes	8.814.450.340	Variação de Capital de Giro	1.406.443.063
Pessoal e Encargos Sociais	9.856.042	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	839.074.635
Serviços de Terceiros	244.709	Variação do Disponível	-318.316.038
Tributos e Encargos Parafiscais	679.208.107		
Encargos Financeiros e Outros	1.476.056.828		
Operações Internas	38.942.183		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Operações Externas</i>	595.541.444		
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	841.573.201		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	6.649.084.654		
Total dos Usos	33.894.313.280	Total Líquido das Fontes	33.894.313.280

32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	325.532	Variação do Disponível	325.532
<i>Serviços de Terceiros</i>	245.532		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	80.000		
Total dos Usos	325.532	Total Líquido das Fontes	325.532

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	7.212.748.567	Receitas	64.851.852.501
<i>Investimentos</i>	2.078.312.000	<i>Receita Operacional</i>	60.646.443.162
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	5.134.436.567	<i>Receita não Operacional</i>	4.205.409.339
<i>Operações Externas</i>	5.134.436.567	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	2.908.800.000
Dispêndios Correntes	64.929.217.453	Total das Fontes	67.760.652.501
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	726.691.434	Variação de Capital de Giro	4.160.956.133
<i>Materiais e Produtos</i>	49.728.942.391	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.928.330.355
<i>Serviços de Terceiros</i>	177.243.780	Variação do Disponível	3.148.687.741
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.676.438.010		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	10.682.848.173		
<i>Operações Externas</i>	10.648.111.961		
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	34.736.212		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.937.053.665		
Total dos Usos	72.141.966.020	Total Líquido das Fontes	72.141.966.020

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.000.000	Receitas	430.781.064
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	10.000.000	<i>Receita Operacional</i>	419.007.350
Dispêndios Correntes	442.525.087	<i>Receita não Operacional</i>	11.773.714
<i>Materiais e Produtos</i>	397.383.897	Total das Fontes	430.781.064
<i>Serviços de Terceiros</i>	199.967	Variação de Capital de Giro	4.844.152
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	42.319.470	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	671.080
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	2.621.753	Variação do Disponível	16.228.791
Total dos Usos	452.525.087	Total Líquido das Fontes	452.525.087

32289 PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.150.113	Receitas	1.869.433
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.150.113	<i>Receita não Operacional</i>	1.869.433
Dispêndios Correntes	348.656	Total das Fontes	1.869.433
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	34.560	Variação de Capital de Giro	-9.375
<i>Serviços de Terceiros</i>	114.260	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-74.713
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	2.592	Variação do Disponível	-286.576
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	197.244		
Total dos Usos	1.498.769	Total Líquido das Fontes	1.498.769

32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.073.649.276	Receitas	6.676.630.148
<i>Investimentos</i>	279.977.000	<i>Receita Operacional</i>	6.219.079.284
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	1.793.672.276	<i>Receita não Operacional</i>	457.550.864
<i>Operações Internas</i>	1.793.672.276	Total das Fontes	6.676.630.148
Dispêndios Correntes	3.713.745.844	Variação de Capital de Giro	-2.672.754.163
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	38.554.704	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-85.705.752
<i>Materiais e Produtos</i>	42.884	Variação do Disponível	1.869.224.887

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Serviços de Terceiros</i>	478.004.391		
<i>Utilidades e Serviços</i>	268.902		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.857.090.345		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	1.134.196.498		
<i>Operações Internas</i>	1.134.196.498		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	205.588.120		
Total dos Usos	5.787.395.120	Total Líquido das Fontes	5.787.395.120

32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	295.366.967	Receitas	4.482.206.197
<i>Investimentos</i>	88.258.000	<i>Receita Operacional</i>	4.383.740.014
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	27.108.967	<i>Receita não Operacional</i>	98.466.183
<i>Operações Internas</i>	27.108.967	Total das Fontes	4.482.206.197
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	180.000.000	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	15.000.000
Dispêndios Correntes	4.144.789.671	Variação de Capital de Giro	-40.457.540
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	409.154.193	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.780.653
<i>Materiais e Produtos</i>	2.518.534.459	Variação do Disponível	-14.811.366
<i>Serviços de Terceiros</i>	346.480.269		
<i>Utilidades e Serviços</i>	29.986.378		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	736.342.064		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	3.196.606		
<i>Operações Internas</i>	3.196.606		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	101.095.702		
Total dos Usos	4.440.156.638	Total Líquido das Fontes	4.440.156.638

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	98.422.924	Receitas	133.566.999
<i>Materiais e Produtos</i>	1.200	<i>Receita não Operacional</i>	133.566.999
<i>Serviços de Terceiros</i>	511.820	Total das Fontes	133.566.999
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	13.337.538	Variação de Capital de Giro	126.671.528
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	193.176	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-38.083.331
<i>Outras Fontes</i>	193.176	Variação do Disponível	-123.732.272
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	84.379.190		
Total dos Usos	98.422.924	Total Líquido das Fontes	98.422.924

32322 TERMOMACAÉ LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	45.727.944	Receitas	76.628.976
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	30.628.128	<i>Receita Operacional</i>	29.528.640
<i>Serviços de Terceiros</i>	2.889.360	<i>Receita não Operacional</i>	47.100.336
<i>Utilidades e Serviços</i>	148.704	Total das Fontes	76.628.976
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	6.864.720	Variação de Capital de Giro	-100.166.614
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	5.197.032	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-452.388
		Variação do Disponível	69.717.970
Total dos Usos	45.727.944	Total Líquido das Fontes	45.727.944

32332 TERMOBAHIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	15.126.978	Receitas	93.888.686
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	15.126.978	<i>Receita não Operacional</i>	93.888.686
<i>Operações Internas</i>	15.126.978	Total das Fontes	93.888.686
Dispêndios Correntes	69.976.233	Variação de Capital de Giro	107.019.204
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	11.100.860	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-10.090.290
<i>Serviços de Terceiros</i>	528.499	Variação do Disponível	-105.714.389
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	38.839.236		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	18.716.372		
<i>Debêntures</i>	5.529.580		
<i>Outras Fontes</i>	13.186.792		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	791.266		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

Total dos Usos	85.103.211	Total Liquido das Fontes	85.103.211
----------------	------------	--------------------------	------------

32333 STRATURA ASFALTOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	5.469.298	Receitas	660.465.701
Investimentos	3.371.000	Receita Operacional	654.365.700
Outros Dispêndios de Capital	2.098.298	Receita não Operacional	6.100.001
Dispêndios Correntes	649.176.109	Total das Fontes	660.465.701
Pessoal e Encargos Sociais	15.157.360	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	6.400.000
Materiais e Produtos	448.873.816	Variação de Capital de Giro	-12.564.525
Serviços de Terceiros	25.441.326	Variação do Disponível	344.231
Utilidades e Serviços	1.779.100		
Tributos e Encargos Parafiscais	150.852.730		
Encargos Financeiros e Outros	899.999		
Outras Fontes	899.999		
Demais Dispêndios Correntes	6.171.778		
Total dos Usos	654.645.407	Total Liquido das Fontes	654.645.407

32334 PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	135.096.000	Receitas	1.465.036.784
Investimentos	16.575.000	Receita Operacional	1.293.586.784
Inversões Financeiras	118.521.000	Receita não Operacional	171.450.000
Dispêndios Correntes	1.369.126.139	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	135.096.000
Pessoal e Encargos Sociais	91.968.220	Participação no Capital – Empresas Estatais	135.096.000
Materiais e Produtos	1.018.283.364	Total das Fontes	1.600.132.784
Serviços de Terceiros	50.500.404	Variação de Capital de Giro	-44.249.530
Utilidades e Serviços	11.306.820	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-637.417
Tributos e Encargos Parafiscais	186.374.947	Variação do Disponível	-51.023.698
Demais Dispêndios Correntes	10.692.384		
Total dos Usos	1.504.222.139	Total Liquido das Fontes	1.504.222.139

32343 COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	209.341.168	Receitas	1.510.376.250
Investimentos	37.051.000	Receita Operacional	1.507.686.258
Amortizações Operações Créditos L.P.	172.290.168	Receita não Operacional	2.689.992
Operações Internas	125.675.166	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	287.800.000
Operações Externas	46.615.002	Participação no Capital – Empresas Estatais	287.800.000
Dispêndios Correntes	1.640.512.386	Total das Fontes	1.798.176.250
Pessoal e Encargos Sociais	11.077.026	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	-56.960.000
Materiais e Produtos	1.242.123.802	Variação de Capital de Giro	29.731.661
Serviços de Terceiros	97.738.308	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.304.419
Utilidades e Serviços	20.993.606	Variação do Disponível	82.210.062
Tributos e Encargos Parafiscais	156.488.087		
Encargos Financeiros e Outros	61.537.421		
Operações Internas	59.122.993		
Operações Externas	2.414.428		
Demais Dispêndios Correntes	50.554.136		
Total dos Usos	1.849.853.554	Total Liquido das Fontes	1.849.853.554

32344 COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	305.800.798	Receitas	1.632.350.707
Investimentos	43.888.000	Receita Operacional	1.629.871.027
Amortizações Operações Créditos L.P.	261.912.798	Receita não Operacional	2.479.680
Operações Internas	261.912.798	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	367.982.000
Dispêndios Correntes	1.826.564.928	Participação no Capital – Empresas Estatais	367.982.000
Pessoal e Encargos Sociais	57.814.292	Total das Fontes	2.000.332.707
Materiais e Produtos	1.350.518.609	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	54.900.000
Serviços de Terceiros	77.902.915	Variação de Capital de Giro	28.688.362

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

Utilidades e Serviços	57.737.993	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-674.292
Tributos e Encargos Parafiscais	145.661.202	Varição do Disponível	49.118.949
Encargos Financeiros e Outros	110.488.709		
Operações Internas	106.068.929		
Operações Externas	4.419.780		
Demais Dispêndios Correntes	26.441.208		
Total dos Usos	2.132.365.726	Total Líquido das Fontes	2.132.365.726

32345 BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	13.958.812	Receitas	28.531.094
Amortizações Operações Créditos L.P.	13.958.812	Receita Operacional	28.162.368
Operações Internas	13.958.812	Receita não Operacional	368.726
Dispêndios Correntes	12.568.876	Total das Fontes	28.531.094
Pessoal e Encargos Sociais	4.429.740	Varição de Capital de Giro	-222.675
Serviços de Terceiros	1.183.047	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-52.185
Utilidades e Serviços	18.612	Varição do Disponível	-1.728.546
Tributos e Encargos Parafiscais	5.945.441		
Encargos Financeiros e Outros	316.541		
Outras Fontes	316.541		
Demais Dispêndios Correntes	675.495		
Total dos Usos	26.527.688	Total Líquido das Fontes	26.527.688

32346 EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.346.662	Receitas	24.565.140
Amortizações Operações Créditos L.P.	3.346.662	Receita Operacional	19.206.672
Operações Internas	3.346.662	Receita não Operacional	5.358.468
Dispêndios Correntes	13.698.661	Total das Fontes	24.565.140
Pessoal e Encargos Sociais	36.530	Varição de Capital de Giro	-2.339.913
Materiais e Produtos	12.180	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-563.108
Serviços de Terceiros	3.578.254	Varição do Disponível	-4.616.796
Utilidades e Serviços	838.680		
Tributos e Encargos Parafiscais	783.709		
Encargos Financeiros e Outros	6.605.892		
Operações Internas	6.605.892		
Demais Dispêndios Correntes	1.843.416		
Total dos Usos	17.045.323	Total Líquido das Fontes	17.045.323

32351 GÁS BRASILEIRO DISTRIBUIDORA S.A. - GBD

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	68.215.000	Receitas	515.065.355
Investimentos	44.215.000	Receita Operacional	509.318.858
Outros Dispêndios de Capital	24.000.000	Receita não Operacional	5.746.497
Dispêndios Correntes	439.621.664	Total das Fontes	515.065.355
Pessoal e Encargos Sociais	19.430.893	Varição de Capital de Giro	-61.377.668
Materiais e Produtos	282.107.874	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-5.353.021
Serviços de Terceiros	12.897.805	Varição do Disponível	59.501.998
Utilidades e Serviços	1.487.183		
Tributos e Encargos Parafiscais	108.372.421		
Encargos Financeiros e Outros	393.476		
Outras Fontes	393.476		
Demais Dispêndios Correntes	14.932.012		
Total dos Usos	507.836.664	Total Líquido das Fontes	507.836.664

32357 TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.000.000	Receitas	2.073.823
Outros Dispêndios de Capital	1.000.000	Receita não Operacional	2.073.823
Dispêndios Correntes	2.908.956	Total das Fontes	2.073.823
Serviços de Terceiros	101.160	Varição de Capital de Giro	115.045

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	415.695	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	105.748
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	2.392.101	Variação do Disponível	1.614.340
Total dos Usos	3.908.956	Total Líquido das Fontes	3.908.956

32360 BREITENER JARAQUI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	135.215.531	Receitas	167.942.821
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	9.802.978	<i>Receita Operacional</i>	164.852.460
<i>Materiais e Produtos</i>	29.111.220	<i>Receita não Operacional</i>	3.090.361
<i>Serviços de Terceiros</i>	18.290.261	Total das Fontes	167.942.821
<i>Utilidades e Serviços</i>	5.588	Variação de Capital de Giro	8.055.685
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	61.876.453	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.090.361
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	16.129.031	Variação do Disponível	-37.692.614
Total dos Usos	135.215.531	Total Líquido das Fontes	135.215.531

32361 BREITENER TAMBAQUI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	138.051.909	Receitas	173.725.792
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	13.204.280	<i>Receita Operacional</i>	172.948.197
<i>Materiais e Produtos</i>	19.368.131	<i>Receita não Operacional</i>	777.595
<i>Serviços de Terceiros</i>	25.511.445	Total das Fontes	173.725.792
<i>Utilidades e Serviços</i>	78.584	Variação de Capital de Giro	-12.614.334
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	64.018.319	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-777.595
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	15.871.150	Variação do Disponível	-22.281.954
Total dos Usos	138.051.909	Total Líquido das Fontes	138.051.909

32362 UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.538.898	Receitas	32.707.827
<i>Investimentos</i>	171.000	<i>Receita Operacional</i>	31.579.466
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	5.692.898	<i>Receita não Operacional</i>	1.128.361
<i>Operações Internas</i>	5.692.898	Total das Fontes	32.707.827
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	4.675.000	Variação de Capital de Giro	-11.436.185
Dispêndios Correntes	12.004.625	Variação do Disponível	1.271.881
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	964.926		
<i>Materiais e Produtos</i>	11.627		
<i>Serviços de Terceiros</i>	4.740.542		
<i>Utilidades e Serviços</i>	11.616		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	3.340.384		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	2.006.153		
<i>Operações Internas</i>	2.006.153		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	929.377		
Total dos Usos	22.543.523	Total Líquido das Fontes	22.543.523

32363 TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	23.685.791	Receitas	78.815.370
<i>Investimentos</i>	75.000	<i>Receita Operacional</i>	75.215.370
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	21.782.933	<i>Receita não Operacional</i>	3.600.000
<i>Operações Internas</i>	21.382.933	Total das Fontes	78.815.370
<i>Debêntures</i>	400.000	Variação de Capital de Giro	-1.322.761
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.827.858	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	20.930.000
Dispêndios Correntes	64.560.845	Variação do Disponível	-10.175.973
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.447.759		
<i>Materiais e Produtos</i>	46.320		
<i>Serviços de Terceiros</i>	8.466.000		
<i>Utilidades e Serviços</i>	66.000		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	9.624.848		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	43.850.000		
<i>Operações Internas</i>	22.800.000		
<i>Debêntures</i>	21.050.000		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.059.918		
Total dos Usos	88.246.636	Total Líquido das Fontes	88.246.636

32364 TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	81.354.352	Receitas	126.135.118
<i>Investimentos</i>	42.617.500	<i>Receita Operacional</i>	122.535.118
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	38.736.852	<i>Receita não Operacional</i>	3.600.000
<i>Operações Internas</i>	38.736.852	Operações de Crédito	28.000.000
Dispêndios Correntes	73.190.583	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	28.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.033.108	Total das Fontes	154.135.118
<i>Materiais e Produtos</i>	127.200	Variação de Capital de Giro	-2.883.171
<i>Serviços de Terceiros</i>	7.044.366	Variação do Disponível	3.292.988
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	14.692.677		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	49.236.852		
<i>Operações Internas</i>	49.236.852		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.056.380		
Total dos Usos	154.544.935	Total Líquido das Fontes	154.544.935

32365 AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - AMGT

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	286.496.906	Receitas	2.774.148.758
<i>Investimentos</i>	162.828.253	<i>Receita Operacional</i>	2.774.148.758
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	123.668.653	Outros Recursos de Longo Prazo	137.504.097
<i>Outras Fontes</i>	123.668.653	<i>Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)</i>	137.504.097
Dispêndios Correntes	2.730.465.206	Total das Fontes	2.911.652.855
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	108.372.017	Variação de Capital de Giro	-26.691.657
<i>Materiais e Produtos</i>	783.135.912	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	105.957.415
<i>Serviços de Terceiros</i>	112.941.798	Variação do Disponível	26.043.499
<i>Utilidades e Serviços</i>	1.168.946		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	231.649.077		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	268.004.083		
<i>Outras Fontes</i>	268.004.083		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	1.225.193.373		
Total dos Usos	3.016.962.112	Total Líquido das Fontes	3.016.962.112

32367 ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	24.140.000	Receitas	996.136.627
<i>Investimentos</i>	24.140.000	<i>Receita Operacional</i>	991.533.137
Dispêndios Correntes	886.620.255	<i>Receita não Operacional</i>	3.000.490
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	107.038.372	Total das Fontes	996.136.627
<i>Materiais e Produtos</i>	523.346.461	Variação de Capital de Giro	730.922
<i>Serviços de Terceiros</i>	87.737.981	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	10.542.367
<i>Utilidades e Serviços</i>	50.592.909	Variação do Disponível	-96.649.661
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	87.681.352		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	10.783.144		
<i>Operações Internas</i>	10.783.144		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	19.440.036		
Total dos Usos	910.760.255	Total Líquido das Fontes	910.760.255

32369 EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. -

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.283.000	Receitas	79.001.545
<i>Investimentos</i>	10.283.000	<i>Receita Operacional</i>	76.439.920
Dispêndios Correntes	69.627.841	<i>Receita não Operacional</i>	2.561.625
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	36.159.810	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	3.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	26.000	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	3.000.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	20.520.369	Total das Fontes	82.001.545
<i>Utilidades e Serviços</i>	301.489	Variação de Capital de Giro	-5.551.123
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	9.226.113	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	3.394.060	Variação do Disponível	3.460.421
Total dos Usos	79.910.841	Total Líquido das Fontes	79.910.841

32370 TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	95.648.000	Receitas	1.392.978.927
<i>Investimentos</i>	95.648.000	<i>Receita Operacional</i>	1.390.037.307
Dispêndios Correntes	1.204.208.500	<i>Receita não Operacional</i>	2.941.620
<i>Materiais e Produtos</i>	21.382.171	Total das Fontes	1.392.978.927
<i>Serviços de Terceiros</i>	397.625.298	Variação de Capital de Giro	1.102.862
<i>Utilidades e Serviços</i>	461.194	Variação do Disponível	-94.225.289
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	2.803.357		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	781.936.480		
Total dos Usos	1.299.856.500	Total Líquido das Fontes	1.299.856.500

32371 CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.275.718.836	Receitas	8.116.187.144
<i>Investimentos</i>	743.639.050	<i>Receita Operacional</i>	7.961.244.467
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	532.079.786	<i>Receita não Operacional</i>	154.942.677
<i>Operações Internas</i>	366.030.175	Operações de Crédito	1.168.492.602
<i>Debêntures</i>	68.055.556	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	1.168.492.602
<i>Outras Fontes</i>	97.994.055	Total das Fontes	9.284.679.746
Dispêndios Correntes	7.845.947.449	Variação de Capital de Giro	-207.207.023
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	371.523.635	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	70.563.999
<i>Materiais e Produtos</i>	3.147.784.402	Variação do Disponível	-26.370.437
<i>Serviços de Terceiros</i>	351.376.100		
<i>Utilidades e Serviços</i>	27.753.254		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	3.497.737.171		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	381.537.725		
<i>Operações Internas</i>	172.918.347		
<i>Debêntures</i>	65.192.928		
<i>Outras Fontes</i>	143.426.450		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	68.235.162		
Total dos Usos	9.121.666.285	Total Líquido das Fontes	9.121.666.285

32372 NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.021.970.000	Receitas	4.946.897.469
<i>Investimentos</i>	113.170.000	<i>Receita Operacional</i>	4.713.575.483
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	2.908.800.000	<i>Receita não Operacional</i>	233.321.986
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	2.908.800.000	Total das Fontes	4.946.897.469
Dispêndios Correntes	2.301.737.725	Variação de Capital de Giro	-54.222.919
<i>Materiais e Produtos</i>	42.894	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-46.664.399
<i>Serviços de Terceiros</i>	223.553.245	Variação do Disponível	477.697.574
<i>Utilidades e Serviços</i>	18.146.970		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.236.620.145		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	740.931.621		
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	740.931.621		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	82.442.850		
Total dos Usos	5.323.707.725	Total Líquido das Fontes	5.323.707.725

32374 LINHA VERDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	38.451.015	Receitas	75.956.051
<i>Investimentos</i>	26.888.515	<i>Receita Operacional</i>	74.756.051
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	11.562.500	<i>Receita não Operacional</i>	1.200.000
<i>Operações Internas</i>	11.562.500	Total das Fontes	75.956.051
Dispêndios Correntes	31.684.999	Variação de Capital de Giro	104.202
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	171.131	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	4.332.500
<i>Materiais e Produtos</i>	15.600	Variação do Disponível	-10.256.739

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Serviços de Terceiros</i>	5.090.060		
<i>Utilidades e Serviços</i>	43.200		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	19.925.375		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	5.593.299		
<i>Operações Internas</i>	5.593.299		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	846.334		
Total dos Usos	70.136.014	Total Líquido das Fontes	70.136.014

32375 PETROBRÁS LOGÍSTICA DE GÁS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	224.190.024	Receitas	472.250.110
<i>Inversões Financeiras</i>	417.000	<i>Receita não Operacional</i>	472.250.110
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	223.773.024	Total das Fontes	472.250.110
Dispêndios Correntes	47.758.732	Variação de Capital de Giro	-156.565.471
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	14.954.166	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-38.415.474
<i>Materiais e Produtos</i>	5.106	Variação do Disponível	-5.320.409
<i>Serviços de Terceiros</i>	4.351.714		
<i>Utilidades e Serviços</i>	19.144		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	25.444.813		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	758		
<i>Outras Fontes</i>	758		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	2.983.031		
Total dos Usos	271.948.756	Total Líquido das Fontes	271.948.756

32376 BRASIL VENTOS ENERGIA S/A

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	384.397.816	Receitas	2.575.067
<i>Investimentos</i>	360.000	<i>Receita não Operacional</i>	2.575.067
<i>Inversões Financeiras</i>	384.037.816	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	400.000.000
Dispêndios Correntes	15.118.000	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	400.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	5.508.000	Total das Fontes	402.575.067
<i>Materiais e Produtos</i>	36.000	Variação do Disponível	-3.059.251
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.890.000		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	6.960.000		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	724.000		
Total dos Usos	399.515.816	Total Líquido das Fontes	399.515.816

32377 TRANSENERGIA GOIÁS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	69.617.856	Receitas	8.481.655
<i>Investimentos</i>	62.191.054	<i>Receita Operacional</i>	8.481.655
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	7.426.802	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	67.000.000
<i>Operações Internas</i>	7.426.802	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	67.000.000
Dispêndios Correntes	19.266.111	Operações de Crédito	49.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	4.429.857	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	49.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	30.264	Total das Fontes	124.481.655
<i>Serviços de Terceiros</i>	576.788	Variação do Disponível	-35.597.688
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	2.880.000		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	11.140.198		
<i>Operações Internas</i>	11.140.198		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	209.004		
Total dos Usos	88.883.967	Total Líquido das Fontes	88.883.967

32378 GERADORA EOLICA VENTOS DE ANGELIM S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	26.624.609	Receitas	600.000
<i>Investimentos</i>	26.624.609	<i>Receita não Operacional</i>	600.000
Dispêndios Correntes	3.351.410	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	30.109.561
<i>Materiais e Produtos</i>	19.032	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	30.109.561
<i>Serviços de Terceiros</i>	228.336	Total das Fontes	30.709.561
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	2.400.000	Variação do Disponível	-733.542

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	704.042		
Total dos Usos	29.976.019	Total Líquido das Fontes	29.976.019

32379 GERADORA EOLICA VENTOS DE SANTA ROSA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	26.624.609	Receitas	600.000
<i>Investimentos</i>	26.624.609	<i>Receita não Operacional</i>	600.000
Dispêndios Correntes	3.351.410	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	30.109.561
<i>Materiais e Produtos</i>	19.032	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	30.109.561
<i>Serviços de Terceiros</i>	228.336	Total das Fontes	30.709.561
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	2.400.000	Variação do Disponível	-733.542
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	704.042		
Total dos Usos	29.976.019	Total Líquido das Fontes	29.976.019

32380 GERADORA EOLICA VENTOS DE UIRAPURU S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	26.624.609	Receitas	600.000
<i>Investimentos</i>	26.624.609	<i>Receita não Operacional</i>	600.000
Dispêndios Correntes	3.351.410	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	30.109.561
<i>Materiais e Produtos</i>	19.032	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	30.109.561
<i>Serviços de Terceiros</i>	228.336	Total das Fontes	30.709.561
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	2.400.000	Variação do Disponível	-733.542
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	704.042		
Total dos Usos	29.976.019	Total Líquido das Fontes	29.976.019

32381 GERADORA EOLICA ARARA AZUL S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	21.383.276	Receitas	600.000
<i>Investimentos</i>	21.383.276	<i>Receita não Operacional</i>	600.000
Dispêndios Correntes	3.118.036	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	24.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	14.366	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	24.000.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	172.326	Total das Fontes	24.600.000
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	2.400.000	Variação do Disponível	-98.688
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	531.344		
Total dos Usos	24.501.312	Total Líquido das Fontes	24.501.312

32382 GERADORA EOLICA BENTEVI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	21.383.276	Receitas	600.000
<i>Investimentos</i>	21.383.276	<i>Receita não Operacional</i>	600.000
Dispêndios Correntes	3.118.036	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	24.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	14.366	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	24.000.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	172.326	Total das Fontes	24.600.000
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	2.400.000	Variação do Disponível	-98.688
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	531.344		
Total dos Usos	24.501.312	Total Líquido das Fontes	24.501.312

32383 GERADORA EOLICA OURO VERDE I S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	21.383.276	Receitas	600.000
<i>Investimentos</i>	21.383.276	<i>Receita não Operacional</i>	600.000
Dispêndios Correntes	3.118.036	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	24.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	14.366	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	24.000.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	172.326	Total das Fontes	24.600.000
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	2.400.000	Variação do Disponível	-98.688
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	531.344		
Total dos Usos	24.501.312	Total Líquido das Fontes	24.501.312

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

32384 GERADORA EOLICA OURO VERDE II S.A. R\$ 1,00			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	21.383.276	Receitas	600.000
Investimentos	21.383.276	Receita não Operacional	600.000
Dispêndios Correntes	3.118.036	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	24.000.000
Materiais e Produtos	14.366	Participação no Capital – Empresas Estatais	24.000.000
Serviços de Terceiros	172.326	Total das Fontes	24.600.000
Tributos e Encargos Parafiscais	2.400.000	Variação do Disponível	-98.688
Demais Dispêndios Correntes	531.344		
Total dos Usos	24.501.312	Total Líquido das Fontes	24.501.312

32385 GERADORA EOLICA OURO VERDE III S.A. R\$ 1,00			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	21.383.276	Receitas	600.000
Investimentos	21.383.276	Receita não Operacional	600.000
Dispêndios Correntes	3.118.036	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	24.000.000
Materiais e Produtos	14.366	Participação no Capital – Empresas Estatais	24.000.000
Serviços de Terceiros	172.326	Total das Fontes	24.600.000
Tributos e Encargos Parafiscais	2.400.000	Variação do Disponível	-98.688
Demais Dispêndios Correntes	531.344		
Total dos Usos	24.501.312	Total Líquido das Fontes	24.501.312

32386 ENERGIA DOS VENTOS V S.A. R\$ 1,00			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	14.988.135	Receitas	24.000
Investimentos	14.988.135	Receita não Operacional	24.000
Dispêndios Correntes	1.410.881	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	17.320.000
Pessoal e Encargos Sociais	348.089	Participação no Capital – Empresas Estatais	17.320.000
Materiais e Produtos	960	Total das Fontes	17.344.000
Serviços de Terceiros	575.832	Variação do Disponível	-944.984
Tributos e Encargos Parafiscais	480.000		
Demais Dispêndios Correntes	6.000		
Total dos Usos	16.399.016	Total Líquido das Fontes	16.399.016

32387 ENERGIA DOS VENTOS VI S.A. R\$ 1,00			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	21.159.720	Receitas	24.000
Investimentos	21.159.720	Receita não Operacional	24.000
Dispêndios Correntes	1.532.334	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	22.850.000
Pessoal e Encargos Sociais	460.698	Participação no Capital – Empresas Estatais	22.850.000
Materiais e Produtos	960	Total das Fontes	22.874.000
Serviços de Terceiros	584.676	Variação do Disponível	-181.946
Tributos e Encargos Parafiscais	480.000		
Demais Dispêndios Correntes	6.000		
Total dos Usos	22.692.054	Total Líquido das Fontes	22.692.054

32388 ENERGIA DOS VENTOS VII S.A. R\$ 1,00			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	21.159.720	Receitas	24.000
Investimentos	21.159.720	Receita não Operacional	24.000
Dispêndios Correntes	1.819.166	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	23.170.001
Pessoal e Encargos Sociais	544.638	Participação no Capital – Empresas Estatais	23.170.001
Materiais e Produtos	960	Total das Fontes	23.194.001
Serviços de Terceiros	585.568	Variação do Disponível	-215.115
Tributos e Encargos Parafiscais	480.000		
Demais Dispêndios Correntes	208.000		
Total dos Usos	22.978.886	Total Líquido das Fontes	22.978.886

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

32389 ENERGIA DOS VENTOS VIII S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	14.988.135	Receitas	24.000
Investimentos	14.988.135	Receita não Operacional	24.000
Dispêndios Correntes	1.461.311	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	17.380.000
Pessoal e Encargos Sociais	93.687	Participação no Capital – Empresas Estatais	17.380.000
Materiais e Produtos	12.960	Total das Fontes	17.404.000
Serviços de Terceiros	582.464	Variação do Disponível	-954.554
Utilidades e Serviços	76.200		
Tributos e Encargos Parafiscais	480.000		
Demais Dispêndios Correntes	216.000		
Total dos Usos	16.449.446	Total Líquido das Fontes	16.449.446

32390 ENERGIA DOS VENTOS IX S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	14.988.135	Receitas	24.000
Investimentos	14.988.135	Receita não Operacional	24.000
Dispêndios Correntes	1.367.829	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	17.280.000
Pessoal e Encargos Sociais	305.697	Participação no Capital – Empresas Estatais	17.280.000
Materiais e Produtos	960	Total das Fontes	17.304.000
Serviços de Terceiros	575.172	Variação do Disponível	-948.036
Tributos e Encargos Parafiscais	480.000		
Demais Dispêndios Correntes	6.000		
Total dos Usos	16.355.964	Total Líquido das Fontes	16.355.964

32391 FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	70.254.298	Receitas	18.071.005
Investimentos	69.964.912	Receita Operacional	17.591.005
Outros Dispêndios de Capital	289.386	Receita não Operacional	480.000
Dispêndios Correntes	33.333.244	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	45.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	912.244	Participação no Capital – Empresas Estatais	45.000.000
Materiais e Produtos	170.000	Operações de Crédito	156.000.000
Serviços de Terceiros	912.552	Operações de Crédito Internas – Moedas	156.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	1.691.023	Total das Fontes	219.071.005
Encargos Financeiros e Outros	29.490.000	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	-120.000.000
Operações Internas	7.815.000	Variação de Capital de Giro	-18.632.004
Outras Fontes	21.675.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	7.800.000
Demais Dispêndios Correntes	157.425	Variação do Disponível	15.348.541
Total dos Usos	103.587.542	Total Líquido das Fontes	103.587.542

32392 EÓLICA HERMENEGILDO I S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	15.888.759	Receitas	37.851.006
Investimentos	1.000.000	Receita Operacional	37.323.468
Amortizações Operações Créditos L.P.	9.833.124	Receita não Operacional	527.538
Operações Internas	9.833.124	Outros Recursos de Longo Prazo	20.000.000
Outros Dispêndios de Capital	5.055.635	Debêntures	20.000.000
Dispêndios Correntes	30.722.593	Total das Fontes	57.851.006
Pessoal e Encargos Sociais	578.041	Variação de Capital de Giro	1.270.606
Materiais e Produtos	5.066.436	Variação do Disponível	-12.510.260
Serviços de Terceiros	6.020.136		
Tributos e Encargos Parafiscais	3.682.128		
Encargos Financeiros e Outros	14.378.052		
Operações Internas	14.378.052		
Demais Dispêndios Correntes	997.800		
Total dos Usos	46.611.352	Total Líquido das Fontes	46.611.352

32393 EÓLICA HERMENEGILDO II S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	15.417.794	Receitas	41.059.473

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Investimentos</i>	1.000.000	<i>Receita Operacional</i>	40.550.769
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	11.187.480	<i>Receita não Operacional</i>	508.704
<i>Operações Internas</i>	11.187.480	Outros Recursos de Longo Prazo	20.000.000
<i>Outros Dispendios de Capital</i>	3.230.314	<i>Debêntures</i>	20.000.000
Dispendios Correntes	26.366.240	Total das Fontes	61.059.473
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	578.041	Variação de Capital de Giro	1.307.806
<i>Materiais e Produtos</i>	4.426.836	Variação do Disponível	-20.583.245
<i>Serviços de Terceiros</i>	6.600.000		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	3.945.163		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	9.818.400		
<i>Operações Internas</i>	9.818.400		
<i>Demais Dispendios Correntes</i>	997.800		
Total dos Usos	41.784.034	Total Líquido das Fontes	41.784.034

32394 EÓLICA HERMENEGILDO III S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispendios de Capital	13.793.729	Receitas	34.274.960
<i>Investimentos</i>	1.000.000	<i>Receita Operacional</i>	33.844.544
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	9.530.076	<i>Receita não Operacional</i>	430.416
<i>Operações Internas</i>	9.530.076	Outros Recursos de Longo Prazo	15.000.000
<i>Outros Dispendios de Capital</i>	3.263.653	<i>Debêntures</i>	15.000.000
Dispendios Correntes	25.893.351	Total das Fontes	49.274.960
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	480.337	Variação de Capital de Giro	1.340.981
<i>Materiais e Produtos</i>	4.303.968	Variação do Disponível	-10.928.861
<i>Serviços de Terceiros</i>	5.148.000		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	3.277.775		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	11.866.884		
<i>Operações Internas</i>	11.866.884		
<i>Demais Dispendios Correntes</i>	816.387		
Total dos Usos	39.687.080	Total Líquido das Fontes	39.687.080

32395 EÓLICA CHUÍ IX S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispendios de Capital	5.022.625	Receitas	12.037.956
<i>Investimentos</i>	500.000	<i>Receita Operacional</i>	11.891.172
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	3.220.440	<i>Receita não Operacional</i>	146.784
<i>Operações Internas</i>	3.220.440	Outros Recursos de Longo Prazo	5.000.000
<i>Outros Dispendios de Capital</i>	1.302.185	<i>Debêntures</i>	5.000.000
Dispendios Correntes	9.601.778	Total das Fontes	17.037.956
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	179.861	Variação de Capital de Giro	-136.048
<i>Materiais e Produtos</i>	1.436.298	Variação do Disponível	-2.277.505
<i>Serviços de Terceiros</i>	2.310.000		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.181.396		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	4.123.332		
<i>Operações Internas</i>	4.123.332		
<i>Demais Dispendios Correntes</i>	370.891		
Total dos Usos	14.624.403	Total Líquido das Fontes	14.624.403

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

36000 M. DA SAÚDE

36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	243.534.000	Receitas	851.977.557
<i>Investimentos</i>	<i>243.534.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>844.884.430</i>
Dispêndios Correntes	870.265.110	<i>Receita não Operacional</i>	<i>7.093.127</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>48.135.201</i>	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	243.534.000
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>534.996.927</i>	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	<i>243.534.000</i>
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>214.848.674</i>	Total das Fontes	1.095.511.557
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>4.927.687</i>	Variação de Capital de Giro	-4.562.676
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>42.041.948</i>	Variação do Disponível	22.850.229
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>268.800</i>		
<i>Outras Fontes</i>	<i>268.800</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>25.045.873</i>		
Total dos Usos	1.113.799.110	Total Líquido das Fontes	1.113.799.110

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

39000 M. DOS TRANSPORTES

39210 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	18.508.878	Receitas	65.459.249
Investimentos	18.508.878	Receita Operacional	57.601.051
Dispêndios Correntes	62.823.352	Receita não Operacional	7.858.198
Pessoal e Encargos Sociais	34.932.818	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.500.000
Materiais e Produtos	228.866	Participação da União no Capital - Tesouro	1.500.000
Serviços de Terceiros	16.046.622	Total das Fontes	66.959.249
Utilidades e Serviços	3.667.961	Variação de Capital de Giro	7.394.805
Tributos e Encargos Parafiscais	7.136.554	Variação do Disponível	6.978.176
Demais Dispêndios Correntes	810.531		
Total dos Usos	81.332.230	Total Líquido das Fontes	81.332.230

39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	37.096.560	Receitas	158.286.870
Investimentos	34.490.000	Receita Operacional	125.476.509
Amortizações Operações Créditos L.P.	885.248	Receita não Operacional	32.810.361
Operações Internas	885.248	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	28.490.000
Outros Dispêndios de Capital	1.721.312	Participação da União no Capital - Tesouro	28.490.000
Dispêndios Correntes	146.971.677	Total das Fontes	186.776.870
Pessoal e Encargos Sociais	67.600.989	Variação de Capital de Giro	6.373.679
Materiais e Produtos	1.340.000	Variação do Disponível	-9.082.312
Serviços de Terceiros	46.706.000		
Utilidades e Serviços	4.000.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	20.924.360		
Demais Dispêndios Correntes	6.400.328		
Total dos Usos	184.068.237	Total Líquido das Fontes	184.068.237

39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	119.803.740	Receitas	164.327.176
Investimentos	116.058.152	Receita Operacional	153.815.429
Outros Dispêndios de Capital	3.745.588	Receita não Operacional	10.511.747
Dispêndios Correntes	136.925.407	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	23.500.000
Pessoal e Encargos Sociais	54.660.028	Participação da União no Capital - Tesouro	23.500.000
Materiais e Produtos	2.300.000	Total das Fontes	187.827.176
Serviços de Terceiros	40.500.001	Variação de Capital de Giro	24.348.358
Utilidades e Serviços	7.859.226	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	520.543
Tributos e Encargos Parafiscais	22.003.928	Variação do Disponível	44.033.070
Demais Dispêndios Correntes	9.602.224		
Total dos Usos	256.729.147	Total Líquido das Fontes	256.729.147

39213 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	171.407.864	Receitas	934.116.011
Investimentos	171.407.864	Receita Operacional	928.717.566
Dispêndios Correntes	938.104.599	Receita não Operacional	5.398.445
Pessoal e Encargos Sociais	373.226.486	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	100.800.000
Materiais e Produtos	6.490.000	Participação da União no Capital - Tesouro	100.800.000
Serviços de Terceiros	304.270.840	Total das Fontes	1.034.916.011
Utilidades e Serviços	18.148.807	Variação de Capital de Giro	11.178.193
Tributos e Encargos Parafiscais	109.808.016	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	29.696.773
Encargos Financeiros e Outros	35.701.645	Variação do Disponível	33.721.486
Outras Fontes	35.701.645		
Demais Dispêndios Correntes	90.458.805		
Total dos Usos	1.109.512.463	Total Líquido das Fontes	1.109.512.463

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
Dispêndios de Capital	85.000	Receitas	1.000.000	
<i>Investimentos</i>	<i>85.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>1.000.000</i>	
Dispêndios Correntes	6.630.500	Total das Fontes	1.000.000	
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>3.514.500</i>	Variação do Disponível	5.715.500	
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>130.000</i>			
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>2.036.000</i>			
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>230.000</i>			
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>170.000</i>			
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>550.000</i>			
Total dos Usos	6.715.500	Total Líquido das Fontes	6.715.500	

39215 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
Dispêndios de Capital	23.044.448	Receitas	174.238.657	
<i>Investimentos</i>	<i>23.044.448</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>165.441.517</i>	
Dispêndios Correntes	159.472.854	<i>Receita não Operacional</i>	<i>8.797.140</i>	
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>87.475.213</i>	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.500.000	
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>1.911.000</i>	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	<i>1.500.000</i>	
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>30.600.419</i>	Total das Fontes	175.738.657	
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>7.713.941</i>	Variação de Capital de Giro	-5.009.188	
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>25.575.351</i>	Variação do Disponível	11.787.833	
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>6.196.930</i>			
Total dos Usos	182.517.302	Total Líquido das Fontes	182.517.302	

39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
Dispêndios de Capital	61.769.619	Receitas	410.522.335	
<i>Investimentos</i>	<i>61.769.619</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>366.286.824</i>	
Dispêndios Correntes	389.125.271	<i>Receita não Operacional</i>	<i>44.235.511</i>	
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>276.679.105</i>	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.500.000	
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>3.144.750</i>	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	<i>1.500.000</i>	
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>37.451.000</i>	Total das Fontes	412.022.335	
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>6.210.000</i>	Variação de Capital de Giro	28.186.835	
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>29.115.520</i>	Variação do Disponível	10.685.720	
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>36.524.896</i>			
Total dos Usos	450.894.890	Total Líquido das Fontes	450.894.890	

39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
Dispêndios de Capital	1.950.000	Receitas	91.736.403	
<i>Investimentos</i>	<i>1.950.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>69.974.296</i>	
Dispêndios Correntes	88.246.748	<i>Receita não Operacional</i>	<i>21.762.107</i>	
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>44.413.054</i>	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.500.000	
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>5.892.581</i>	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	<i>1.500.000</i>	
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>19.792.663</i>	Total das Fontes	93.236.403	
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>3.287.672</i>	Variação de Capital de Giro	4.091.575	
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>10.185.370</i>	Variação do Disponível	-7.131.230	
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>4.675.408</i>			
Total dos Usos	90.196.748	Total Líquido das Fontes	90.196.748	

39256 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
Dispêndios de Capital	1.488.585.550	Receitas	3.033.148.567	
<i>Investimentos</i>	<i>487.485.550</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>2.940.331.990</i>	
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>1.001.100.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>92.816.577</i>	
Dispêndios Correntes	3.374.571.453	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.488.585.550	
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>1.993.968.701</i>	<i>Participação da União no Capital - Tesouro</i>	<i>1.488.585.550</i>	
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>42.893.146</i>	Outros Recursos de Longo Prazo	197.518.145	
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>919.406.262</i>	<i>Demais Recursos de Longo Prazo</i>	<i>197.518.145</i>	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Utilidades e Serviços</i>	205.582.952	Total das Fontes	4.719.252.262
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	171.290.377	Variação de Capital de Giro	194.018.278
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	41.430.015	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-48.316.577
		Variação do Disponível	-1.796.960
Total dos Usos	4.863.157.003	Total Líquido das Fontes	4.863.157.003

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

47000 M. DO PLAN. ORÇAMENTO E GESTÃO

47216 AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.002.664.028	Receitas	58.742.366
<i>Investimentos</i>	<i>1.190.222</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>46.026.848</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>1.000.000.000</i>	<i>Receita não Operacional</i>	<i>12.715.518</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>1.473.806</i>	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.000.000.000
Dispêndios Correntes	48.134.508	<i>Demais Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido</i>	<i>1.000.000.000</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>20.812.190</i>	Total das Fontes	1.058.742.366
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>458.026</i>	Variação de Capital de Giro	-7.927.225
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>14.433.591</i>	Variação do Disponível	-16.605
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>567.589</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>10.060.217</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>1.802.895</i>		
Total dos Usos	1.050.798.536	Total Líquido das Fontes	1.050.798.536

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

52000 M. DA DEFESA

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	6.941.315	Receitas	153.046.270
<i>Investimentos</i>	<i>6.941.315</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>147.406.270</i>
Dispêndios Correntes	157.700.882	<i>Receita não Operacional</i>	<i>5.640.000</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>94.462.343</i>	Total das Fontes	153.046.270
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>2.669.259</i>	Variação de Capital de Giro	2.385.775
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>33.759.478</i>	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-745.246
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>3.575.746</i>	Variação do Disponível	9.955.398
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>21.229.136</i>		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	<i>2.004.920</i>		
Total dos Usos	164.642.197	Total Líquido das Fontes	164.642.197

EMPRESA DO SETOR FINANCEIRO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

24000 M. DA CIÊNCIA, TEC. E INOVAÇÃO

24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.128.027.847	Receita	2.446.918.622
<i>Investimentos</i>	<i>80.044.250</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>2.352.869.798</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>255.000.000</i>	<i>Receita Não Operacional</i>	<i>94.048.824</i>
<i>Amortizações Operações de Crédito de L.P.</i>	<i>748.769.673</i>	Demais Obrigações	1.281.182.778
<i>Operações de Crédito Internas</i>	<i>454.500.850</i>	<i>Transferência do FAT</i>	<i>100.000.000</i>
<i>Demais Obrigações</i>	<i>294.268.823</i>	<i>Outras Obrigações</i>	<i>1.181.182.778</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>44.213.924</i>	Total das Fontes	3.728.101.400
Dispêndios Correntes	1.908.199.842	Variação do Disponível	107.858.913
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>297.866.881</i>		
<i>Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação</i>	<i>2.744.093</i>		
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>121.082.593</i>		
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>2.168.000</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>190.179.126</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>1.187.528.071</i>		
<i>Operações de Crédito Internas</i>	<i>564.899.346</i>		
<i>Outras Obrigações</i>	<i>622.628.725</i>		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	<i>106.631.078</i>		
Total dos Dispêndios PDG	3.036.227.689		
Aplicações em Operações de Crédito	799.732.624		
Total dos Usos	3.835.960.313	Total Líquido das Fontes	3.835.960.313

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

25000 M. DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	295.256.195	Receita	2.952.919.862
Investimentos	62.211.772	Receita Operacional	2.944.386.288
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	78.464.099	Receita Não Operacional	8.533.574
Operações de Crédito Internas	78.464.099	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	2.400.000.000
Outros Dispêndios de Capital	154.580.324	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	410.000.000
Dispêndios Correntes	2.712.987.997	Operações de Crédito Internas - Moeda	410.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	488.514.798	Demais Obrigações	988.795.321
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.436.010	Depósitos a Vista	875.820.749
Serviços de Terceiros	257.792.308	Depósitos a Prazo	112.974.572
Utilidades e Serviços	47.127.959	Total das Fontes	6.751.715.183
Tributos e Encargos Parafiscais	321.491.817	Outras Variações Patrimoniais	-595.697.606
Encargos Financeiros e Outros	490.827.253	Variação do Disponível	5.786.995
Operações de Crédito Internas	20.471.822		
Operações de Crédito Externas	16.853.897		
Depósitos	453.501.534		
Outros Dispêndios Correntes	1.105.797.852		
Total dos Dispêndios PDG	3.008.244.192		
Aplicações em Operações de Crédito	3.153.560.380		
Total dos Usos	6.161.804.572	Total Líquido das Fontes	6.161.804.572

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	699.075.020	Receita	10.668.642.615
Investimentos	201.740.520	Receita Operacional	10.661.387.715
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	355.434.400	Receita Não Operacional	7.254.900
Operações de Crédito Internas	190.162.800	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	7.780.066.300
Operações de Crédito Externas	165.271.600	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	256.200.000
Outros Dispêndios de Capital	141.900.100	Operações de Crédito Internas - Moeda	139.200.000
Dispêndios Correntes	7.605.733.660	Operações de Crédito Externas	117.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	1.439.811.423	Demais Obrigações	506.959.961
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	15.259.920	Depósitos a Vista	48.003.998
Serviços de Terceiros	1.454.687.740	Depósitos a Prazo	458.955.963
Utilidades e Serviços	62.558.000	Total das Fontes	19.211.868.876
Tributos e Encargos Parafiscais	672.218.000	Variação de Obrigações por Emprést. Curto Prazo	2.751.318.000
Encargos Financeiros e Outros	2.597.160.377	Outras Variações Patrimoniais	-5.968.785.758
Operações de Crédito Internas	113.599.400	Variação do Disponível	-83.990.628
Operações de Crédito Externas	140.529.300		
Depósitos	1.034.203.682		
Variação Cambial	194.781.755		
Outras Obrigações	1.114.046.240		
Outros Dispêndios Correntes	1.364.038.200		
Total dos Dispêndios PDG	8.304.808.680		
Aplicações em Operações de Crédito	7.605.601.810		
Total dos Usos	15.910.410.490	Total Líquido das Fontes	15.910.410.490

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.776.464.296	Receita	155.038.295.121
Investimentos	2.693.227.575	Receita Operacional	154.510.962.310
Outros Dispêndios de Capital	2.083.236.721	Receita Não Operacional	527.332.811
Dispêndios Correntes	148.751.721.739	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	2.037.482.905
Pessoal e Encargos Sociais	17.717.717.563	Operações de Crédito Internas - Moeda	2.037.482.905
Serviços de Terceiros	9.729.148.578	Demais Obrigações	41.048.802.033
Utilidades e Serviços	1.663.700.572	Depósitos a Vista	1.000.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	825.110.841	Depósitos a Prazo	40.048.802.033
Encargos Financeiros e Outros	114.236.506.434	Total das Fontes	198.124.580.059
Operações de Crédito Externas	475.751.185	Outras Variações Patrimoniais	-24.302.912.340
Depósitos	54.753.894.992	Variação do Disponível	-1.131.265.376
Outras Obrigações	59.006.860.257		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

Outros Dispêndios Correntes	4.579.537.751		
Total dos Dispêndios PDG	153.528.186.035		
Aplicações em Operações de Crédito	19.162.216.308		
Total dos Usos	172.690.402.343	Total Líquido das Fontes	172.690.402.343

25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	22.758.523.474	Receita	200.730.678.196
Investimentos	2.516.636.780	Receita Operacional	200.675.956.835
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	16.741.886.694	Receita Não Operacional	54.721.361
Operações de Crédito Internas	12.750.720.219	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	3.728.950.032
Operações – Resolução 63	1.648.740.371	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	14.593.964.978
Demais Obrigações	2.342.426.104	Operações de Crédito Internas - Moeda	13.490.491.513
Outros Dispêndios de Capital	3.500.000.000	Operações - Resolução 63	1.103.473.465
Dispêndios Correntes	186.725.306.402	Demais Obrigações	72.873.316.587
Pessoal e Encargos Sociais	18.650.935.286	Tesouro	635.008.586
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.346.445.325	Transferência do FAT	690.000.000
Serviços de Terceiros	7.687.721.858	FMM	839.407.830
Utilidades e Serviços	1.931.544.633	Depósitos a Vista	4.900.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	10.581.217.772	Depósitos a Prazo	11.100.000.000
Encargos Financeiros e Outros	97.773.794.883	Outras Obrigações	54.708.900.171
Operações de Crédito Internas	3.622.874.999	Total das Fontes	291.926.909.793
Operações – Resolução 63	3.930.510.195	Outras Variações Patrimoniais	-27.679.263.262
Depósitos	16.736.631.590	Variação do Disponível	-5.352.131.957
Outras Obrigações	73.483.778.099		
Outros Dispêndios Correntes	48.753.646.645		
Total dos Dispêndios PDG	209.483.829.876		
Aplicações em Operações de Crédito	49.411.684.698		
Total dos Usos	258.895.514.574	Total Líquido das Fontes	258.895.514.574

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.160.467.100	Receita	2.030.739.318
Outros Dispêndios de Capital	1.160.467.100	Receita Operacional	2.030.739.318
Dispêndios Correntes	807.162.189	Total das Fontes	2.030.739.318
Pessoal e Encargos Sociais	59.860.260	Outras Variações Patrimoniais	-61.102.929
Serviços de Terceiros	37.049.051	Variação do Disponível	-2.007.100
Utilidades e Serviços	4.610.780		
Tributos e Encargos Parafiscais	180.988.446		
Encargos Financeiros e Outros	363.114.506		
Outras Obrigações	363.114.506		
Outros Dispêndios Correntes	161.539.146		
Total dos Dispêndios PDG	1.967.629.289		
Total dos Usos	1.967.629.289	Total Líquido das Fontes	1.967.629.289

25236 BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	907.724.456	Receita	1.974.486.412
Outros Dispêndios de Capital	907.724.456	Receita Operacional	1.974.486.412
Dispêndios Correntes	1.075.545.416	Total das Fontes	1.974.486.412
Pessoal e Encargos Sociais	91.456.427	Outras Variações Patrimoniais	9.008.865
Serviços de Terceiros	74.186.448	Variação do Disponível	-225.405
Utilidades e Serviços	8.942.708		
Tributos e Encargos Parafiscais	863.332.823		
Outros Dispêndios Correntes	37.627.010		
Total dos Dispêndios PDG	1.983.269.872		
Total dos Usos	1.983.269.872	Total Líquido das Fontes	1.983.269.872

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	233.006.892	Receita	8.109.233.445

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Investimentos</i>	148.335.077	<i>Receita Operacional</i>	8.109.233.445
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	84.671.815	Retorno das Operações de Crédito	295.004.108
Dispêndios Correntes	7.756.204.631	Demais Obrigações	7.202.407.523
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	2.102.762	<i>Outras Obrigações</i>	7.202.407.523
<i>Serviços de Terceiros</i>	10.146.375	Total das Fontes	15.606.645.076
<i>Utilidades e Serviços</i>	939	Outras Variações Patrimoniais	-7.617.427.567
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	249.240.053	Variação do Disponível	-5.986
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	7.202.428.006		
<i>Operações de Crédito Internas</i>	20.483		
<i>Depósitos</i>	7.202.407.523		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	292.286.496		
Total dos Dispêndios PDG	7.989.211.523		
Total dos Usos	7.989.211.523	Total Líquido das Fontes	7.989.211.523

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	533.884.760	Receita	572.039.750
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.226.970	<i>Receita Operacional</i>	572.039.750
<i>Utilidades e Serviços</i>	44.935	Total das Fontes	572.039.750
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	699.522	Outras Variações Patrimoniais	-80.079.920
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	519.649.036	Variação do Disponível	41.924.930
<i>Depósitos</i>	49.396.482		
<i>Variação Cambial</i>	470.252.554		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	12.264.297		
Total dos Dispêndios PDG	533.884.760		
Total dos Usos	533.884.760	Total Líquido das Fontes	533.884.760

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	208.862	Receita	988.391
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	208.862	<i>Receita Operacional</i>	988.391
Dispêndios Correntes	774.645	Total das Fontes	988.391
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	442.868	Outras Variações Patrimoniais	-4.888
<i>Serviços de Terceiros</i>	33.125	Variação do Disponível	4
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	246.696		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	8.483		
<i>Outras Obrigações</i>	8.483		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	43.473		
Total dos Dispêndios PDG	983.507		
Total dos Usos	983.507	Total Líquido das Fontes	983.507

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	208.923.633	Receita	570.726.032
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	208.923.633	<i>Receita Operacional</i>	570.726.032
Dispêndios Correntes	351.513.453	Total das Fontes	570.726.032
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	11.675.533	Outras Variações Patrimoniais	-14.316.141
<i>Serviços de Terceiros</i>	131.195.571	Variação do Disponível	4.027.195
<i>Utilidades e Serviços</i>	897.928		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	187.100.333		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	20.644.088		
Total dos Dispêndios PDG	560.437.086		
Total dos Usos	560.437.086	Total Líquido das Fontes	560.437.086

25285 CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.792.292	Receita	76.568.496
<i>Inversões Financeiras</i>	7.175.277	<i>Receita Operacional</i>	75.956.954
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	5.617.015	<i>Receita Não Operacional</i>	611.542
Dispêndios Correntes	52.858.810	Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido	19.628.575
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	9.665.233	<i>Demais Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido</i>	19.628.575

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Serviços de Terceiros</i>	11.338.341	Total das Fontes	96.197.071
<i>Utilidades e Serviços</i>	26.000	Outras Variações Patrimoniais	-30.545.862
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	29.324.259	Variação do Disponível	-107
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	871.992		
<i>Outras Obrigações</i>	871.992		
<i>Outros Dispendios Correntes</i>	1.632.985		
Total dos Dispendios PDG	65.651.102		
Total dos Usos	65.651.102	Total Líquido das Fontes	65.651.102

25292 CAIXA SEGURIDADE E PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispendios de Capital	3.351.302.930	Receita	1.430.924.129
<i>Inversões Financeiras</i>	3.062.128.214	<i>Receita Operacional</i>	1.367.253.522
<i>Outros Dispendios de Capital</i>	289.174.716	<i>Receita Não Operacional</i>	63.670.607
Dispendios Correntes	211.193.376	Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido	3.608.446.024
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	11.244.107	<i>Participação no Capital - Empresas Estatais</i>	2.756.687.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	3.040.286	<i>Demais Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido</i>	851.759.024
<i>Utilidades e Serviços</i>	32.643	Total das Fontes	5.039.370.153
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	168.945.209	Outras Variações Patrimoniais	-1.332.522.550
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	27.581.028	Variação do Disponível	-144.351.297
<i>Outras Obrigações</i>	27.581.028		
<i>Outros Dispendios Correntes</i>	350.103		
Total dos Dispendios PDG	3.562.496.306		
Total dos Usos	3.562.496.306	Total Líquido das Fontes	3.562.496.306

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

47000 M. DO PLAN. ORÇAMENTO E GESTÃO

47206 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	35.639.639.883	Receita	126.959.180.862
<i>Investimentos</i>	<i>147.377.348</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>120.680.626.986</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>11.825.000.000</i>	<i>Receita Não Operacional</i>	<i>6.278.553.876</i>
<i>Amortizações Operações de Crédito de L.P.</i>	<i>19.861.963.634</i>	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	32.896.003.972
<i>Operações de Crédito Internas</i>	<i>4.725.264</i>	<i>Operações de Crédito Internas - Moeda</i>	<i>257.376</i>
<i>Operações de Crédito Externas</i>	<i>9.052.596.101</i>	<i>Operações de Crédito Externas</i>	<i>9.863.680.597</i>
<i>Demais Obrigações</i>	<i>10.804.642.269</i>	<i>Variação Cambial</i>	<i>23.032.065.999</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>3.805.298.901</i>	Demais Obrigações	72.275.175.612
Dispêndios Correntes	106.153.834.782	<i>Tesouro</i>	<i>30.822.648.822</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>1.142.052.102</i>	<i>Transferência do FAT</i>	<i>27.270.515.033</i>
<i>Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação</i>	<i>3.541.689</i>	<i>Outras Obrigações</i>	<i>14.182.011.757</i>
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>532.801.444</i>	Total das Fontes	232.130.360.446
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>8.418.054</i>	Outras Variações Patrimoniais	-48.916.780.756
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>5.558.157.344</i>	Variação do Disponível	-15.050.501.968
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>92.597.412.545</i>		
<i>Operações de Crédito Internas</i>	<i>310.893</i>		
<i>Operações de Crédito Externas</i>	<i>1.414.238.652</i>		
<i>Variação Cambial</i>	<i>23.726.285.094</i>		
<i>Outras Obrigações</i>	<i>67.456.577.906</i>		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	<i>6.311.451.604</i>		
Total dos Dispêndios PDG	141.793.474.665		
Aplicações em Operações de Crédito	26.369.603.057		
Total dos Usos	168.163.077.722	Total Líquido das Fontes	168.163.077.722

47207 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	11.846.774.476	Receita	17.090.947.941
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>268.343.546</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>10.223.782.007</i>
<i>Amortizações Operações de Crédito de L.P.</i>	<i>2.799.462.979</i>	<i>Receita Não Operacional</i>	<i>6.867.165.934</i>
<i>Operações de Crédito Internas</i>	<i>1.800.000.000</i>	Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido	8.600.000.000
<i>Demais Obrigações</i>	<i>999.462.979</i>	<i>Participação no Capital - Empresas Estatais</i>	<i>8.600.000.000</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>8.778.967.951</i>	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	3.046.396.089
Dispêndios Correntes	5.539.156.584	<i>Operações de Crédito Internas - Moeda</i>	<i>3.046.396.089</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>324.232.068</i>	Demais Obrigações	239.509.790
<i>Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação</i>	<i>975.248</i>	<i>Outras Obrigações</i>	<i>239.509.790</i>
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>107.866.817</i>	Total das Fontes	28.976.853.820
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>2.318.015</i>	Outras Variações Patrimoniais	-11.579.783.763
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>3.037.187.633</i>	Variação do Disponível	-11.138.997
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>1.069.793.714</i>		
<i>Operações de Crédito Internas</i>	<i>60.865.984</i>		
<i>Outras Obrigações</i>	<i>1.008.927.730</i>		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	<i>996.783.089</i>		
Total dos Dispêndios PDG	17.385.931.060		
Total dos Usos	17.385.931.060	Total Líquido das Fontes	17.385.931.060

47208 AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	20.777.687.107	Receita	24.286.079.501
<i>Amortizações Operações de Crédito de L.P.</i>	<i>20.460.162.247</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>24.286.079.501</i>
<i>Operações de Crédito Internas</i>	<i>20.456.023.403</i>	Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido	3.225.000.000
<i>Demais Obrigações</i>	<i>4.138.844</i>	<i>Participação no Capital - Empresas Estatais</i>	<i>3.225.000.000</i>
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	<i>317.524.860</i>	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	21.871.576.757
Dispêndios Correntes	16.126.962.367	<i>Operações de Crédito Internas - Moeda</i>	<i>19.122.306.291</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>178.651.868</i>	<i>Variação Cambial</i>	<i>2.749.270.466</i>
<i>Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação</i>	<i>615.946</i>	Demais Obrigações	4.794.152
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>71.241.869</i>	<i>Tesouro</i>	<i>1.204.723</i>
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>1.464.009</i>	<i>Outras Obrigações</i>	<i>3.589.429</i>
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>1.309.524.279</i>	Total das Fontes	49.387.450.410
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>14.470.121.757</i>	Outras Variações Patrimoniais	-13.388.338.034

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11º, Inciso VI

<i>Operações de Crédito Internas</i>	9.664.760.550	Variação do Disponível	-45.815.637
<i>Variação Cambial</i>	2.779.617.087		
<i>Outras Obrigações</i>	2.025.744.120		
<i>Outros Dispendios Correntes</i>	95.342.639		
Total dos Dispendios PDG	36.904.649.474		
Aplicações em Operações de Crédito	-951.352.735		
Total dos Usos	35.953.296.739	Total Líquido das Fontes	35.953.296.739

47215 BNDES PLC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispendios de Capital	687.902.000	Receita	66.262.000
<i>Amortizações Operações de Crédito de L.P.</i>	<i>403.306.000</i>	<i>Receita Operacional</i>	<i>66.262.000</i>
<i>Operações de Crédito Externas</i>	<i>403.306.000</i>	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	1.540.000.000
<i>Outros Dispendios de Capital</i>	<i>284.596.000</i>	<i>Operações de Crédito Externas</i>	<i>1.540.000.000</i>
Dispendios Correntes	32.000.000	Total das Fontes	1.606.262.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>6.200.000</i>	Variação do Disponível	-886.360.000
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>400.000</i>		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	<i>10.300.000</i>		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	<i>12.700.000</i>		
<i>Operações de Crédito Externas</i>	<i>12.700.000</i>		
<i>Outros Dispendios Correntes</i>	<i>2.400.000</i>		
Total dos Dispendios PDG	719.902.000		
Total dos Usos	719.902.000	Total Líquido das Fontes	719.902.000



MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

